



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Vivendo o espaço urbano: sociabilidade e
apropriações no cotidiano da Praça do Caju em
João Pessoa – PB**

RICARDO BRUNO CUNHA CAMPOS

João Pessoa – PB
2010

RICARDO BRUNO CUNHA CAMPOS

**Vivendo o espaço urbano: sociabilidade e
apropriações no cotidiano da Praça do Caju em
João Pessoa – PB**

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Sob a orientação da prof^a. Dr. Tereza Correia da Nóbrega Queiroz.

João Pessoa – PB
2010

RICARDO BRUNO CUNHA CAMPOS

**Vivendo o espaço urbano: sociabilidade e apropriações no
cotidiano da Praça do Caju em João Pessoa – PB**

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Tereza Correia da Nóbrega Queiroz (PPGS-UEPB)
Orientadora

Prof. Dr. Marcos Ayala (PPGS-UEPB)
Examinador

Prof^a. Dra. Doralice Sátyro Maia (PPGG-UEPB)
Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos do PPGS-UFPB que com seus trabalhos e serviços proporcionaram as ferramentas intelectuais e burocráticas para a produção desta dissertação. Agradeço especialmente a minha orientadora Tereza Queiroz, à professora Mônica Franch e aos meus colegas e amigos da pesquisa *Da casa à praça*, que comigo deram impulso ao surgimento e à concretização da pesquisa que originou este trabalho. Agradeço também a todos os interlocutores de pesquisa e a todos os moradores do bairro do Bessa e usuários da Praça do Caju que contribuíram e colaboraram com este trabalho. Agradeço ainda a toda minha família e todos os meus amigos, especialmente os que estiveram mais próximos nestes dois últimos anos.

Muita paz e positividade a todos que de alguma forma contribuíram com este trabalho e com a minha existência durante os dois anos de mestrado. A memória é uma ilha de edição e todos vocês estão gravados nas minhas lembranças.

SUMÁRIO

<i>Resumo</i> -----	09
<i>Abstract</i> -----	10
INTRODUÇÃO -----	11
 1. SOCIABILIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: A CULTURA URBANA E SUA COSNTRUÇÃO COTIDIANA -----	 19
1.1. CULTURA URBANA, IDENTIDADES E SOCIABILIDADE -----	21
1.2. COTIDIANO, SOCIEDADE E ESPAÇO PÚBLICO -----	35
1.3. MEMÓRIA E FOTOGRAFIA -----	48
2. A CIDADE DE JOÃO PESSOA E SEUS ESPAÇOS -----	56
3. A PRAÇA DO CAJU E O BAIRRO DO BESSA -----	73
3.1. SOCIABILIDADE, USOS E CONTRA-USOS DO ESPAÇO -----	96
3.2. VIOLÊNCIA, SEGURANÇA E CULTURA DO MEDO -----	101
3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS, PROJETOS, ESCOLAS -----	109
3.4. CULTURA COMO ARTE E EVENTOS -----	112
3.5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, GESTORES E “CUIDADORES” -----	117
 CONCLUSÃO -----	 124
 5. BIBLIOGRAFIA -----	 129

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS:

Mapa 01 – Área urbana ocupada de João Pessoa em 1963.....	65
Mapa 02 – Área urbana ocupada de João Pessoa em 1993.....	67
Mapa 03 – Área urbana ocupada de João Pessoa atualmente.....	68
Mapa 04 – João Pessoa, seus bairros e em destaque o Bessa.....	74
Mapa 05 – Localização do atual bairro do Bessa e demais bairros do seu entorno.....	76
Mapa 06 – Detalhe do bairro do Bessa - localização da Praça do Caju.....	82

FIGURAS:

Figura 01 – O Bessa e as comunidades vizinhas a partir do Google Earth.....	78
Figura 02 – Imagem da Praça do Caju com seus equipamentos e a planejada área verde.....	79
Figura 03 – Vista aérea da praça e espaços adjacentes.....	90

FOTOS:

Foto 01 – A cidade ao lado do Sanhauá.....	57
Foto 02 – Parque Solon de Lucena e centro da cidade em 1940.....	63
Foto 03 – João Pessoa na década de 1950. A longa reta da Av. Epitácio Pessoa.....	63
Foto 04 – João Pessoa na década de 1950. A longa reta da Av. Epitácio Pessoa.....	63
Foto 05 – Crianças jogam futebol em gramado perto das plantas.....	80
Foto 06 – Barracas e ambulantes instalados no local do estacionamento da praça.....	81
Foto 07 – Playgruond da praça.....	83
Foto 08 – Anfiteatro Zé Ramalho.....	83
Foto 09 – Escultura do Caju.....	83
Foto 10 – Escultura do peixe.....	83
Foto 11 – Placa de inauguração da praça.....	84

Foto 12 – Ponto de ônibus na praça.....	85
Foto 13 – Ruas esburacadas e enlameadas no entorno da praça.....	85
Foto 14 – Foto da área e espaço da praça em 2006.....	86
Foto 15 – Foto do Circo Barcelona instalado em área próxima à da atual praça.....	87
Foto 16 – Foto do Circo Barcelona instalado em área próxima à da atual praça.....	87
Foto 17 – Esboço da praça feito por um morador nas antes da instalação da mesma.....	91
Foto 18 – Foto da antiga feira livre.....	92
Foto 19 – Foto do novo Mercado público do Bessa.....	92
Foto 20 – Foto do comércio ambulante numa das esquinas da praça.....	92
Foto 21 – Pessoas conversam e jogam damas nas mesas e bancos.....	97
Foto 22 – Crianças brincam no anfiteatro.....	97
Foto 23 – Criança brinca em cima da escultura de peixe.....	98
Foto 24 – Antigo posto policial e uma viatura estacionada.....	108
Foto 25 – Professor Luan e seus alunos na escolinha de futsal.....	110
Foto 26 – C.R.E.I. Antonieta Aranha de Macedo.....	112
Foto 27 - Boi do Bessa no Carnaval.....	113
Foto 28 – Banda Petrus em uma apresentação no anfiteatro.....	114
Foto 29 – Garotos da dança de rua se preparam para um ensaio/apresentação no anfiteatro.....	115
Foto 30 – Apresentação de peça teatral durante o circuito das praças 2009.....	117
Foto 31 – Anfiteatro sempre lotado e com bastante interação entre artistas e comunidade.....	117
Foto 32 – Troncos colocados pelos moradores para impedir o transito de veículos pela praça.....	121
Foto 33 – Troncos colocados pelos moradores para impedir o transito de veículos pela praça.....	121
Foto 34 – Manifestantes do SOS BESSA fazem passeata.....	123
Foto 35 – Manifestantes do SOS BESSA se reúnem e fazem.....	123
Foto 36 – SOS BESSA se reúne em mais um protesto e assembléia.....	123

Foto 37 – SOS BESSA se reúne em mais um protesto e assembléia.....	123
Foto 38 – As ruas do bairro e da praça começam a ser calçadas e asfaltadas.....	123

RESUMO

O presente trabalho aborda as temáticas da sociabilidade, da cultura urbana e da configuração dos espaços públicos na sociedade brasileira, tendo como base as práticas e ações cotidianas que constroem esses espaços a partir dos indivíduos em relação. Discutimos a sociabilidade e as apropriações sociais na Praça do Caju situada no bairro do Bessa, João Pessoa, Paraíba; tomando como ponto principal as relações entre seus usuários e o modo como dinamizam os processos culturais locais. Através de suas ações, memórias e de sua constituição no processo histórico, fazemos um diálogo com os dados simbólicos, estruturais e sócio-econômicos que os impelem nestas vivências. Visamos investigar a construção e manutenção do espaço público no social e no imaginário dos habitantes das cidades brasileiras contemporâneas, além dos processos culturais de apropriações e usos que conformam, estabelecem e re-configuram as sociabilidades de espaços públicos específicos dentro da cidade atuando no seu desenvolvimento. Por meio de nossa pesquisa etnográfica, apontamos o processo de desenvolvimento urbano local, situando a especificidade de uma praça em um bairro de classe média, bem como as estratégias simbólicas e materiais que possibilitam a vida e o viver, em uma sociedade onde a desigualdade social é refletida em elementos como: a segregação do espaço, o estigma, o uso e apropriação públicos, e o pertencimento a grupos e a locais dentro da mesma.

PALAVRAS CHAVES: Sociabilidade; Cultura Urbana; Espaço urbano

ABSTRACT

The present work treats of the sociability and urban culture thematic and the public spaces configuration in Brazilian society, based on the individuals' quotidian practices and actions that build these spaces. The work discusses the sociability and the social appropriations in the "Praça do Caju" (Cashew Square) located in the district of Bessa, João Pessoa, Paraíba (Brazil), focusing, as main aspect, the relations among their users and how they activate the local cultural processes. By means of their actions, memories and constitution in the historic process, it was established a dialogue with the symbolic, structural and socioeconomic informations that impel them to these living experiences. The objective was to examine the construction and the maintenance of the public space, both in the social as in the imaginary of contemporary Brazilian cities inhabitants, as well as the cultural processes of appropriations and uses that comprise, establish and reconfigure the sociabilities of specific public spaces involved in the development of the city. A ethnographic research was fundamental in order to clarify the local urban development, establishing the specificity of a square situated in a middle class district and also elucidate the material and symbolic strategies that make possible life and the living in a society where the social inequality is reflected in elements as: space segregation, stigma, the public use and appropriation, and the belonging to a group and places inside of it.

KEY WORDS: Sociability; Urban Culture; Urban Space

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação refere-se às atividades e aos resultados da pesquisa: *Sociabilidade no espaço público contemporâneo: convivência, conflitos e apropriações no cotidiano da Praça do Caju em João Pessoa – PB*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e orientada pela professora Tereza Queiroz.

Esta pesquisa diz respeito à sociabilidade, aos usos, apropriações e construção da cultura urbana, a partir do estudo desenvolvido em uma praça da cidade de João Pessoa. Acompanhamos a evolução urbana da mesma, e atualmente as praças fazem parte de um programa da gestão municipal de ordenamento e ampliação dos espaços urbanos – Programa de Recuperação de Parques, Praças, Passeios e Jardins – cuja finalidade é a construção ou revitalização de antigas áreas do centro e de praças em diferentes bairros.

Inicialmente, as atividades de pesquisa surgiram a partir de um projeto anterior¹, financiado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e em parceria com o Departamento de Ciências Sociais da UFPB. O projeto visou captar e avaliar os impactos que a construção e revitalização de praças no interior de diversificados bairros da capital, trouxe para a sociabilidade, para a dinâmica e organização social dos bairros na cidade e para a cidade. Atuei na Praça do Caju no bairro do Bessa e no antigo *campo do padre* ou *Palmeirinha*, onde hoje está construída a Praça da Amizade no bairro do Rangel.

No nosso trabalho anterior, apontamos as características da sociabilidade das cidades contemporâneas, tendo como *lócus* as várias praças e bairros investigados. Eles foram investigados em relação com o desenvolvimento da cidade e com os projetos governamentais de revitalização de áreas públicas.

O desenvolvimento urbano da cidade, que tem seu *boom* a partir da década de 70 do século passado, traz consigo um movimento de migração interna por parte dos segmentos e grupos mais abastados, que se deslocam dos bairros centrais rumo às regiões das praias no sentido leste, como também um movimento migratório externo por parte de indivíduos que na sua maioria vem de cidades do interior em busca de melhores condições de vida. Processos econômicos recentes e os movimentos migratórios afetam profundamente a composição dos bairros e dos espaços da cidade, e a relação dos

¹ A pesquisa, *Da casa à praça: um estudo de impacto do Programa de Recuperação de Parques, Praças, Passeios e Jardins*; realizou-se entre abril e agosto de 2008, envolvendo alunos da Pós-Graduação em Sociologia e alunos das graduações de Ciências Sociais e de Arquitetura e Urbanismo. Foi coordenado pela professoras Mônica Franch e Tereza Queiroz.

indivíduos com esses espaços. Associados ao crescimento da cidade e ao estilo de desenvolvimento urbano, esses fatores dão origem a outros fenômenos, como, por exemplo, a agitação das ruas, assaltos, e a violência em geral que se agrava com a extrema desigualdade nas cidades do Brasil. Essa configuração aponta para formas de sociabilidade que no geral renunciam à vivência dos espaços públicos da cidade que são vistos como locais de *evitação*.

Deve ficar claro ao leitor, que quando usamos o termo desenvolvimento urbano, aqui e durante todo o trabalho, estamos nos referindo à evolução da urbanidade na cidade e de seu crescimento não em termos de avanços econômicos ou relacionados a uma noção de progresso. Importa perceber seu percurso e suas configurações na gestação de seus espaços e suas relações com as características urbanas.

A Praça do Caju, pelas peculiaridades que ela apresenta, mereceu maior atenção para o prosseguimento desta pesquisa. Ela representa um “point” do bairro do Bessa, ou melhor, um lugar de interação e encontro, onde as pessoas se reúnem e conversam, encontrando amigos ou fazendo novas amizades. Ela proporciona novos contatos ou a aproximação com pessoas que no cotidiano são esquecidas pela dinâmica de uma sociabilidade da individualização e do medo. A praça demonstrou seu potencial de atração e concentração no cotidiano dos moradores atraindo-os para o seu espaço. Além disso, a praça revitalizada permite que os moradores do bairro se encontrem com os “diferentes”, moradores de outros bairros, ou mesmo moradores de regiões pauperizadas mais próximas. Percebemos dentro dessa dinâmica, atitudes e ações sociais que foram do convívio pacífico e desejado à exclusão. Grupos e indivíduos que se fecham e se abrem ao contato e à interação promovida pelo espaço público revitalizado.

É interessante falar um pouco dos objetivos que nos norteiam. Nosso objetivo é analisar os impactos da praça sobre a vida social de seus usuários; trata-se de analisar a repercussão dessa intervenção urbanística sobre a sociabilidade de seus moradores e usuários. Pretende-se investigar até que ponto essa intervenção atua em sentido contrário às lógicas que privatizam os espaços e contribuem para uma maior individualização da vida e são capazes de gerar uma cultura urbana, que dá origem a vivências e sentimentos coletivos, e identificação com os espaços públicos da cidade.

Assim, iniciamos a pesquisa com o momento anterior à construção da praça e as relações que prevaleciam entre os moradores do bairro, acompanhando sua construção e posterior apropriação de seus espaços e equipamentos, quando ela foi concluída.

Entendemos as praças como forma de espaço público que é conceituado por Serpa como lugar de interação-percepção, construção e conflitos (SERPA, 2007). Nesta perspectiva procuramos fazer a ligação praça-bairro-cidade, sem perder de vista o *ethos* e *visão de mundo* (GEERTZ, 1978, 2001) ocidental e das cidades contemporâneas e globalizadas. No contexto de globalização a partir da consolidação e expansão do sistema capitalista, na perspectiva cultural nas cidades é que se articulam identidades e projetos fragmentados, mas que se reconstroem a partir da força da cultura “local” através do conceito de pertencimento, como assinalado por Sahlins (1997), Hall (2003), Bhabha (2005) e Bauman (2005).

Entendemos a cultura enquanto esfera de práticas simbólicas gerais e que se relaciona com a estrutura capitalista de uma sociedade global, mas identificando a existência de configurações específicas desse processo cultural maior, como, por exemplo, esferas de práticas e reconhecimento específico de cidades, espaços e grupos que desenvolvem formas peculiares dentro desse processo mais geral. Há uma cultura capitalista e de globalização das cidades na contemporaneidade, mas esta é processada nos níveis mais simples do cotidiano de cidades específicas, que por sua vez se conforma por diferenciações em seus loci específicos.

A pesquisa investiga as formas de sociabilidade e, portanto, das inter-relações que emergem no cotidiano dos usuários e não-usuários da praça, sob a ótica do pertencimento e do espaço enquanto lugar de *esfera pública*; buscamos decifrar e interpretar a cultura cada vez mais fragmentária cara às cidades ocidentais contemporâneas e o desenrolar das relações sociais dos sujeitos na vida citadina moderna, como outrora foi discutida pelos autores clássicos da Sociologia e com especial destaque Georg Simmel (1979, 1998, 1999).

Durkheim (1983) via o homem como indivíduo essencialmente incompleto, e que busca no seu semelhante sua completude, é isso que faz do homem um ser eminentemente social, ou melhor, um ser relacional. Nas sociedades tradicionais com pouca ou nenhuma divisão do trabalho, onde a consciência coletiva é maior ou não deixa espaço para a individual, ocorreria a *Solidariedade Mecânica*, que se baseia no princípio da semelhança; já nas sociedades modernas ocorreria a *Solidariedade Orgânica*, através da diferenciação e da dessemelhança entre os indivíduos, que supõe a existência de uma divisão do trabalho desenvolvida, uma consciência individual ampliada e a existência de personalidade. Com essa análise, o autor acenava para a complexificação dos papéis dos indivíduos e o afloramento do individualismo. Devemos deixar claro que a perspectiva durkheiminiana é positivista e percebe a dinâmica social e cultural por um viés harmônico e coercitivo, no

qual os indivíduos têm pouca relevância na manutenção e construção do social e da sociedade; portanto, nesse aspecto nos afastamos dessa visão.

Max Weber (1974), com sua visão do real enquanto caótico e complexo, e Karl Marx (1980, 1983) com sua teoria dedicada aos conflitos e as rupturas, negaram a visão da sociedade sob a ótica da harmonia social durkheiminiana, percebendo de maneira diferente de Durkheim o rompimento gradual das sociedades que viviam com os laços tradicionais e suas formas de vida. Weber (2003) viu na ética protestante o impulso para o indivíduo emergir diante do todo social favorecendo o modo de produção capitalista, e percebeu, ainda, a ligação entre a formação das cidades e a expansão dos mercados. Marx, por sua vez, viu o econômico e a produção como determinantes dos sujeitos e da vida social, a especialização da indústria diferenciaria os trabalhadores, apesar do mesmo enfatizar os sujeitos, enquanto sujeitos coletivos ou classe.

Como afirmado anteriormente, Simmel chama atenção em nosso estudo e se destaca por suas análises da vida e cultura moderna que se centraram nos indivíduos e suas ações. Encarando os indivíduos em seus aspectos psico-sociais² aponta para uma cultura urbana que conforma novos valores e comportamentos. Uma nova forma de viver e construir a cidade, na cidade e pela cidade. Além disso, a perspectiva simmeliana das formas sociais à qual nos aproximamos se justapõe a uma visão da sociedade como palco de conflitos e interações sociais diversas, onde as ações sociais operam a construção e reconstrução do social a todo instante.

Simmel analisou a vida na cidade e as relações entre seus indivíduos, observando a divisão do trabalho como fenômeno histórico que contribuiu para o processo de crescimento das relações objetivas e impessoais, em detrimento da pessoalidade da cultura subjetiva tradicional e sua configuração. Simmel afirma que na modernidade as relações entre os homens não só se ampliam, como as múltiplas e complexas relações de projetos individuais ou coletivos e tensões entre os mesmos começam a surgir. Uma cultura de objetivação das inter-relações entre os indivíduos e grupos surge na modernidade de forma especializada e fragmentada. O individualismo na cultura moderna traz indiferença e impessoalidade nas inter-relações. O homem moderno não está preso a nada, ou quase nada; os grilhões tradicionais fragmentam-se e o dinheiro aparece como o mecanismo de mediação mais eficaz, de maior abstração e objetivação para essa liberdade das

² Ver também KUMAMOTO, (2005), para aprofundar a noção da cidade como uma realidade psíquica. Ele aponta o sofrimento e a angústia na cidade contemporânea na relação homem – cidade, vendo nos momentos de individuação a capacidade e o papel da construção social.

impessoalidades e indiferenças que geram novas formas de organização social e de seu ordenamento. Diz o autor:

“As correntes da cultura moderna deságuam em duas direções aparentemente opostas: por um lado, na nivelação e compensação, no estabelecimento de círculos sociais cada vez mais abrangentes por meio de ligações com o mais remoto sob condições iguais; por outro lado, no destaque do mais individual, na independência da pessoa, na autonomia da formação dela.” (SIMMEL, 1998, p. 28)

“Nessa função o dinheiro confere, por um lado, um caráter impessoal, anteriormente desconhecido, a toda atividade econômica, por outro lado, aumenta proporcionalmente, a autonomia e a independência da pessoa”. (SIMMEL, 1998, p. 25)

Percebemos que o autor coloca em pauta as contradições inerentes ao processo social e cultural; contradições essas que suscitam os conflitos vividos pelos indivíduos que compartilham uma cultura de aspectos opostos que caminham juntos como: nivelação x autonomia; impessoalidade x autonomia e independência.

Simmel percebe, então, a cultura como construção humana, formada por arranjos simbólicos, através das ações sociais dos indivíduos em interação, e também com suas próprias objetivações. Indivíduos estes que na época que ele estuda se apresentam através de um ethos e visão de mundo de cunho individualista e de relações culturais múltiplas e complexas.

Temos por objetivo entender as ambivalências e as várias formas de pertença ao local, em um contexto de uso e ocupação no cotidiano dos habitantes da cidade. Investigamos o gostar e o não gostar desses usuários em relação ao espaço público versus o privado e; com base em De Certeau (1998), Lefebvre (1991), Martins (2008), dentre outros, procuramos apreender as distintas lógicas identitárias que se mesclam e *inventam o cotidiano*. Visamos analisar a formação das identidades e sua relação com os processos de inclusão e exclusão social, ou seja, quais identidades são construídas no dia-dia das práticas e ações sociais nas praças, e que papel desempenham na configuração de uma nova cultura urbana pautada em uma nova ótica e apropriação sobre os espaços públicos urbanos. Como, e em que medida, o espaço revitalizado das praças produz uma nova sociabilidade, estimulando novas relações entre indivíduos e grupos na recriação do social e na configuração da cidade?

Nossa análise visa apreender as relações sociais entre os moradores e freqüentadores, e deles com a cidade e seus espaços públicos. O que nos leva a

aproximações compreensivas do processo de elaboração de uma auto-definição de si mesmos e dos outros, guiado por uma configuração própria construída internamente no bairro e na praça.

Partimos da hipótese de que as sociedades com passado histórico de colonização, dentro da expansão do capitalismo e da recente história, por consequência, produziram um tipo de modernização e urbanização específicas, enraizando sentimentos ambíguos entre lógicas tradicionais e outras mais “racionalistas”. Entendendo esses sentimentos e suas formulações na sociabilidade cotidiana do espaço público, acreditamos que podemos visualizar quais tendências impulsionaram e impulsionam as mudanças em nossa cidade e sociedade, e ainda, como, e quais são as raízes históricas, políticas e culturais que influenciam esse processo. Acreditamos também que os espaços públicos contemporâneos, em específico o da praça construída e revitalizada, proporcionam uma esfera pública que comporta ações políticas de usos e de contra-usos do espaço social em uma sociabilidade mais ativa; mesmo pressionadas ou proporcionadas pela lógica do *enobrecimento* e da lógica capitalista do espaço como lugar apenas de consumo (LEITE, 2004).

Optamos por uma metodologia qualitativa e pautada na etnografia, caracterizando nossas técnicas de pesquisa como parte do arcabouço da Sociologia Qualitativa, dando mais ênfase aos fatores e categorias subjetivas, mas sem desprezar dados estatísticos, históricos, geográficos, urbanísticos e arquitetônicos de importância para a reflexão. Trabalhamos também com autores da Antropologia Interpretativa e Urbana como a desenvolvida por autores como: Clifford Geertz (1978, 2001), Roberto DaMatta (1978, 1985), Gilberto Velho (1973, 1978).

Questões como segregação espacial versus integração, estigma versus ampliação da rede de sociabilidade e do fortalecimento do pertencimento; ausência de projetos fixos ou políticas públicas direcionadas a atividades permanentes na praça e a questão do medo e da violência; surgem como pontos principais em nossa compreensão da dinâmica e do processo de sociabilidade da praça. A questão da participação na construção política da cidade e da ação social operada entre indivíduo e sociedade também se mostra como forte elemento que surge a partir dos informantes locais relacionados à gestão e às Associações diversas que existem no local. Em que medida o espaço da praça existe realmente enquanto um *espaço público* – entendido como local onde se dá uma apropriação política de *usos* e *contra-usos* por diferentes segmentos e grupos – proporcionando uma nova cultura urbana?

Entendemos a cultura urbana enquanto sistema social simbólico e de micro-ações de poder que atualmente atua no desenvolvimento das cidades globalizadas tendenciando

processos de territorialização e fragmentação que segundo Ana Fani Carlos (1996) traz “a mundialização da sociedade urbana -*que*-³ não elimina, mas aprofunda o processo de fragmentação contido no espaço, na ciência, na cultura, na vida do homem” (CARLOS, 1996, p. 192, Apud QUEIROZ, 2002, p.3).

A entrada em campo e as primeiras incursões na praça foram facilitadas pelo fato de já ter sido morador do bairro e inclusive ter residido em uma rua muito próxima ao espaço da praça. Acompanhei, portanto, sem maiores reflexões, o processo de transformação que o bairro sofreu em tempos recentes e especificamente o espaço em que hoje existe a praça.

Não só a partir de minhas memórias, mas principalmente através do resgate da história da praça junto aos moradores e usuários, partilhamos das reflexões de Honorato (1999), Ecléa Bosi (2004), Pollak (1992), Thompson (2002), dentre outros, que afirmam que no processo de memória há possibilidade de reflexão sobre o social, apontando uma tomada de consciência das lógicas que engendraram essas transformações.

A técnica fotográfica foi um instrumento muito útil nesta re-aproximação com o campo de estudo, como também ao longo da pesquisa, já que possibilitou uma constante reflexão sobre o nosso objeto de pesquisa, e a construção de imagens sobre o espaço. Dentro de meu acervo pessoal de fotografias consegui encontrar imagens do espaço da praça antes de ela existir e com outros usos e configurações de tempos anteriores. Temos consciência que por traz da câmera há sempre o elemento subjetivo, portanto na ação do pesquisador ou do simples fotógrafo, existe uma seleção dos elementos que lhe tocam e são alvos de sua anotação. Vários autores embasaram nosso trabalho com a fotografia como: Zamboni (2006), Koury (1998, 1998a), Guran (1998), Collier Jr (1973) Edwards (1996), Barthes (1984), dentre outros. Diria que a partir das fotos tiradas se constituiu um diário imagético de campo, ao lado do diário de campo tradicional onde foram feitas nossas *descrições densas*, possibilitando a confrontação e reflexão que imbrica teoria e prática.

Com o desenrolar dos capítulos, a análise ainda será mais refinada a partir da introdução das falas dos entrevistados e interlocutores tanto do período inicial de buscas bibliográficas, entrevistas informais – muitas – como entrevistas formais e gravadas, iniciadas em 2008 e retomadas em 2009. Nos anexos, constam mapas, figuras, fotos e outros documentos que complementam a compreensão do leitor, ao oportunizar-lhe outros sentidos da percepção como a esfera do visual.

³ Acréscimo meu.

A dissertação divide-se em três capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, apresentamos de maneira detalhada os conceitos e teorias norteadoras de nossas atividades, bem como seus autores, visando explicitar a base teórico-metodológica que propiciou as nossas análises em campo e colocou os pressupostos com os quais discutimos as temáticas do espaço público, da sociabilidade e do cotidiano na cidade em nossa cultura contemporânea. Discutiremos também a nossa base de trabalho com a fotografia.

O segundo capítulo é destinado a uma apresentação da cidade de João Pessoa e de seu desenvolvimento urbano, versando sobre sua história e seus aspectos relevantes para a nossa análise, mostrando o processo social de sua expansão e modificação de seus espaços públicos, suas áreas e bairros.

No terceiro capítulo, apresentamos a Praça do Caju e o bairro do Bessa em sua caracterização geral e sua história, apontando seus componentes e dados colhidos sobre os mesmos. A relação entre bairro e cidade é exposta a partir dos seus elementos em comum e do processo cultural no espaço público que as envolve. Fazemos nossa explanação com alguns mapas, croquis e fotografias que colaboram em uma melhor visualização do discutido. Ainda no capítulo 3, as hipóteses, conceitos e os dados dos quais partimos são refletidos e analisados nos subitens onde destacamos pontos específicos mais detalhadamente, isto a partir da nossa etnografia composta de anotações nos diários de campo até as entrevistas realizadas desde o ano de 2008.

Na conclusão, fazemos as considerações finais sobre a praça e a sociabilidade no espaço público contemporâneo, retomando as temáticas desenvolvidas a partir deles, voltando ao que foi exposto por nós em todo o trabalho. Visamos assim colocar nossas derradeiras impressões sobre a análise, tentando apontar indagações futuras e caminhos para que a pesquisa continue, apresentando-se em um conhecimento em constante vida e atualização.

1. SOCIABILIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: A CULTURA URBANA E SUA CONSTRUÇÃO COTIDIANA

Neste capítulo, são apresentadas as bases teórico-metodológicas do nosso trabalho, colocando de maneira mais detalhada os pressupostos que orientaram a problemática geral. Primeiramente discutiremos aspectos relacionados à cultura urbana e sobre a sociabilidade no mundo contemporâneo. Em seguida refletiremos sobre o cotidiano e as possibilidades de criação social ou de sua negação a partir dos fenômenos corriqueiros. Por último, abordaremos a fotografia e suas significâncias em nosso trabalho.

Investigar como se organiza a dinâmica social no espaço público construído e revitalizado, a partir das relações, ações e práticas sociais dos agentes e suas disposições torna necessária uma discussão teórico-metodológica acerca da etnografia no contexto urbano, uma conceituação do cotidiano no urbano e de cultura cidadina, e finalmente, acerca do espaço público nas cidades contemporâneas.

Estudamos o universo simbólico urbano das cidades a partir da cidade de João Pessoa, e o da cidade a partir do bairro/prça em questão. Essa pesquisa caracteriza-se, portanto, como um estudo de caso, com base em uma etnografia, cujos resultados envolvem interpretações sujeitas a uma contínua atualização. Partimos de uma abordagem antes caracterizada por Peirano (1990 e 1992), e também por Magnani (2007) como uma perspectiva de análise “de perto e de dentro” que versa sobre uma realidade que é apreendida a partir de padrões que emergem dos próprios sujeitos em pesquisa. Uma pesquisa na cidade que descobre aspectos da cidade em específico e com suas regularidades que podem traduzir-se em experiências de outras realidades mais distantes. Magnani diz que *“se não se pode delimitar uma única ordem, isso não significa que não há nenhuma; há ordenamentos particularizados, setorizados, há ordenamentos, regularidades.”* (MAGNANI, 2007, p.8)

Buscamos uma compreensão da realidade que não é dada *a priori*, mas sim construída a partir da experiência dos atores – entendidos como protagonistas – no seu cruzamento com o arcabouço teórico-metodológico do pesquisador (FERRAÇO, 2006). Por isso, teoria e metodologia se intercambiam na nossa discussão que se segue para que se possa dar inteligibilidade à totalidade construída no trabalho.

Nossa metodologia reconhece a especificidade de trabalhar com a esfera subjetiva, assim tomamos a perspectiva teórica também como uma prática etnográfica onde as objetivações surgem de experiências intersubjetivas, incluindo a subjetividade do pesquisador que não está imune ao *senso comum*. Estes dois aspectos devem se fundir em um só, para que o texto e a reflexão alcancem um nível de inteligibilidade ao leitor, bem como alcancem legitimação objetiva diante da construção conjunta com os sujeitos de pesquisa. Mariza Peirano abordando essa questão diz:

“[...] o lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas é um procedimento com implicações teóricas específicas. Se é verdade que técnica e teoria não podem ser desvinculadas, no caso da antropologia a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada, quando desafia os conceitos estabelecidos pelo confronto que se dá i) a teoria e o senso comum que o pesquisador leva para campo e ii) a observação entre os nativos que estuda”. (PEIRANO, 1992: p.7)

A pesquisa de campo torna-se fundamental no nosso caso de pesquisa com o universo simbólico porque “*Sem o impacto existencial e psíquico da pesquisa de campo, parece que os dados, embora presentes se tornam frios, distantes e mudos.*” (PEIRANO, 1992: p. 12).

Buscamos investigar as mudanças e permanências nos padrões de sociabilidade que emergem na cidade a partir do surgimento desses novos espaços públicos, em específico o da Praça do Caju, que se relacionam diretamente com a estrutura social geral atuando como produto e produtora na formação dos espaços a partir da dinâmica de suas contradições (FONSECA, 2005).

Assim como Whyte (2005) em *Sociedade de Esquina*, vivenciamos o cotidiano da praça e seus usuários buscando entender a partir de uma *observação participante* ativa, como atua e se configura a cultura urbana a partir de relações sociais deste espaço público urbano. Procuramos identificar os grupos e indivíduos bem como suas estratégias de poder que dinamizam os processos culturais e materiais de mobilidade entre setores e graus dentro dessa estrutura que reflete e atua na estrutura social geral entendida não como uma totalidade fechada, mas sim um todo complexo e sempre em movimento incessante, que pode ser melhor compreendido através de uma abordagem de natureza etnográfica que não se preocupa tanto com a totalidade, fixando-se mais nas diferenças. Whyte diz:

“As atitudes de um homem não podem ser observadas, mas devem, em vez disso, ser inferidas a partir de seu comportamento. Como as ações estão diretamente sujeitas à observação e podem ser registradas como outros dados

científicos, parece válido entender o homem – **e a sociedade**⁴ – por meio dos estudos de suas ações. Essa abordagem não apenas fornece dados sobre a natureza das relações informais de grupos como também provê o ajustamento – **e confronto**⁵ - do indivíduo à sua sociedade.” (WHYTE, 2005; pp.272-273)

Em nossa pesquisa realizamos diversas incursões a campo, vivenciando a praça em seu dia-dia. Procedemos aos contatos com os moradores do Bessa e usuários da Praça do Caju, como também com moradores de outros bairros também freqüentadores da praça. Abarcamos o universo dos usuários do espaço, mas também o dos não-usuários, já que ouvir esse grupo diversifica e amplia nosso campo de comparações e a compreensão das relações existentes entre as distintas lógicas presentes no espaço público.

CULTURA URBANA, IDENTIDADES E SOCIABILIDADE

Integrada ao tipo de investigação colocado acima, procuramos articular à cultura urbana global o processo específico da praça estudada. A cultura globalizada das cidades contemporâneas articula identidades fragmentadas, mas que se reunificam ou *traduzem-se* em outras formas identitárias através de experiências locais. Até que ponto as práticas e discursos encontrados se relacionam com a cultura global? Quais e como se realizam essas articulações entre a dinâmica da cultura urbana local e a dinâmica global?

Stuart Hall (2003, 2003a) aborda os processos culturais atuais trazendo a idéia de processos de identificação, ao invés de processos de identidade, para mostrar o caráter híbrido e de fluxo constante que conforma as identidades na cultura de nossa modernidade tardia. Para o autor apesar das diferentes leituras do processo de descontinuidade detectada por Giddens, Laclau, Harvey, por exemplo, devemos ter em mente que se trata de um processo complexo que alguns caracterizam como pós-modernidade, mas que deve ser pensado e entendido como uma continuidade e uma linha comum com as outras épocas históricas. Na modernidade tardia a cultura global não destrói ou esmaga o “local”. Devemos pensar que:

“A globalização (na forma de especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos’ de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como ‘substituindo’ o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o ‘global’ e o ‘local’.” (HALL, 2003, p. 77)

⁴ Enxerto de texto nosso.

⁵ Enxerto de texto nosso.

O individualismo e a cultura global fragmentada das atuais sociedades complexas trazem consigo novas formas de construir identidades e novos tipos de sensibilidade, como as vivências de solidão e anonimato. Michel Agier (2001) aponta a necessidade de definir o lugar e ferramentas teóricas que possibilitem a crítica da identidade cultural e toda crítica social, ainda mais dentro do complexo, heterogêneo e híbrido que é a cultura global fragmentada individualista.

Sabemos que as sociedades, não só as ocidentais, são estruturadas com base no capitalismo, e se desenvolvem em um contexto multicultural, composto de identidades muito diferenciadas, sob o pano de fundo ideológico de uma pretensa homogeneização e universalização. As multiculturas presentes nessas sociedades fazem parte de uma cultura geral, onde a lógica do capital coloca suas manifestações em uma rede de produção de massa, voltada para o consumo. Uma cultura que tende para a homogeneização dos gostos, apropriações sociais e padrões de sociabilidade que transitam entre as identidades nacionais e forças de identidade local que se forjam a todo instante. O que exacerba as inter-relações entre os indivíduos, e ao mesmo tempo fragmenta a vida social. Os indivíduos enquanto produtos e, ao mesmo tempo, produtores da realidade social, implicam em um modo de organização individualista e no individualismo. Atuando na ideologia e na base de estruturação moral da sociedade capitalista, o individualismo segue em constante mutação, apresentando tendências para uma radicalização ao mesmo tempo também sofre movimentos contrários advindos das lutas políticas.

Apesar das faces negativas, que acompanham o processo de globalização e a afirmação da cultura individualista, existe a possibilidade de progresso e de uma visão otimista acerca destas formas culturais, que surgem no bojo do desencantamento do mundo, em um sentido Weberiano. A cultura e a configuração do mundo ocidental que invocam a liberdade no individualismo do consumo e do poder monetário, apresenta um quadro de insatisfação e sofrimento social, seja por necessidades econômicas e materiais, ou por necessidades existenciais, mas, em contrapartida, colocam em relações mais próximas diversas sociedades e tipos culturais peculiares. Estas aproximações ajudam a entender o processo cultural e conseqüentemente apontar caminhos para a resolução de problemas existentes nas sociedades, em busca de uma melhor qualidade de vida e da consolidação de projetos.

No final do século XX e início do século XXI, surgiram muitas críticas ao conceito de cultura dentro das Ciências Sociais e, especificamente, da Antropologia. Afirmava-se o fim do conceito de cultura e sua ineficácia para estudo das sociedades e dos

indivíduos diante da vida moderna global. Alguns autores como Clifford Geertz e Marshall Sahlins, em contrapartida, fizeram a sua defesa. Neles a cultura apareceu como um conceito fundamental para a reflexão sobre os homens e suas vidas, principalmente no estudo e pesquisa das sociedades complexas e seus indivíduos.

Marshall Sahlins (1997, 1997a) faz uma defesa da cultura enquanto categoria, latente e importantíssima na análise do social e dos indivíduos.

Sahlins resgata o conceito de cultura desde o seu surgimento e sua gênese, colocando como central nesta revisão o processo de globalização e mundialização das sociedades. Admite e ressalta a existência da resistência cultural entre culturas em contexto, e de formas de civilização e sociedades particulares, que se sentem ou são interpretadas como desfavorecidas dentro desse processo.

O referido autor entende a cultura como sendo um processo de intercâmbio entre indivíduos, grupos e sociedades. A busca pelo domínio do mundo exterior e da natureza, segundo ele, faz parte da própria cultura e da sua essência enquanto busca pela vida e perpetuação. O domínio do mundo é o domínio sobre os sujeitos em interação em uma sociabilidade dada, e isso é inerente à reflexão racional do humano. Em Sahlins, então, para se entender e estudar a cultura contemporânea deve-se estar atento à história cultural do capitalismo, e perceber, também, a autonomia cultural dos povos “primitivos”, no processo de inclusão e interação com a cultura capitalista em uma ideologia universalista.

A cultura globalizada atual parece trazer, em si, a idéia do homem como ser mundial e cosmopolita. Esta uniformização cultural ideologizada, aparece em autores pós-modernos e desconstrucionistas como um dado natural, que os fazem atacar o conceito de cultura e criarem uma outra ruptura com a tradição antropológica. Sahlins, ao contrário, discute com os pós-modernistas, e afirma que as culturas e os povos considerados como menores não são passivos no intercâmbio da cultura global, mas, são sociedades e povos resistentes no interior do processo geral migratório, que exacerba e se mostra presente na uniformidade capitalista da recriação das formas de vida local. Na resistência, re-atualizam a tradição, e recriam a cultura em novas configurações sociais específicas.

A uniformização do espaço gera a diversidade e o multiculturalismo. Os povos colonizados e absorvidos pelo processo de mundialização não se entregam facilmente à dominação mas, quando se integram à lógica capitalista, tentam adaptar o sistema aos valores tradicionais.

Para embasar suas posições, Sahlins cita a experiência etnográfica de três antropólogos, Rena Lederman, Epeli Hau’ofa e Terry Turner, afirmando que “*Cada um*

deles se deparou com uma certa indigenização da modernidade que não havia sido antecipada pela antropologia tradicional” (SAHLINS, 1997, p.58). Entende esta indigenização, como recriação original e resistente das formas de cultura subjugadas. E afirma categoricamente:

“A ‘cultura’ não tem a menor possibilidade de desaparecer enquanto objeto principal da antropologia – tampouco, aliás, enquanto preocupação fundamental de todas as ciências humanas.” (SAHLINS, 1997, p. 41)

Diante de todas as dúvidas que atormentam o conceito de cultura, como resultado do turbilhão de mudanças na estruturação das sociedades em um mundo global, Sahlins invoca, por fim, que o que nos resta é “(...) *explorar toda essa imensa variedade de processos culturais e relações interessantes.*” (SAHLINS, 1997^a, p. 149)

Gilberto Velho vem na mesma linha ao tratar a cultura enquanto heterogeneidade no mundo complexo.

Em *Cultura enquanto heterogeneidade: Biografia e Experiência Social* (1986), Velho traz alguns elementos necessários para a discussão, formação, e condução da pesquisa e análise do social que tenham como foco os indivíduos e a subjetividade, aliados a sua relação com a Sociedade e cultura mais amplas e, portanto, com a estrutura social.

Abordando as pesquisas e análise que focam no aspecto microsocial da realidade, o autor coloca de início que é fundamental na Antropologia contemporânea a noção de que os indivíduos se constituem e se relacionam a partir de um a “teia de significados”, como assinalada por Geertz. Velho mostra que essa teia, esse elemento estrutural maior que configura um bloco cultural, influencia e direciona a formação das identidades sociais, das ações e do social em si. Seja na sociedade holista ou individualista, onde os indivíduos são conceitualizados de diferentes maneiras, como assinalou Dumont, há essa determinação “de cima”. Porém, o que Velho quer apontar é que existe uma distinção entre estrutura e organização social, ou seja, existe um “campo de possibilidades” e de arranjos dentro da estrutura e teia que são colocadas *a priori* sobre os indivíduos. Isto é o que é colocado pela perspectiva interacionista, que vê, como Simmel, que os indivíduos não são meros construtos, mas também construtores ou reinventores da vida social.

Aparece então a diferença e o conflito como elementos nos quais esse tipo de pesquisa deve centrar-se, já que em meio a um bojo cultural comum o que se deve procurar analisar é como se processam e coexistem essas diferenças. Abordando essa questão o autor diz:

“Mas, para a nossa discussão, importa mais perceber a sua contribuição, para um melhor entendimento da coexistência problemática das diferenças. Privilegia, nesse nível as diferenças de origem, background, trajetória, experiência social, em geral. Enfatiza, por conseguinte, a individualidade dos fenômenos. Neste sentido todos os processos internos de diferenciação de uma sociedade são relevantes” (VELHO, 1986, p. 51)

Interessa então perceber o que está mudando, e inversamente o que está permanecendo, dentro da dinâmica cultural vista a partir dos indivíduos. O que é novo em uma sociedade, diante de sua complexidade última? Esta, porém é uma pergunta e uma tarefa difícil de ser encaminhada, segundo Velho, já que não se pode pensar que todo elemento encontrado indica uma mudança consolidada ou em consolidação. Como ele diz, “a heterogeneidade por si mesma não implica mudança permanente e automática.” É preciso novamente lembrar para a estrutura e sua força, ou seja, há instituições e valores de grande permanência, estabilidade e fixidez.

Velho aponta a perspectiva da análise biográfica e a vivência individual da heterogeneidade como um instrumento de extrema eficácia nesse tipo de pesquisa. Afinal , *“ mesmo contextualizando a noção de indivíduo, cabe registrar que é ao nível das biografias de indivíduos específicos que encontramos com mais vigor e dramaticidade a coexistência de orientações e códigos diferenciados.”*

Já em *Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas*, Velho relembra que tratar de grupos culturais ou sociedades enquanto unidades isoladas é um erro que há muito foi apontado por diversos antropólogos, mesmo, e principalmente, pelos que se detiveram sobre sociedades de pequeno porte e relativamente isoladas de outros grupos. Assim faz-se necessário enfatizar que *“as fronteiras entre uma sociedade ‘não-complexa’ e uma complexa são sempre arbitrárias e problemáticas”* (VELHO, 1987, p. 15), já que a homogeneidade e heterogeneidade de tal sociedade são definidas a partir da seleção de dimensões de análise da própria, bem como através de quais parâmetros de comparação que se procede.

Diante de tal arbitrariedade, Velho coloca o que seriam as Sociedades Complexas para ele:

“(...) quando me referir neste artigo a sociedade complexa que tenho em mente, a noção de uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica, sejam classes sociais, estratos, castas. Por outro lado, a noção de complexidade traz também a idéia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc. (VELHO, 1987, p.16)

As emoções e suas expressões em termos de práticas e ações sociais, projetadas ou não, devem ser percebidas e procuradas em estratificações e segmentações do mundo fragmentado complexo que não só a das classes sociais. As diferenças de valores e interpretações sobre sentimentos, práticas e até sobre as coisas físicas tem mais rica compreensão se analisadas a luz de uma biografia dos indivíduos componentes do grupo em foco.

O autor aponta para a necessidade da interdisciplinaridade para o sucesso dessa empreitada. Empreitada essa que visa entender uma Sociedade Complexa, como a do Brasil contemporâneo, tendo a organização social observada a partir dos indivíduos em interação, e principalmente em suas trajetórias e vida (entendida como criativa), o que proporciona um conhecimento não dogmático e plurivocal onde o saber científico só alcança legitimação quando aliado ao que se produz e vive no universo do senso comum e do cotidiano.

Entendemos que atualmente o mundo é um “mundo urbano” e, assim, a cidade deve ser pensada como local último onde as transformações e os processos culturais ocorrem com mais intensidade. Se pensarmos como Roberto Monte-Mór (2006), veremos que a práxis urbana hoje se estende a todo espaço social, politizando, aqui mais que nunca, no sentido de sua dinâmica cultural, um tecido urbano que se alastra até para regiões remotas longe das cidades.

Para o Brasil isso é mais válido do que nunca, já que como o autor diz:

“É a essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania, que tenho chamado **urbanização extensiva**⁶. A urbanização extensiva atingiu nos últimos 30 anos praticamente todo o país: estendeu-se a partir das regiões metropolitanas articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias primas, seguindo a infraestrutura de transportes, energia e comunicações, criando e estendendo as condições de produção e os meios de consumo coletivo necessários ao consumo da produção industrial fordista que se implantava no país a partir do “milagre brasileiro”. Ao final do século XX, o urbano se fazia então presente em todo o território nacional, com destaque para a fronteira amazônica e do centro-oeste onde a produção do espaço já se dava a partir de uma base urbano-industrial que emanava dos centros metropolitanos e de seus desdobramentos sobre as regiões agrárias articuladas à base agro-industrial do país.” (MONTE-MÓR, 2006, p.12)

Assim, o autor nos dá um panorama geral da importância dos estudos urbanos, ou melhor, da práxis urbana, principalmente no Brasil.

⁶ Grifo nosso.

O geógrafo e professor de Antropologia na *City University of New York*, David Harvey é conhecido por dar uma nova roupagem à Geografia enaltecendo os aspectos sociais e políticos na disciplina, traz a temática dos espaços sociais contemporâneos e, portanto, dos espaços urbanos, alertando também para a dinâmica capitalista e para a retomada do conceito de *classes* ao se pensar o mundo urbano e suas possíveis transformações, a partir da visão de um capitalismo avançado como crítica de uma condição de pós-modernidade.

Harvey pontua que há uma necessidade de um debate em torno de alguns conceitos, e principalmente, da revisão de certos mitos que se instalam dentre os movimentos insurgentes anti-capitalistas, e dentre as diversas oposições ao modo como o urbanismo é vivido e colocado no capitalismo avançado em suas facetas excludentes, desiguais e injustas.

Harvey diz logo de início que: “*Não há região no mundo onde não ocorram manifestações de raiva e descontentamento contra o sistema capitalista.*” (HARVEY, 2002, p.3). O autor coloca a multiplicidade de projetos anti-capitalistas bem como suas diferenças, que muitas vezes não permite que percebam como realmente se dá e se pode transformar o *desenvolvimento geograficamente desigual* que o capitalismo promove. Há inclusive projetos e movimentos que estão descontentes com a atual situação do mundo urbano, que não são anticapitalistas ou, muito menos, se vinculam à uma origem socialista.

Nesse mesmo bojo do *desenvolvimento geográfico e histórico desigual*, aparecem as possibilidades políticas e revolucionárias, as quais os movimentos devem refletir a respeito de como fazer uso dessas possibilidades.

O autor aponta para a necessidade de uma *flexibilidade* entre os movimentos de oposição que, a partir de uma síntese contínua, percebam as diferenças de como se configuram os processos de violência, de degradação ambiental, degradação no mundo do trabalho e vários outros problemas urbanos, a partir das experiências locais e particulares, sem peder de vista que “*É fundamental ir além dos particularismos e sublinhar o padrão e as características sistêmicas do dano que se está inflingindo*”. (HARVEY, 2002, p. 4). Tentar-se-ia encontrar relações entre problemas que aparentemente não possuem nenhum vínculo, trazendo as questões de classe à tona, e também de uma luta de classe anticapitalista. Porém Harvey adverte:

“Devo sublinhar que isso não é um hino ao ecletismo e ao pluralismo, mas um argumento para desvelar o conteúdo de classe de uma vasta gama de temáticas anticapitalistas” (HARVEY, 2002, p. 5)

Harvey versa sobre o neoliberalismo e sobre a globalização apontando que o argumento da “*mão invisível do mercado*” legitima a não atuação do Estado, e a própria exploração e desigualdade, sob o falso jugo da equalização das distribuições econômicas pela livre iniciativa.

O autor aposta que o caminho a ser seguido é fazer desse processo violento e desigual o âmbito das aspirações possíveis, e que diante desse agravamento dos problemas ambientais e sociais o terreno para o anticapitalismo está mais fértil do que nunca. Porém, ele afirma que: “*Todavia esse trabalho de síntese deve reinserir-se nas condições orgânicas da vida cotidiana*”. (HARVEY, 2002, p.5). A partir das organizações populares e de estratos sociais e seus micro-projetos é que poderá vir uma real transformação do social.

Harvey aposta numa retomada da postura científica dos pensadores do século XIX, que não desvinculavam a esfera da prática política da científica. Ele coloca a necessidade de uma “poética” na compreensão do nosso mundo em urbanização. Tentando deixar um ambiente habitável para as gerações seguintes, faz-se necessário alcançar um processo de urbanização justo e ecologicamente sensível, o que o autor chama de um modo de urbanização civilizatório.

Em busca dessa aproximação interpretativa, investigamos as praças e suas configurações tendo como base os conceitos de *ethos* e *visão de mundo* como proposto por Clifford Geertz em *A Interpretação das Culturas* (1978).

Geertz afirma em, *O Saber Local* (2001), que os “indivíduos de uma cultura são capazes de penetrar no pensamento de indivíduos que pertencem a uma outra cultura” (GEERTZ, 2001: p.223), colocando diretrizes para a maturação metodológica de uma etnografia contemporânea, que em vez de simplesmente mapear as diferenças, parta delas como parâmetros para, justamente, decifrar e entender como se processa a atual realidade complexa e plural. Para isso, Geertz propõe que consideremos o pensamento ou ideologia como *choses sociales* e que observemos que sempre por trás das manifestações culturais, sejam elas artísticas, cotidianas, narrativas e discursivas, há sempre um lugar de fala. (GEERTZ, 2001: p.228).

O autor traz uma enorme contribuição metodológica para pensarmos as culturas, relativizando-as e generalizando seus aspectos, enquanto construções simbólicas do *homo racional*. Geertz nos mostra como a cultura é composta pelo *ethos* e *visão de mundo*, que

enquanto valores, construções e práticas se superpõem sucessivamente na organização da vida social. Diz ele:

“Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo ‘ethos’, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo ‘visão de mundo’. O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade.” (GEERTZ, 1978: pp.143-144)

Adotamos as diretrizes metodológicas de Geertz, Weber, Simmel e Elias, que percebem as instâncias objetivas e subjetivas da vida estando em constante interpenetração, investigando, assim, as estruturas de significado dispostas em forma de teia, as quais os próprios homens criam e nela estão imersos, procurando saber o que são valores e como eles atuam. Geertz expressa bem esse olhar:

“A abordagem de uma teoria de valor que olhe o comportamento de pessoas reais em sociedades reais, vivendo em termos de culturas reais procurando tanto o seu estímulo como a sua validade, irá afastar-nos dos argumentos abstratos e muito escolásticos nos quais um número limitado de posições clássicas é repetido sempre e sempre, com muito pouca novidade a recomendá-los, voltando-se para um processo de introspecção cada vez maior tanto para o que são valores como para como eles atuam.” (GEERTZ, 1978: p.159)

Buscamos observar, como dito acima por Geertz, o comportamento de pessoas reais em sociedades reais, e para isso focalizamos no estudo do cotidiano. Tentando perceber os impactos que a praça trouxe, investigamos desde sua ausência, todo o processo de construção e de “conclusão” do equipamento, as alterações que foram provocando no cotidiano dos moradores do bairro.

As praças propostas pela atual gestão municipal são formas de intervenção urbana que caminham em sentidos contrários a lógicas que privatizam os espaços, mas ao mesmo tempo atuam integrando novas formas de vínculos grupais, estabelecendo demarcações de fronteiras particulares nos lugares da praça. Assim, percebemos o espaço público como local dos fenômenos de interação e percepção, construção social no *entre-lugar*, onde se manifestam os conflitos entre o discurso oficial institucional e as lógicas simbólicas e práticas que muitas vezes contrastam com a política urbana em atuação como afirma (Serpa, 2007). Serpa mostra em seu estudo dos espaços públicos em Salvador e Paris, que as apropriações e a acessibilidade que dão caráter público aos espaços da cidade não

passam apenas por uma estrutura física aberta a todos, mas antes por uma dinâmica simbólica que contemple a remodelação do espaço e sua construção no cotidiano com veículos de participação que atinjam todas as camadas sociais.

Acreditamos que os habitantes e moradores das cidades contemporâneas vivenciam e vivenciaram o cotidiano acompanhando seu processo de desenvolvimento urbano e crescimento, trazendo com suas trajetórias de vida e projetos, elementos importantes para o entendimento da sociabilidade e da vida contemporânea ocidental que cada vez mais se pautam em uma cultura do medo, onde a violência e a vitimização pessoal aparecem marcadamente como algo inevitável à vida social. Essa cultura leva os indivíduos a uma retração de sua vida pública nos espaços da cidade, bem como atitudes de *evitação* perante o espaço público.

Autores como Velho (1986 e 1987), Giacomazzi (1997) e Eckert (2000) corroboram nessa discussão apontando a perspectiva da análise biográfica e a vivência individual da heterogeneidade como um instrumento de extrema eficácia para a compreensão das sociedades complexas.

Nesse contexto urbano das sociedades atuais, a prudência e a eterna desconfiança em relação ao outro passa a ser regra do cotidiano, já que as promessas do processo civilizador não são cumpridas, refletem-se em novas formas privadas de garantia da segurança e do bem-estar. Segundo Cornelia Eckert: *“As estratégias para preservar um estado de segurança é indicativo, pois, de um ato considerado cada vez mais civilizador nas cidades”* (ECKERT, 2000, p. 13). Assim surge não só uma cultura do medo, como também uma estética e conformação do espaço da cidade a partir desse elemento. Isso fica claro a partir da busca pela moradia em prédios ou condomínios fechados, marcados por muros altos, grades, cercas elétricas (constatação material); além de uma série de novos serviços como o de segurança privada que são criados a partir dessa nova demanda.

Outros autores, como Ferraz (2006), Moura (2003) e Caldeira (1997, 2000), discorrem sobre essa estética da violência que gera uma arquitetura para o espaço urbano mediante um desenvolvimento que opera via uma segregação cada vez mais acentuada.

O individualismo e as relações de vizinhança, são afetadas por essa nova configuração contemporânea. Elementos como assaltos em prédios, se tornam comuns nas metrópoles, e antecipam movimentos que tendem a se projetar para as cidades de médio porte, como é o caso de João Pessoa.

Partimos, portanto, de uma visão dinâmica de sociedade, que se constrói e é construída através do jogo relacional e dos conflitos que dele emanam. Indivíduo e

sociedade seriam antes partes de um mesmo ente, do que unidades abstratas e separadas. Pensamos a mudança social em termos de processo, sempre conflituoso, onde o conflito aparece não como um desvio anômico ao equilíbrio dos sistemas sociais, como aos olhos dos funcionalistas, mas sim como elemento fundante da mudança social e do desenvolvimento histórico.

Descortinando as formas de sociabilidade e, portanto, das inter-relações que emergem no cotidiano dos espaços públicos, sob a ótica do pertencimento, buscamos decifrar e interpretar a cultura cada vez mais fragmentária cara às cidades ocidentais contemporâneas e o desenrolar da sociabilidade dos indivíduos na vida citadina moderna, como outrora foi discutida pelos autores clássicos da Sociologia e com especial destaque Georg Simmel (1979, 1998, 1999).

Simmel, debruçando-se sobre a cidade moderna detecta um crescimento da capacidade das comunicações e relações entre os homens, abrangendo maiores e mais complexas esferas sociais. Uma cultura de objetivação das inter-relações entre os indivíduos e grupos surge na modernidade de forma especializada e fragmentada. O individualismo na cultura moderna traz indiferença e impessoalidade nas inter-relações. A atitude *blasé* aparece, e os laços sociais se alargam cada vez mais à medida que a cultura e a mentalidade moderna abstraem-se e objetivam-se. Falando sobre essas questões ele diz:

“Somente a economia do dinheiro chegou a encher os dias de tantas pessoas com pesar, calcular, com determinações numéricas, com uma redução de valores qualitativos a quantitativos”. (SIMMEL, 1979, p.14)

E caracterizando a atitude *blasé* afirma que:

“Através da mera intensificação quantitativa dos mesmos fatores condicionantes, essa realização é transformada em seu contrário e aparece sob a adaptação peculiar da atitude *blasé*. Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e a forma metropolitana.” (SIMMEL, 1979 p.17)

Já em *O Segredo*, Georg Simmel (1999) partindo das mesmas bases que veêm o processo de interação como fundante do social, analisa o elemento segredo, colocando-o como uma categoria social essencial para a vida societária. O autor parte para o entendimento da relação entre as esferas públicas e privadas da vida, da informação e dos símbolos em seu controle/divulgação, bem como, dos códigos de pensamento que permitem e estimulam a ação social, as alianças sociais e as objetificações que dela surgem, não obstante a sua quebra. Simmel pensa a contradição – inclusive como

movimento histórico – , a partir das relações sociais permeadas pelo movimento de ocultar e de expressar.

Para Simmel o segredo “*é uma das maiores realizações humanas*” (SIMMEL, 1999, p.221), tendo um papel decisivo na existência da esfera privada da vida e da sua expansão. Expansão esta entendida como resultado da mudança ou desenvolvimento histórico (principalmente), e também como desenvolvimento do indivíduo em sua cronologia etária. Elemento de grande significação na estrutura da interação social, ele oferece a possibilidade de um *mundo oculto* que se opõe ao *mundo manifesto*, que se auto-influenciam mutuamente. Nas sociedades em determinados momentos e configurações históricas, há coisas que são sub-locadas em um desses dois mundos, dentro de uma dinâmica cultural que enaltece uns elementos em detrimento de outros, que por sua vez possam surgir e serem resgatados futuramente por meio dos arranjos e associações sociais e suas objetificações.

Essa importância do segredo, principalmente em nossa sociedade ocidental e moderna, não pode ser omitida pelo fato de que, no âmbito ético, este seja visto como elemento unicamente negativo. Assim, diz o autor:

“Tal significação não pode ser omitida, em vista do fato do segredo ser muitas vezes eticamente visto como negativo. Pois o segredo é uma forma sociológica geral em situação de neutralidade, acima do valor e das funções de seus conteúdos.” (SIMMEL, 1999, p.222).

Vemos que o esquema da *díade* simmeliana (SIMMEL, 1964) enquanto fundamento do social, se repete aqui no tocante ao segredo como “*expressão sociológica da ruindade moral*” (SIMMEL, 1999, p. 222). Simmel afirmava que a menor estrutura da interação social acontecia numericamente entre dois elementos, mas ressaltava que: “*O isolamento é interação entre dois partidos, um dos quais abandona a cena real após haver exercido certas influências, sobrevivendo e agindo em forma ideal no espírito do remanescente solitário.*” (SIMMEL, 1964, p.129).

O que é imoral sempre se esconde no mundo oculto do segredo, e os indivíduos diante da liberdade oferecida pela economia monetária, valem-se do segredo para que possam circular pelas mais diversas esferas do mundo cada vez mais fragmentado, e também de sua revelação por meio da traição, como um meio de diferenciação, de requisição de identidade ou até de iniciativa política.

O segredo é fascinante, e seu fascínio consiste no poder que a seu possuidor confere. Ele estabelece, portanto, limites e fronteiras entre grupos e indivíduos. Os nossos sentimentos e emoções são configuradas a partir de nossa essência relacional. Simmel diz:

“Para muitos indivíduos, a propriedade não adquire significado com a mera posse, mas só com a consciência de que outros não a detêm. A base para tal, evidentemente, é a impressionabilidade dos nossos sentimentos através das diferenças. (...) A partir do segredo que sombreia tudo que o há de significativo e profundo, se origina a falácia de que tudo o que for misterioso será importante e essencial. Diante do desconhecido, o impulso natural do homem em idealizar e o seu temor natural cooperam para como o mesmo objetivo: intensificar o desconhecido através da imaginação e dar-lhe uma ênfase que nem sempre corresponde à realidade patente.” (SIMMEL, 1999, pp.222-223)

Assim como o dinheiro, o segredo vive seu apogeu de fascínio e de poder na sua divulgação ou na traição. No caso do dinheiro isto acontece quando ele é gasto, seu poder de abstração impessoal só se dá quando ele efetiva o consumo. O mesmo acontece com o segredo já que para Simmel “(...) *toda relação humana é caracterizada, entre outras coisas, pela quantidade de segredo que nela se encontra e que a envolve.*” (SIMMEL, 1999, p.223)

Como colocado antes, Simmel enfatiza o segredo como base de grande importância para o individualismo e a individualização do social. A atitude blasé é permitida através do direito de calar-se e reservar-se em sua privacidade em relação aos outros. Aos indivíduos, na configuração moderna de sociedade ocidental, a escolha é “livre” e de acordo com suas conveniências. Assim, suas possibilidades se ampliam de forma inigualável. O autor, em outras obras, como *A Ponte e a Porta* (1996) e *A Filosofia da paisagem* (1996a), versa sobre os mesmos processos dando ênfase no tratamento das questões de espaço. Simmel, a partir das noções de associação/dissociação, constrói através das metáforas explicativas as formas que regem o processo de cultura, e mais especificamente de cultura subjetiva. Ele aborda também o conceito de *Stimmung*, que segundo Maldonado (1996, p.8), “*trata-se de um processo afetivo essencialmente humano*”. Esta seria mais uma definição para a subjetividade criadora dos seres humanos, e para o entendimento de cultura subjetiva que parte do autor.

Outros autores mais contemporâneos também atentaram para a emoção enquanto subjetividade e sua importância, inclusive consolidando essa esfera como essencial dentre as temáticas contemporâneas de pesquisa.

Norbert Elias é nome certo nesse feixe. Em *O processo Civilizador* (1994, 1993), trazendo o conceito de *configuração*, percorre a história da sociedade ocidental mostrando os caminhos que levaram a mudanças nos valores, na cultura e na forma de comportamento

dos homens neste caminhar, relacionando-as às estruturas da sociedade. Colocando o que seria a *configuração*, enquanto conceito sociológico, ele diz:

“O conceito de configuração foi introduzido porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de ‘sociedade’ que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada.” (ELIAS, 1994, p.249)

A partir da formação do Estado moderno e do fenômeno da divisão do trabalho Elias percebe o fortalecimento da individuação, que tem bases alicerçadas em um gradativo aumento e pressão para o controle das emoções, como também novas formas de se realizar estes controles. O comportamento civilizado geraria um nível maior de integração, mas pautado em uma diferenciação exacerbada.

O medo do outro para nós não é entendido apenas como fator advindo da cultura da violência difundida – com boa ajuda da mídia e dos novos meios de comunicação e interação – atualmente. Mas, também, são pequenos medos que emergem de uma configuração social ocidental que impele o indivíduo a ter cada vez mais *vergonhas* e receios de exposição, para o social, de seus reais sentimentos e condições. Esse medo de exposição e da traição, que gera individualismo, propõe também novas formas de sociabilidade onde emergem novas maneiras de agir e sentimentos como a *lealdade* e *confiança*, fazendo surgir uma socialização e laços sociais integrados de outra forma.

Partindo-se para explicitar a noção do tempo no contemporâneo individualista, ressaltamos que em *Sobre o Tempo* (1998) o autor disserta sobre a categoria *tempo*, mostrando seu caráter orientador das ações sociais e das criações simbólicas. Para ele, as noções de pessoa e de tempo evoluem e evoluíram em conjunto. Evolução aqui entendida enquanto um projeto de humanidade, ou de embates e tensões de projetos individuais e coletivos ao longo da história.

Dentro do já referido *processo civilizador* que progressivamente instaura a autodomesticação dos indivíduos, o tempo segundo Elias chega a um nível de síntese enorme. As relações cada vez mais objetivas só são possíveis através deste *tempo* característico da época atual. Todo tempo implica um espaço, onde se cria simbolicamente através da repetição, posicionando-se e movimentando-se em uma escala temporal (construída nas tensões) para se pensar o espaço. Sobre isso e as configurações modernas, Elias diz:

“Ora, o tempo faz parte dos símbolos que os homens são capazes de aprender e com os quais, em certa etapa da evolução da sociedade, são obrigados a se familiarizar, como meios de orientação. Também nesse caso podemos falar da individualização de um fato social. Mas, se a auto-regulação dos falantes

individuais em relação à língua do grupo é própria de toda espécie humana – resultado, ao que parece, de um longo processo evolutivo nos homínídeos –, a auto-regulação em relação a uma cronologia só se instaurou muito progressivamente ao longo da evolução humana. E foi num estágio relativamente tardio que o ‘tempo’ se tornou símbolo de uma coerção universal e inelutável.” (ELIAS, 1998, p. 20-21)

Ainda comentando o fenômeno do individualismo que afeta as relações dos indivíduos com o *tempo*, levando a sua regulação a um nível cada vez mais individual, Elias afirma:

“Em numerosas sociedades da era moderna, surgiu no indivíduo, ligado ao impulso coletivo para uma diferenciação e uma integração crescentes, um fenômeno complexo de auto-regulação e de sensibilização em relação ao tempo. Nessas sociedades o tempo exerce de fora para dentro sob a formas de relógios, calendários, e outras tabelas de horários uma coerção que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma auto-disciplina nos indivíduos. [...] Essa individualização da regulação social do tempo apresenta, em caráter quase paradigmático, os traços de um processo civilizador.” (ELIAS, 1998, p. 22)

Diante das discussões travadas, apresenta-se um tipo de cultura urbana e de sociabilidade onde a esfera privada sofre um enorme alargamento, seja pelo individualismo fomentado no início da modernidade, seja pelas novas formas de adaptação às promessas não cumpridas, ou melhor, aos déficits de funções ou tarefas destinadas à esfera pública que inicialmente foram colocados pela modernidade e pelo processo civilizador.

COTIDIANO, SOCIEDADE E ESPAÇO PÚBLICO

Encaramos o cotidiano da praça a partir da perspectiva de (De Certeau, 1998 e 1998a); (Lefebvre, 1991); (Heller, 1985); (Martins, 2008), dentre outros, buscando ver como as intervenções de revitalização e de construção das praças atingem ou atingirão os objetivos e práticas urbanas na relação do *homem simples* com a *sociedade maior* representada pela esfera institucional, percebendo a constante reorganização da política urbana em questão. Nossa proposta se aproxima mais da visão do cotidiano como proposto por De Certeau, já que para nós as rupturas e transformações na história são constantes, diferente dos outros autores citados que a partir de uma influência marxista vêem momentos específicos em que essas micro-transformações se acentuam gerando uma ruptura social de maior envergadura. Mesmo assim, o debate com os outros autores proporciona entender que é no cotidiano que se processa a história.

Comparando-se à perspectiva de Heller, Lefebvre traz a possibilidade de transformação e mudança social a partir do próprio cotidiano, diferentemente de Heller que aponta a sua negação como possibilidade transformadora. Apesar de pensarem na transformação com uma perspectiva teleológica, Heller coloca essa possibilidade para alguns indivíduos apenas, estimulando a idéia de partido de vanguarda e de representatividade que foi cara ao surgimento da social-democracia como um rumo a ser seguido por parte dos marxistas. Já Lefebvre coloca essa possibilidade para todos os indivíduos, mesmo que a partir de coletividades, o que estimula a ideia de movimentos sociais, movimentos culturais e grupos urbanos. A perspectiva teleológica se mostra bem mais forte em Heller do que em Lefebvre.

Michel de Certeau parte justamente da visão de que os indivíduos, ou melhor, as práticas e ações cotidianas por muito tempo e em grande parte foram vistas e estudadas sob uma perspectiva que as coloca como passivas dentro do processo de atividade socio-cultural. Por isso as práticas cotidianas sempre figurariam enquanto aspectos “de segunda mão” e menor importância nas análises sociais. Martins (2008) corrobora esta ideia e propõe, assim como De Certeau, uma visão metodológica que é:

“(…) uma proposta metodológica, a de tomar o que é liminar, marginal e anômalo como referência da compreensão sociológica. É nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se torna fecunda, quando fica evidente que a explicação do todo completo é incompleta e pobre se não se passa pela mediação do insignificante. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a história se desvenda ou se oculta.” (MARTINS, 2008: p.11-12)

O autor deixa claro que foge de uma perspectiva de um “atomismo social” que vê no indivíduo fonte primordial para a redução dos fenômenos sociais a um subjetivismo ingênuo. O que ele tem por objeto é investigar os modos de ação social e esquemas de operação, e suas combinações que são pensadas e vividas pelos que compõem uma parte fundamental do que é a cultura urbana moderna. Reconhecendo o cotidiano como lugar da criação social, Martins afirma que:

“A criação social está, portanto, no que não se repete, mas também, ocultada, no que se repete. Ela está na práxis que recria e inova ao mesmo tempo. Hoje a práxis não está mais alocada a um grupo social particular; o proletariado já não tem o monopólio da História. (...) A criação social e sua necessidade vão se apresentando, pois, a diferentes setores da sociedade, nesses pontos de desencontro, a diferentes grupos e classes sociais, conforme a circunstância e o momento. Não necessariamente nem prioritariamente no subúrbio e na fábrica.” (MARTINS, 2008: pp.146-147)

Percebemos que o autor vê nos indivíduos e na sua capacidade de organização um lado ativo, que possibilita a reinvenção das práticas, objetos e espaços objetivados que são colocados aos mesmos. De Certeau, diferentemente de Lefebvre, não vê só em determinados grupos, de “contracultura”, o lado criativo e a poética da vida. Para ele, nas simples operações cotidianas, mesmo enquanto consumidores no sistema capitalista, os indivíduos estão sempre inventando e recriando através do aparato simbólico e da poética o mundo que se objetiva à frente dos mesmos. O próprio ato do consumo, do como se consome, do como se usa e se apropria, denota essa atividade dos sujeitos em relação, que modificam constantemente, mesmo que de maneira dispersa e silenciosa, os objetos (físicos ou não) culturais que lhe são impostos. Os consumidores são também produtores na visão do autor.

“Este trabalho tem portanto por objetivo explicitar as combinatórias de operações que compõe também (sem ser exclusivamente) uma ‘cultura’ e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o púdico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). **O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.**” (DE CERTEAU, 1998: p.38) ⁷

A subversão das coisas, dos fatos, dos símbolos é parte elementar da ação humana que produz cultura no cotidiano. O autor supõe que “os usuários ‘façam uma bricolagem’ com e na economia cultural dominante (...) segundo interesses próprios.” (DE CERTEAU, 1998: p.40). O cotidiano seria o lugar por excelência da criação social, e de sua própria reinvenção. O autor afirma que em vez de se preocupar com o funcionamento da dominação, dos mecanismos de coerção, repressão, etc., ele está preocupado em entender os mecanismos, as formas, e a lógica de operação que vão no sentido inverso desse processo.

De Certeau, de pronto, reconhece que há formas, regras e padrões que compõem essa lógica, e diante da complexidade que envolve essas práticas o autor selecionou algumas maneiras de fazer bem diferenciadas, encontrando variações que surgissem a partir da pesquisa de campo. Também utilizou hipóteses e teorias científicas anteriores, passando por Goffman, Bourdieu, Mauss, no campo das ciências sociais, como também autores da linguística e da filosofia como Chomsky, Garfinkel, entre outros.

Voltando novamente ao ponto da subversão, o autor aponta que a arte de criar e de fazer contracultura não se restringe mais a grupos. O que ocorre atualmente é uma

⁷ Grifo nosso.

“marginalidade de massa” , onde a vida cotidiana e as práticas que a compõem são necessariamente políticas, heterogêneas, mas políticas. Ele diz:

“A figura atual de uma marginalidade não é mais de uma marginalidade de grupos, mas uma marginalidade de massa, atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada,(...) essa marginalidade se tornou maioria silenciosa. (...) As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas.” (DE CERTEAU, 1998, pp. 44-45)

As práticas cotidianas seriam para o autor as que “produzem sem capitalizar, isto é, sem dominar o tempo” (DE CERTEAU, 1998: p.48). O imaginário se coloca como lado ativo nos processos da vida cotidiana em embates constantes com o racional, em uma dialética racional apropriada e reorganizada pelo irracional humano, o espetáculo de imagens e palavras não introduz apenas contingência ao lado irracional, mas sim, o estimula em novas criações e objetivações, por isso Certeau diz que “a leitura – *seja das palavras ou das imagens* – introduz portanto uma ‘arte’ que não é passividade.” (DE CERTEAU, 1998: p.50) .

A reflexão que permite o confronto do real com o imaginário, do objetivado com o subjetivo jaz em meio a nossa sociedade. Lefebvre já apontava a ambivalência da palavra e do cotidiano, sendo que para Certeau essa ambivalência não é composta por uma dicotomia estanque, mas sim por instâncias interpenetráveis. O cotidiano está para ele mais como um palco onde reina a reflexão e a eterna apropriação do que um palco onde se apresenta sempre a mesma peça, onde os indivíduos raramente refletem sobre as possibilidades de novas cenas (CRAPANZANO, 2005 e 2005a).

Para ilustrar a discussão e trazer a questão do cotidiano sob a luz de outros autores brasileiros além de Martins (2008), vamos abordar as perspectivas de Roberto DaMatta em *A Casa e a Rua* (1985) e, em seguida, a partir de Jessé de Souza (2001), discutiremos a relevância das proposições da obra de DaMatta e do próprio autor.

DaMatta aborda o conceito de espaço, sua especificidade, e sua importância no trabalho de campo antropológico. Nesta obra traça um perfil da sociedade brasileira apontando-a como uma “sociedade relacional”, comparando-nos a sociedades com sistemas de orientação espaço/temporal mais racionais e universais, como no caso dos E.U.A. e da Europa, a sistemas mais pessoalizados, como no caso do Brasil ou até de Tóquio e seu sistema postal. Assim, já passa a apontar o espaço enquanto construto e construtor do social.

O autor especifica a noção de espaço da sociedade brasileira, configurando-a por possuir diversos espaços e muitas temporalidades. Afirma que o tempo e o espaço são “invenções sociais”, e que estas categorias estão presentes em qualquer sistema social, mesmo que configurados ou pensados de diferentes modos. DaMatta faz uma comparação entre a sociedade Nuer (estudada por Evans-Pritchard) e seus modos de viver e pensar o tempo e espaço, à nossa noção contemporânea individualizada. O autor tece esses comentários para mostrar que todo espaço implica em um tempo, e seu contrário também ocorre. Segundo ele: “(...) *não se pode, de fato, falar de espaço sem falar de tempo*” (DaMATTA, 1985, p.39).

Ele aponta que na sociedade brasileira existe, ou melhor, coexistem, formas paralelas de tempo e espaço mesmo que estejamos imersos no bojo de um capitalismo e de uma lógica abstrata e oficializada de tempo e espaço. Ele vai mostrar por meio de situações e práticas cotidianas que estuda desde obras anteriores como *Carnavais, Malandros e Heróis* (1990), que em meio à configuração capitalista contemporânea cada sociedade se organiza e ordena seus espaços e tempos em um todo articulado de diferentes maneiras. Aponta que nas sociedades tradicionais ou semi-tradicionais, os eventos quando existem em níveis individuais quebram o ordenamento (tempo/espaço) comum. E nas sociedades modernas e contemporâneas ocorre o contrário.

A partir desse esboço, o autor passa a especificar as formas e configurações caras a nós brasileiros. Mostra que apesar de existirem “espaços eternos”, existem também “espaços transitórios” e que essa dinâmica ambígua e complementar organiza nossa sociedade. DaMatta diz:

“Assim, qualquer evento pode ser sempre ‘lido’(ou interpretado) por meio do código da casa e da família (que é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso), pelo código da rua (que está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) e por um código do outro mundo (que focaliza a idéia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e, assim fazendo, tenta sintetizar os outros dois) Os tres códigos são diferenciados, mas nenhum deles é exclusivo ou hegemônico, em teoria. Na prática, porém um desses códigos pode ter hegemonia sobre os outros, de acordo com o segmento ou categoria social a que a pessoa pertença.” (DaMATTA, 1985, pp. 41-42)

A casa seria o espaço da personalidade, da pessoa, onde um resquício de hierarquia e holismo permanece. A rua seria o espaço do indivíduo, da abstração, onde o tempo linear e o inesperado se oporia ao tempo cíclico e a certeza existente na casa. Porém, há ainda o espaço do “outro mundo”, o da transitoriedade, que representa a liminaridade e

complementa todo o ritual organizador do social brasileiro, já que não há uma hegemonia dos espaços antes citados. Estes espaços tem uma relação complexa entre si e convivem juntos. Este seria o mecanismo de organização de uma sociedade ambígua e com uma história em particular.

O ponto principal e conclusivo é que estudando-se o espaço de uma sociedade, encontra-se toda uma dinâmica simbólica existente. Assim ele diz:

“Mas o ponto básico permanece, pois é estudando o espaço de uma sociedade que se pode lançar luz sobre questões tão importantes como o seu sistema ritual e o modo pelo qual se faz sua dinâmica.” (DaMATTa, 1985, p. 54)

DaMatta usa essa metáfora dual da “casa” e da “rua” estendendo-a para a questão da cidadania, da mulher e da morte em nossa sociedade. Como a morte, o gênero e a cidadania, são vividos e pensados em uma “sociedade relacional” como a nossa, onde a esfera da pessoalidade e das relações particulares se afirma com mais força em nossa *Teia de Significados* (GEERTZ, 1978) do que a regra universal do Estado Moderno? Para essa pergunta, o autor utiliza os exemplos da vida cotidiana como exemplos do dualismo estrutural que propõe.

Assim, DaMatta diz que no caso da cidadania, por exemplo, o indivíduo consegue se sair melhor e ter mais sucesso em suas metas, quando justamente renega seu status de indivíduo e assume o de pessoa. Numa batida policial, jamais se deve dizer que é um cidadão, isto ferirá o sistema de pensamento hierárquico e holístico relacional, sendo entendido como uma afronta pessoal aos policiais. Nas situações de Luto e morte, a sociedade privilegia os mortos “revivendo” os mesmos já que precisam deles para trazer o “outro mundo” como espaço intermediário que liga a casa e a rua, e permite que a vida social se reorganize a partir da desindividualização pessoalizada pela intimidade.

Notamos que o autor tem clara postura estruturalista, buscando entender o pensamento brasileiro a partir das situações cotidianas, mas dando ênfase a uma abstração e generalização a partir de sua metáfora. É por isso que DaMatta diz que visa interpretar e apontar os elementos de nossa profunda “gramática”. O autor não teoriza sobre uma possível essência do cotidiano, ou sobre as desigualdades e heterogeneidades nele contida, mas utiliza os exemplos advindos dele para caracterizar nossa sociedade, pensando fenômenos como a formação do indivíduo, do individualismo, do Estado moderno e do capitalismo, porém sem ter pretensões teleológicas ou históricas no sentido marxista como vimos antes com Heller e Lefebvre.

A partir das últimas considerações que fizemos sobre DaMatta é que podemos trazer as críticas e contribuições de Jessé de Souza (2001).

Para Souza, além de não ter pretensões teleológicas, o mais importante é salientar que DaMatta, ao perder de vista a dimensão das estratificações sociais, cair-se-ia num “subjativismo” ao qual o próprio autor diz fugir em sua obra. Cairia-se em um “auto-engano”, ou em uma “dualidade indeterminada” que é simples aporia ilustrativa. Essa crítica é apontada duramente em *A Sociologia Dual de Roberto DaMatta: Descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?* (SOUZA, 2001). Souza diz:

“Nós não encontramos classes e grupos sociais na obra de Roberto DaMatta. O tema da estratificação social e a relação desta com valores desempenha um papel, na melhor das hipóteses, marginal no seu esquema explicativo.(...) Ele tem clara postura estruturalista, buscando entender o pensamento brasileiro a partir das situações cotidianas, mas dando ênfase a uma abstração e generalização a partir de sua metáfora. (SOUZA, 2001, p.51)

Neste artigo, Souza destrincha primeiramente a obra de DaMatta e suas proposições – as quais colocamos acima – explanando didaticamente os pontos para em seguida colocar algumas questões que, segundo o autor, não são respondidas.

Parte ele do pressuposto de que ao se estudar uma cultura e ou sociedade, não se pode separar o estudo dos valores das diretrizes políticas, de poder e econômicas, estas últimas entendidas como diferenças de acesso, participação e condução dos valores por parte de determinados grupos sociais. Ao colocar questões como: “*Afinal, como se combinam indivíduo e pessoa ou casa e rua? Qual é o elemento dominante e qual o subordinado?*”(SOUZA, 2001, p.49), “*Qual é o conjunto de regras ou normas que explica e constitui a articulação entre esses dois mundos?*”(SOUZA, 2001, p. 51), “*(...) o que faz com que precisamente nesses casos tal ou qual princípio seja mais ou menos eficiente?*”(SOUZA, 2001, p.51); Souza afirma que DaMatta não responde, nem entende que há uma imbricação entre domínio ideológico e o acesso a bens ideais ou materiais.

Souza então traz autores como Weber, Simmel e Elias, para mostrar que não se pode isolar num bloco monolítico as relações sociais pessoalizadas, das racionais burocráticas regidas pelo Estado e mercado. Estas últimas instâncias estão atuando profundamente com seus elementos psico-sociais nos contatos cotidianos, face a face, mesmo em sociedades “relacionais” como seria a nossa. Então, para Souza, nossa Sociedade não seria tradicional ou semi-tradicional, ou com resquícios dessas, mas sim uma sociedade moderna em que houve na verdade uma modernização seletiva (SOUZA,

2005), onde grupos e classes durante a história e em seus embates construíram uma organização social diferenciada.

Para o autor as desigualdades sociais são mascaradas com esse tipo de estudo “personalista” que vem desde Sérgio Buarque de Holanda e *O Homem Cordial*, e é atualizado por DaMatta em *A Casa e a Rua*. Falta à perspectiva desses autores mostrar como individualismo e holismo se institucionalizaram e continuam a se institucionalizar – já que a cultura não é estanque – através da dinâmica cultural onde os grupos sociais, e ou, classes devem ser pensados enquanto categorias atuantes. Para Souza:

“Constrói-se uma concepção de sociedade, sem nenhuma determinação objetiva e estrutural, onde redes de relações pessoais são percebidas como **único** fator estruturante e fundamental. Folcloriza-se também o capital de relações pessoais, fundamental em qualquer sociedade moderna para as chances de ascensão social de qualquer indivíduo, em característica particular de sociedades supostamente tradicionais como a brasileira.” (SOUZA, 2005, p. 90)⁸

A partir do discutido, vemos que Souza contribuiu enormemente para que o cotidiano fosse analisado de forma mais eficaz e importante na construção e organização do mundo social contemporâneo e brasileiro.

Até agora, a discussão colocada, leva a entender que o estudo do cotidiano é importantíssimo para uma análise social relevante, porém esta tarefa não é fácil e apresenta enormes armadilhas. Não podemos sair de um objetivismo determinante das estruturas (marxismo dogmático, por exemplo), para cair num subjetivismo ingênuo do senso comum. No estudo do cotidiano temos que estar sempre relacionando a perspectiva estrutural e cultural e suas imbricações e choques a partir das práticas, pensamentos e ações que se apresentam em um campo de estudo delimitado de antemão.

A cultura urbana é vista enquanto um sistema de valores, símbolos e práticas; que não se fecham em um universo cultural, construído apenas a partir de subjetividades que se exercem de maneira totalmente livre, moldando e construindo o mundo. Pelo contrário, sua validade enquanto formas sociais que permanecem e mudam só é possível quando relacionada aos aspectos estruturais que também fazem parte do mesmo processo de mutabilidade da sociedade. Aqui é pertinente o conceito de *habitus* de Bourdieu comentado de maneira excelente por Serpa (2007):

“Para Bourdieu, o *habitus* é ao mesmo tempo um princípio gerador de práticas sociais e um sistema de classificação dessas práticas. É da relação dessas duas características que definem o *habitus* – capacidade de produzir práticas e objetos passíveis de classificação e capacidade de apreciar e diferenciar essas práticas e

⁸ Grifo nosso.

objetos (gosto). – que se origina o mundo social das representações, o espaço dos estilos de vida. O *habitus* é estrutura estruturante, que organiza as práticas e a percepção das práticas, mas também estrutura estruturada, produto da divisão em classes sociais.” (SERPA, 2007: p.162)

Questões como segregação espacial versus integração, estigma e exclusão versus ampliação da rede de sociabilidade e inclusão social, surgem como pontos principais em nossas compreensões das dinâmicas da praça atualmente. Acreditamos que a ação social opera a partir da lógica de um jogo relacional sempre perigoso, porém, vivenciado de diferentes formas a partir do segmento ou grupo social que se estuda (WEBER, 1999 e 2005, SIMMEL, 1998, 1999).

Sobre o espaço urbano, trazemos as contribuições de Menezes (2000) que pensa os espaços enquanto necessariamente sociais. A autora aborda a peculiaridade da produção do conhecimento científico dentro do contexto de globalização. Aponta que esta deve ser encarada como “perspectiva”, e que produzir perante tal perspectiva é um trabalho difícil e árduo, principalmente quando se trata de assuntos urbanos e da cidade. Deve-se atentar que mesmo diante do contexto de massificação as diferenças permanecem, e mais ainda, elas se complexificam a partir da articulação das lógicas locais e globais que se interpenetram na prática cotidiana dos espaços.

Marc Augé (1984) retoma esta questão sentindo a necessidade de caracterizar os espaços atuais, com o objetivo de situar um lugar de estudo antropológico apropriado e consciente da realidade que estamos imersos.

Augé utiliza-se do termo *supermodernidade* para caracterizar a atual configuração da sociedade global. Para ele está existindo o não-lugar no mundo contemporâneo que rompe com a tradição. O retraimento ao nível privado e individual crescente nas relações e interações humanas, onde as identidades e o jogo simbólico parecem não ser mais construídos, mas sim dados, objetivados em um espetáculo social onde o indivíduo tem papel abstrato. A perda da experiência, vista anteriormente por Benjamim em *O Narrador*, e por Guy Debord⁹ em *A Sociedade do Espetáculo*, reforçam essa concepção.

O espaço público de manifestação das emoções, dos valores e de criação social aparece diminuído e fragmentado. Augé retrata o vazio das relações e a impessoalidade do mundo de informações e símbolos virtuais que permeiam entre os indivíduos, mostrando-

⁹ Grifo nosso. Em *A Sociedade do espetáculo*, Debord coloca as mesmas observações de Augé sobre a característica retórica da vida social, das identidades e da vivência dos espaços na contemporaneidade; sendo que o primeiro versa a partir de uma leitura do marxismo, e dos conceitos de alienação e fetiche; Já Augé versa a partir do consumo e sua dimensão simbólica de construção da vida.

se próximo a Simmel e suas constatações feitas anteriormente. Augé inicia sua argumentação falando das características da modernidade, a partir de autores como Starobinski e Baudelaire. Aponta que alguns artistas, cientistas e pensadores desta época, já percebiam o fenômeno da vida abstrata que se intensificaria no contemporâneo da *supermodernidade* e dos *não-lugares*:

“É a tais deslocamentos do olhar, a tais jogos de imagens, a tais desbastes de consciências que podem conduzir, a meu ver, mas dessa vez de maneira sistemática, generalizada e prosaica, as manifestações mais características do que propus chamar de ‘supermodernidade’. Esta impõe, na verdade, às consciências individuais, novíssimas experiências e vivências de solidão, diretamente ligadas ao surgimento e à proliferação de não-lugares. (AUGÉ, 1994, p. 86)

O autor afirma então que na contemporaneidade, ou *supermodernidade*, os indivíduos estão sempre em trânsito, existindo uma etnologia da solidão. Segundo Augé “*O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação.*” (AUGÉ, 1994, p.74). Diz também:

“O não-lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo, o próprio espetáculo já apreendido nas palavras e nos estereótipo que o comentam de antemão na linguagem convencionada do folclore, do pitoresco ou da erudição.” (AUGÉ, 1994, p.145)

O *não-lugar* apresenta-se como um “outro lugar” novo, contemporâneo, onde as Ciências Sociais devem situar-se e atuar. O *lugar* seria o espaço simbolizado, construído pela experiência da interação; espaço de memória, pertença e afirmação de identidades. O *não-lugar* seria o espaço do virtual, do controle, e de identidades pré-estabelecidas. Onde a história é presentificada e a informação objetiva os símbolos e diretrizes da vida numa velocidade impressionante.

O que ele quer mostrar é que as duas instâncias se interpenetram e convivem com variações sobre si mesmas, cabendo então a nós Sociólogos, Antropólogos ou Cientistas Sociais, a verificar estas ocorrências, mutações e visões que vão variar de grupo para grupo, ou de indivíduos para indivíduos.

Augé aponta vários exemplos de *não-lugares* na *supermodernidade*. Desde supermercados, shoppings – o mundo do consumo em geral – como também, rodovias, meios de transporte, o turismo, dentre outros. O viajante e seu espaço seria um *arquétipo*

do não-lugar, onde o texto e a informação invadem o espaço e a possibilidade de reflexão sobre o mesmo. Há um contrato dado e implícito em que os indivíduos contemporâneos assumem identidades contratadas *a priori*. Eles estão sozinhos, mas semelhantes, diferenciados apenas, e cada vez mais, por retóricas e estereótipos. Claro que uns vivenciam, mais que outros, esta experiência “alienada-abstrata”, assim Auge diz:

“Objeto de uma suave possessão, à qual se abandona com mais ou menos talento ou convicção, como qualquer possuído, saboreia por um tempo as alegrias passivas da desidentificação e o prazer mais ativo da interpretação do papel”. (AUGE, 1994, p.94)

A *supermodernidade* caracterizada pelo excesso da superabundância factual, espacial e da individualização das referências está aí, e nós como Cientistas Sociais, em nossa produção devemos levar em conta esta configuração contemporânea e como esta nos afeta. Condição necessária a quem vê a ciência como um conhecimento em construção e marcado pela existência de seu autor.

Também estudando os espaços sociais públicos, Raymond Ledrut (1971) afirma que eles devem ser encarados como palco das interações sociais. Tomando como exemplo as cidades francesas e comparando-as às vezes ao caso americano, aponta para uma vida coletiva moderna que apesar de estar submetida à fragmentação, possibilita a emergência de situações como as festas e outras reuniões onde muitos indivíduos se mobilizam e participam despojando-se dos seus receios e medos. Ledrut afirma:

“A vida coletiva é a que congrega os indivíduos e suas relações de amizade numa unidade que possui vida própria. É possível observar essa vida nas manifestações, cerimônias e reuniões diversas que dizem respeito aos membros da coletividade. A vida coletiva urbana é mais intensa na medida em que essas manifestações são mais numerosas, reúnem maior número de pessoas e afetam mais profundamente a vida dos indivíduos e de outros grupos a que, por ventura, pertençam.” (LEDROUT, 1971, p.74)

Ledrut aponta ainda que ao encarar os espaços urbanos, não podemos esquecer que os limites geográficos oficiais, ou não, não podem ser pensados como entidades autônomas de coletividade, já que os diferentes espaços no bairro ou na cidade não geram desagregação ou separação sempre, mas sim têm propensão à integração, e melhor, à organização coletiva. Ele diz:

“[...] a coletividade, em verdade, compreende partes que não se reduzem nem a setores geográficos (aos segmentos da extensão ocupada e modificada) nem a grupos e classes, que formam o que se chama sociedade local. Essas partes se

definem, sociologicamente, como lares, vizinhanças, bairros, etc. [...] A divisão interna não é, necessariamente, fenômeno de desestruturação; muito ao contrário. Em verdade, a diferenciação é um aspecto da organização interna.” (LEDRUT, 1971, p.99)

A Escola de Chicago é marco fundamental quando se pensa em pesquisas empíricas urbanas e nas metodologias qualitativas que dela surgiram. A escola surge no início do século XX e é influenciada pela postura filosófica do pragmatismo. Simmel e a filosofia alemã exerceram grande influência na postura da escola, já que desde seus contatos com Small que viajara em finais do século XIX para Europa, se firma uma troca de saberes entre o velho e o novo continente.

Os membros da Escola de Chicago viveram no início do século XX na sociedade americana, conviviam com o fenômeno da imigração e do encontro de diferentes culturas, além dos vários problemas sociais como a criminalidade, greves, miséria, que assolavam as maiores cidades americanas. Voltaram-se então em suas pesquisas para o sujeito pesquisado, tendo a percepção de que a subjetividade era fundamental nas pesquisas. A noção do eu, do indivíduo começa a aparecer com a escola de Chicago. A ênfase na importância da ação social e no comportamento dos agentes surge como fator preponderante nessa escola.

Eles foram pioneiros e desenvolveram os primeiros métodos qualitativos, como observação participante, leituras de cartas, história de vida, e tinham a ida a campo como fundamental. Devemos lembrar novamente o caráter da multidisciplinaridade da Escola, que caminhava junto aos métodos empíricos antropológicos legitimados que surgiam como, por exemplo, com Malinowski em *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1976) e outros antropólogos que saíam dos gabinetes. Alain Coulon (1995) ressalta:

“[...] devemos insistir na orientação deliberadamente multidisciplinar da sociologia de Chicago. Os laços entre a sociologia e outras disciplinas são múltiplos e sistemáticos: em primeiro lugar com a antropologia [...] com a qual formará um único departamento até 1929; com as ciências políticas; com a psicologia [...]; e em especial, como vimos com a filosofia.” (COULON, 1995, p. 37)

E sobre a relação com a Antropologia diz:

“Com efeito, não se deve perder de vista, além dos encorajamentos constantes de Park e Burgess à prática dessa sociologia qualitativa, que o departamento de Antropologia e sociologia estiveram unidos até 1929, e que as técnicas etnográficas utilizadas na ‘pesquisa de campo’ não tinham necessidade de outra

legitimação, aos olhos dos sociólogos, que a que já fora adquirida pelas pesquisas etnológicas realizadas.” (COULON, 1995, p.114)

Este enfoque metodológico dominou a sociologia americana até meados de 1940, quando o aspecto quantitativo emergiu de outros pesquisadores do instituto, gerando inclusive disputas internas. Apesar de não existir uma reflexão sistemática de seus pesquisadores sobre sua metodologia – Thomas e Znanieck fizeram algumas – reconhecemos o pioneirismo e criatividade destes, e a sua importância para o desenvolvimento de uma metodologia tão utilizada na Antropologia e na Sociologia Contemporâneas.

Adotamos postura metodológica semelhante à dessa Escola já que acreditamos que: *“O pesquisador só pode ter acesso a esses fenômenos particulares que são as produções sociais significantes dos agentes quando participa, também como agente, do mundo que se propõe estudar.”* (COULON, 1995, p.19 e 20).

Investigando de maneira ativa e participante entendemos a pertença como sentimento e construção subjetiva que se relaciona e se liga com o local de origem, de morada, e de vivência (KOURY, 2003 e 2005). É a escolha, a construção de raízes, onde o indivíduo se coloca como construto e construtor; cria projetos e reflete sobre os mesmos, na dinâmica constante da interação. É a possibilidade de construir as diversas identidades (individuais-coletivas) através da memória e do processo de lembrança simbólica, projetando, posicionando e re-orientando ações e idéias. Koury (2003) ressalta ainda, que enraizar-se é também tornar-se autônomo, dar e adquirir existência.

Para Hannah Arendt (1995), a esfera pública comporta os fenômenos políticos e culturais, já que ambos apontam para a habilidade e capacidade do julgamento e da decisão na construção social. O homem da modernidade em sua atividade e condição aplica durabilidade no mundo, um mundo objetivado, que ele domina através da intervenção e domesticação da natureza. A concepção de cultura abarca a arte e a política e uma visão do espaço e da esfera pública como palco de conflitos e interdependência. “Em juízos estéticos, tanto quanto em juízos políticos, toma-se uma decisão. A atividade do gosto decide como o mundo deverá prevalecer independentemente de sua utilidade e dos interesses que tenhamos nele.” (SERPA, 2007: p. 140-141).

Segundo Sun Alex (2008):

“Praças, ruas, jardins e parques constituem o cerne do sistema de espaços abertos na cidade. Nem sempre verdes, os espaços livres são o reflexo de um ideal da vida urbana em determinado momento histórico. (...) A socialização do

espaço público tem sido relegada a um plano secundário, ofuscada pela questão de como deve ser a vegetação no ambiente urbano, tema que tem dominado as discussões sobre as praças e as cidades.” (ALEX, 2008, p.61)

Diante desse quadro, em que os espaços públicos passam por processos de *visibilização* da gestão pública, enquanto representação e afirmação de um discurso que não exclui os segmentos mais pobres, além de processos de *gentrification* ou enobrecimento para o consumo e o turismo; surge a importância de ver o espaço público a partir do viés que aloca o conflito social materializado em ações e práticas da esfera pública nos recentes espaços livres da cidade (SERPA, 2007; LEITE, 2004; LEANDRO, 2006). A esfera pública e o *mundo da vida* na cidade contemporânea não estão dominados pelo *mundo do sistema* e pela esfera privada (HABERMAS, 1997, 2004), seria mais exato dizer que estão encolhidos e pressionados por suas estruturas e pelo jogo do *poder simbólico*.

Os espaços revitalizados surgem com o discurso oficial de que são espaços agregadores, livres, que favorecem a todos exercerem suas capacidades políticas e culturais, porém, essa alegada igualdade de participação em uma esfera pública materializada no espaço da praça em questão, por exemplo, existe de fato? E de que maneira atua essa nova dinâmica?

Apesar da pretensa igualdade na possibilidade de acesso aos indivíduos diferentes, sabe-se do poder do capital econômico e simbólico que atua na privatização dos espaços públicos através de barreiras e fronteiras, ou o chamado processo de *territorialização*, como aludido por Serpa (2007), mas há movimentos sempre contrários que resistem e também atuam no processo social de apropriação, promovendo um complexo jogo de forças e poder.

MEMÓRIA E FOTOGRAFIA

Ao tentar reconstruir a história da praça e do bairro vivenciando o contexto de hoje junto a seus moradores, abordamos os processos sociais no decorrer do tempo, interpretando informações com base na história oral e numa memória coletiva (BOSI, 2004; THOMPSON, 2002). Encaramos as memórias e lembranças, de tempos mais remotos ou até recentes, com algo que pode informar sobre a identidade dos indivíduos elaborada a partir do local em que vivenciaram ou vivenciam os fatos narrados. O espaço

da praça, o bairro e a cidade surgem como elementos de persuasão ou orientação na pertença e no pertencer a tal unidade de vida social, direcionando os agires.

A memória parece ser um instrumento na construção da realidade, já que integra as porções temporais do passado e do presente visando a um futuro possível. Segundo Michael Pollak (1992), a memória é construída socialmente e individualmente. Quando pensamos a memória e sua ligação com as identidades, percebemos que ambas fazem parte de um mesmo processo e se encontram interligadas. A identidade só se constrói a partir de referências exteriores, ou melhor, de um outro, e a memória só se forma a partir de alguma identificação.

As inter-relações entre memória e identidade são fundamentais em nosso estudo. Quando um usuário da praça narra um fato ou se expressa, ele está reconstruindo determinadas identidades usando a memória social de algum espaço e tempo. As representações do que é relatado são feitas a partir da construção de lembranças e também de esquecimentos, gerando muitas vezes identidades cristalizadas.

Pollak comentando e enfatizando este aspecto social da memória relembra Maurice Halbwachs:

“A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” (POLLAK, 1992, p.2)

Falando ainda sobre o que de fato constituiria essas bases da memória o autor coloca tais elementos:

“Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p.2)

A análise da memória está diretamente ligada a questão da História Oral. Esta última tem como seu maior nome Paul Thompson que escreveu: *A voz do Passado*,

História Oral (2002). Thompson discorre sobre a oralidade como um instrumento novo e eficaz na análise histórica e social na busca por uma história e dados que informem através da polifonia de atores e circunstâncias. Essa postura da História Oral é mais democrática e abarca o real em sua complexidade, deixando falar os protagonistas dos eventos. Como o próprio autor diz:

“Pois a natureza cooperativa da história oral tem levado a um questionamento radical da relação básica entre história e comunidade. A informação não precisa ser levada para fora da comunidade para ser interpretada e apresentada pelo historiador profissional. Por meio da história oral, a comunidade pode, e deve, merecer confiança para escrever a própria história.” (THOMPSON, 2002, pp. 37-38).

Ao adentrar na comunidade em busca de sua “história” e de suas estórias, a leitura de *A miséria do mundo* (1989) de Pierre Bourdieu, e mais especificamente do capítulo *Compreender*, nos forneceu um grande embasamento para o contato com os pesquisados.

Bourdieu falando sobre a questão da *violência simbólica* que envolve a relação entre pesquisador/pesquisado, afirma que a mesma consiste numa certa imposição por parte do pesquisador, de seus objetivos, seu universo simbólico, seu modo de enxergar o fenômeno e a própria pesquisa, ao pesquisado. Estando em universos distintos, mesmo imersos numa cultura comum, o pesquisador e pesquisado, em relação e interação, vivem uma dessimetria; que pode ser social, ou posicional, no simples fato de que é o pesquisador que dá o pontapé inicial, ele é quem comanda a entrevista e a pesquisa, estabelecendo a regra do jogo. Há uma relação objetiva entre pesquisador e o pesquisado, que na situação de pesquisa faz surgir uma violência simbólica, mesmo que inconsciente por parte do pesquisador que conduz a entrevista. Numa simples pergunta, por mais que o pesquisador, através de uma constante reflexão tente evitar, estarão significados do mesmo que podem agredir o pesquisado, no sentido de impor-lhe e imputar-lhe uma resposta e posição. A violência simbólica pode comprometer por completo, as informações e dados colhidos na pesquisa, alcançando pouca proximidade com a(s) verdade(s) do fenômeno ou assunto a que se quer conhecer.

Bourdieu fala que devemos tentar dominar os efeitos de violência simbólica, sem pretender anulá-los. O autor afirma que devemos tentar nos situar num meio termo, entre uma posição de direção total da entrevista, e o não-intervencionismo puro. Devemos fazer uma escolha dos pesquisados, procurando uma maior proximidade e familiaridade a nós, o

que facilitaria um compartilhamento e uma melhor compreensão do universo da pesquisa, porém deve-se tomar cuidado para que não percamos o controle da situação, instaurando-se uma reflexão a dois, tornando a pesquisa uma discussão *senso-comum*.

Tenta-se estabelecer uma compreensão simpática e de mão dupla, pois os próprios pesquisados durante as pesquisas muitas vezes começam a ter uma compreensão do seu si, colocando pra fora suas verdades que estavam guardadas no inconsciente, e foram jogadas pra fora na situação de entrevista, com o acompanhamento-ajuda e até certo direcionamento do pesquisador. A disposição a compreender o universo do pesquisado, como estar aberto à derrubada de suas visões e hipóteses, numa busca pela verdade inusitada fazem-se muito necessárias.

O autor diz que “*é preciso ser dito que compreender e explicar são a mesma coisa*” (BOURDIEU, 1989, p.700), considerando a entrevista um exercício espiritual, já que para uma compreensão-explicação, é necessário um deslocamento do si do pesquisador para o do pesquisado, fazer uma viagem temporal/espacial, tentando colocar-se no lugar dele em pensamento, pensar-enxergar-conceptualizar o mundo e o fenômeno-situação a ser abordado na pesquisa, da maneira que o pesquisado observa a partir de seu universo. Uma imersão, quase transcendental, no universo simbólico e pensamento do outro.

O elemento fotográfico foi de grande ajuda nessa imersão, já que vivemos em um mundo onde as imagens compõem e sustentam cada vez mais a dinâmica social, o que aponta para um mundo onde o espetáculo parece servir como metáfora perfeita (DEBORD, 2003; AUGÉ, 1994). Indiscutivelmente, as imagens, e principalmente a imagem fotográfica, fazem parte do nosso cotidiano e influenciam diretamente nossas práticas e a construção social.

A fotografia tem seu nascimento e auge na época da modernidade e do capitalismo nascente, como colocado por Koury (1998), Benjamin (1996), (2000) e Barthes (1984). Sabemos que as Ciências Sociais e particularmente a Antropologia surgem nesse mesmo período. Então, desde seu nascimento as Ciências Sociais e a Antropologia se serviram de fotografias como uma documentação possível de análise.

No início, os antropólogos ainda presos nas cadeiras de seu gabinete, utilizavam as fotografias feitas pelos viajantes, missionários, dentre outros como mais um tipo de descrição da realidade e do universo social “primitivo”. Como analisamos, a fotografia teve e ainda tem o potencial de espelhar a realidade perfeitamente, reproduzindo, nos moldes positivistas, o real de maneira objetiva e “neutra”.

A fotografia agiu nessa época, marcada pela perspectiva evolucionista, de forma ideológica, servindo como técnica que permitiu a produção de uma informação sobre os outros povos não-europeus, a partir de um argumento etnocêntrico. Ou seja, queremos dizer com isso que não existe uma neutralidade na fotografia. Como qualquer conhecimento e informação produzida, estão por traz juízos de valor e a subjetividade de quem produz – e, no caso específico da fotografia, detém – determinada informação, conhecimento e análise. Koury (1998a) afirma que “*A fotografia, assim, ao revelar o real, usurpa o referente, afirmando-se como tal.*”, e é por isso que a fotografia nos seus primeiros usos pela Antropologia possibilitou um aprofundamento do caráter ideológico da produção.

A aproximação dos antropólogos com as fotografias já existia, porém podemos dizer que com a máquina fotográfica ainda era distante. Com o aperfeiçoamento técnico e com as saídas a campo dos antropólogos, a fotografia passa a ter uma relação direta com as Ciências Sociais e principalmente com a Antropologia como nos diz Milton Guran:

“[...] a relação entre a fotografia e as Ciências Sociais só se tornou mais estreita e rica nos anos vinte e trinta deste século, quando a fotografia se libertou da condição *sine qua non* da pose, e a Antropologia se dispôs, finalmente a sair do gabinete para ver seu objeto de estudo mais de perto.” (GURAN, 1998, p.88)

Bronislaw Malinowski, Rivers, e outros antropólogos britânicos foram os primeiros a instituir o trabalho de campo como dado fundamental na pesquisa antropológica, e com isso, também introduziram a necessidade e as possibilidades que a fotografia tinham nesse processo. Claro que a fotografia era vista apenas em seu aspecto documental, e como comprovação de que o antropólogo realmente esteve lá, no campo.

Os anos se passaram e por volta das décadas de 40 e 50 a Antropologia Visual começava a surgir. Começava-se a usar a fotografia exaustivamente, ou como técnica fundamental, nas pesquisas antropológicas. Um ótimo exemplo é a obra de Mead e Baetson *Balinese Character*, que data de 1942. Esta é considerada por Collier jr. (1973) como *a primeira, e ainda inigualável, pesquisa fotográfica exaustiva em outra cultura.*

John Collier Jr. é um dos grandes marcos na Antropologia Visual. Em sua obra *Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa*, elaborou e definiu muitos dos aspectos que até hoje perduram na Antropologia Visual e nos estudos antropológicos que utilizam a fotografia como método principal ou como mais um método de pesquisa e análise.

Collier aponta em seu livro para as potencialidades da fotografia como técnica de investigação. Diante da pequena e especializada capacidade de observação dos homens modernos ela se faz um instrumento muito útil na análise, reflexão, e abstração. Mais que seu aspecto documental esse autor aponta para suas qualidades de possibilidade indutiva e de reflexão, ou seja, na construção de um olhar antropológico sobre uma realidade. A câmera reduziria as barreiras entre o investigador e seu assunto permitindo-o acessar e penetrar no universo cultural do outro com mais facilidade. Falando sobre isso, ele aponta a máquina fotográfica com extensão instrumental dos nossos sentidos:

“A máquina fotográfica é uma extensão instrumental de nossos sentidos, mas é pouco especializada para registrar na escala de abstração mais baixa possível. [...] Essa capacidade poderia tornar a câmara o instrumento mais valioso para o observador. (COLLIER JR., 1973, p. 3)

Porém, ela não agiria por si só, o pesquisador precisa exercitar sua sensibilidade através das fotos e do fotografar:

“A máquina fotográfica não se apresenta como um remédio para as nossas limitações visuais, mas como um auxiliar para nossa percepção. Somente a sensibilidade humana pode abrir os ‘olhos’ da câmara de forma significativa para a antropologia.” (COLLIER JR., 1973 p. 1)

O autor aponta as modificações que a câmera traz para a humanidade, e para a importância que as imagens e a fotografia passaram a possuir desde que surgiu e se popularizou no *habitus* do homem moderno, por isso mesmo ela tem a capacidade de ser um elemento comunicacional de primeira linha:

“Em toda a vida moderna se percebe o efeito da fotografia como um aspecto da realidade. Num certo sentido pensamos fotograficamente, e certamente nos comunicamos fotograficamente. A linguagem não-verbal do realismo fotográfico é a mais entendida inter e transculturalmente. Esta facilidade de reconhecimento é a razão básica para a câmara ter tal importância antropológica.” (COLLIER JR., 1973, p. 6)

Collier ainda ressalta o aspecto da falsa neutralidade que a câmera pode passar, portanto, nos faz um alerta sobre a fotografia na prática etnográfica:

“Em etnografia, como em todas as relações humanas, ver o estranho como ‘realmente’ ele é torna-se, frequentemente um acidente dos nossos valores pessoais. Os sociólogos avaliam que é muito pouco o que podemos ver que seja verdadeiramente livre de preconceitos e projeção pessoal. O realismo dessa inquietação se estende à visão fotográfica, bem como à visão dos olhos.” (COLLIER JR., 1973, p.7)

A Antropologia Visual como vimos tem no meio do século passado seu surgimento, e seu auge ocorre por volta dos anos 70 no mundo. No Brasil, esta perspectiva de análise, e a fotografia entendida como objeto etnográfico, só começa a surgir por volta das décadas de 80 e 90, consolidando-se como campo autônomo no início do século atual.

Porém, devemos esclarecer que nossa perspectiva de trabalho não gira em torno da esfera da Antropologia Visual. A nossa experiência com a fotografia em campo e em nossa prática etnográfica serviu-se do elemento técnico, reflexivo e comunicacional apenas ligeiramente, sem explorar todas as possibilidades que detalhamos.

Desde o início de nossa pesquisa, em 2008 – apesar de não focar o visual como elemento primordial – trabalhamos a fotografia como instrumento de reflexão e aproximação com o universo de pesquisa.

Na tentativa de aguçar o olhar antropológico do pesquisador estivemos num primeiro momento utilizando a fotografia como possibilidade de aproximação dos universos culturais, e para a própria localização dos marcos da praça e do bairro e seus lugares. Como afirma Bittencourt:

“Na realidade, a imagem e os meios visuais, quando utilizados como instrumentos etnográficos, ampliam as condições para o estabelecimento de um diálogo fecundo com outros universos culturais.” (BITTENCOURT, 1998, p. 200)

“Ao congelar a fluidez do tempo, a imagem fotográfica posiciona o tema da imagem e o espectador em uma dimensão espacial próxima, embora estejam situados em dimensões temporais diferentes.” (BITTENCOURT, 1998, p. 205)

Na utilização que faremos das fotos nos seguintes capítulos, observa-se que todas as fotos são seguidas de legendas já que, como Samain nos adverte, “*As fotografias são tecidos, malhas de silêncios e de ruídos. Precisam de um narrador para desdobrar seus segredos.*” (SAMAIN, 1998, p.112).

Utilizamos também fotografias tiradas de jornais, e produzidas por outros autores, já que a fotografia antropológica não é essencialmente a que é produzida pelo antropólogo. Edwards já dava pistas sobre isso, e sobre o que seria a fotografia antropológica:

“Basicamente, uma fotografia antropológica é qualquer uma da qual um antropólogo possa retirar informações visuais úteis e significativas. A essência definidora de uma fotografia antropológica não é seu assunto, mas a classificação do conhecimento ou ‘realidade’ feita pelo usuário, que a fotografia parece transmitir.” (EDWARDS, 1996, p. 24)

As fotografias serviram como base para a reflexão desenvolvida posteriormente a fatos ocorridos. As fotografias ajudaram a documentar os fatos, e principalmente ajudaram a refletir e rememorar o que foi vivido em campo durante as diversas situações. Muitos *insights* só surgiram após o exame e observação das fotografias diversas vezes e com muita atenção. Fizeram lembrar inclusive de falas dos interlocutores, que não puderam ser gravadas pela ausência do gravador no momento, e pela resistência dos informantes. Usamos a capacidade de salvaguardar momentos significativos no campo como nos diz Guran:

“Sua contribuição reside na capacidade de efetuar uma seleção de aspectos relevantes e de momentos significativos da realidade estudada, que possam pôr em evidência informações que não poderiam ser obtidas por outros meios.”
(GURAN, 1998, p.89)

A partir do todo colocado neste capítulo, esperamos ter dado o alicerce de nosso trabalho ao leitor. Seguiremos no próximo capítulo fazendo uma apresentação da cidade de João Pessoa, seu processo de desenvolvimento urbano, versando sobre sua história e seus aspectos relevantes mostrando, assim, o processo social de sua expansão e modificação de suas áreas e de seus espaços públicos. Aprofundaremos a noção de cidade em seguida, apresentando a Praça do Caju e o bairro do Bessa em sua caracterização geral e sua história, apontando seus componentes e dados colhidos sobre o mesmo.

2. A CIDADE DE JOÃO PESSOA E SEUS ESPAÇOS

A cidade de João Pessoa é uma das mais antigas do país situando-se em terceiro lugar em termos de antiguidade. Ela surgiu durante a vigência do antigo Sistema Colonial para exercer funções administrativas e comerciais, tomando forma a partir de uma colina à margem direita do Rio Sanhauá. Sua localização geográfica privilegiada contribuiu para que logo se tornasse também um centro comercial.

Sua fundação foi em cinco de agosto de 1585, e teve como peculiaridade o fato de já nascer cidade. Como foi fundada pela Cúpula da Fazenda Real, numa Capitania da Coroa, e tinha importância defensiva para a capitania de Pernambuco, adquiriu de pronto este título. (MELLO, 1987).

Como demonstra Henrique França (2006), sua história foi marcada por batalhas e acordos com os índios locais. No mesmo artigo ele afirma que em cinco de agosto de 1585 as caravelas portuguesas desembarcaram na cidade, mas as primeiras obras de fundação só ocorreram três meses depois, a partir de novembro de 1585.

A colônia brasileira em seus primórdios foi dividida em Capitânicas Hereditárias, e grande parte do atual território paraibano situava-se na então capitania de Itamaracá, sob o domínio de Pero Lopes de Sousa. Posteriormente, esta capitania foi desmembrada, dando origem à capitania da Paraíba.

A cidade de João Pessoa teve vários nomes antes da atual denominação. Seu primeiro nome foi o de Nossa Senhora das Neves, em homenagem à santa do dia em que foi fundada. Depois, foi chamada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 29 de outubro de 1585, em atenção ao rei da Espanha D. Felipe II, quando Portugal passou ao domínio Espanhol na época da União Ibérica. Em seguida, recebeu o nome de Frederikstadt (Frederica), em 26 de dezembro de 1634, por ocasião da sua conquista pelos holandeses, em homenagem a Sua Alteza, o Príncipe Orange, Frederico Henrique. Novamente mudou de nome, desta vez passando a chamar-se Parahyba, a 01 de fevereiro de 1654, com o retorno ao domínio português, recebendo a mesma denominação que teve a

capitania, depois a província e por último o Estado. Em 04 de setembro de 1930, finalmente, recebeu o nome de João Pessoa, homenagem prestada ao Presidente do Estado assassinado em Recife (Aguilar e Otávio, 1985; Mello 1987, Jardim, 1910, Maia 2000; Maia 1992).



FOTO 01 - A cidade ao lado do Sanhauá. Da colina às margens do rio. Fonte: Acervo Humberto Nóbrega – Unipê.

Atualmente, ocorre um debate sobre a mudança do nome da cidade, com a proposta de retorno da denominação anterior - Parayba. Essa polêmica, que envolve questões identitárias atuais, reacende antigas disputas políticas. Os defensores da mudança estão propondo a realização de um plebiscito para que a população opine sobre sua preferência.

Ainda no séc. XVII, os holandeses, atraídos pela riqueza do açúcar, invadiram a cidade a partir de 1634, e mantiveram-na sob controle pelo período de vinte anos, mas não contribuíram para o desenvolvimento da cidade como ocorreu em Recife, mantendo-se as balizas da ocupação portuguesa (Silveira, 2004). Na época da invasão, a cidade abrigava uma pequena população de aproximadamente 1.500 habitantes e contava com 18 engenhos de açúcar (MELLO, 1987).

Durante todo o século XVIII João Pessoa permanece ainda um pequeno sítio, entre alguns logradouros e o Porto do Capim, este último situado às margens do rio Sanhauá, onde se iniciou o processo de ocupação urbana da cidade. Segundo vários documentos e pesquisas ela mantinha um caráter rural, apresentando-se cheia de becos entremeados por ruas sujas, e não dispunha de infra-estrutura urbana adequada, carecendo de planejamento e organização. Nos sítios e fazendas a elite, os escravos e pequenos comerciantes viviam dispersos, num *lócus* em que ainda não se constituía um espaço público urbano, não dispondo ainda de regras mínimas de ordenamento. Segundo Silveira (2004) ao final do século XVIII o núcleo urbano da cidade contava praticamente com o mesmo contingente de fins de século XVI, evidenciando o lento crescimento da cidade.

Referindo-se à precária constituição de espaços públicos na cidade, no texto *Iluminação pública através dos tempos*, João Santos Coelho Filho afirma:

“Mesmo em 1774 (...), ainda não era possível falar de outra iluminação que os raros nichos das esquinas, instalados pelas famílias de abastados haveres, ou os fachos e tochas dos lanterneiros e criados que acompanhavam os patrões nas raras e perigosas saídas à noite.” (...) Em 1822, a cidade alta foi iluminada, de ordem da Junta Governativa, por vinte lampiões de azeite de mamona, o que representava um notável progresso. [...] Mesmo com esse desenvolvimento não era seguro andar à noite pela Cidade.” (COELHO FILHO, 1985 p. 67 e 68).

Por outro lado, a importância da Igreja Católica se fazia presente no tecido da cidade. As edificações mais imponentes eram de caráter religioso e mesmo os espaços livres a elas agregados – largos, adros - tinham uma utilização subordinada aos cultos e rituais religiosos.

Nesses espaços públicos embrionários, os senhores e demais segmentos da população compareciam para assistir aos eventos, rituais e festas das antigas tradições religiosas, em geral comandados por ordens religiosas como os Franciscanos, os Beneditinos, etc.

As características mais salientes do modelo de urbanização que predominou durante os primeiros séculos da colonização são uma herança do estilo de colonização aqui adotado, centrado no grande latifúndio, no interior do qual o poder se concentrava nas mãos de seu proprietário. Afirma Freire (1983) que, durante os três primeiros séculos de sua existência, a Corte Portuguesa transferiu aos donatários e colonos os cuidados de instalação da rede urbana. Assim,

“A família colonial imprimiu as marcas de sua ascendência nas vilas e cidades que construiu. A anatomia urbana da colônia mostra como a casa, ocupando todo o lote, delimitava a rua. O privado impunha-se ao público. Com exceção da praça em que se situava a Câmara, a cadeia e a Igreja, a cidade era tomada pelas propriedades privadas. As famílias, mesmo as menos ricas copiavam o exemplo dos senhores que instalavam suas residências onde lhes parecesse mais cômodo. (...) A rua era considerada o confin da casa, como a senzala era o quarto de despejo da casa grande. Os senhores rurais modelavam a cidade seguindo o exemplo do engenho e da fazenda (p. 37, 38)

O que importa nesta breve recuperação histórica da cidade não é a apresentação da complexidade dos eventos que a constituíram ao longo dos tempos, mas a apreensão do sentido de sua evolução urbana e dos pontos nodais que se tornaram marcos de novas tendências de desenvolvimento, principalmente no que se refere à ocupação, expansão e ordenamento do território urbano e a construção de um espaço público.

No final do século XVIII e início do século XIX a cidade começa apresentar um ritmo de crescimento mais acelerado, o que coincide com a recuperação da colônia e da capitania no mercado internacional do açúcar.

Mas é sobretudo a partir de 1822 que o crescimento, principalmente o demográfico, começa a acontecer. É então entre 1850 e a primeira década do século seguinte que se processam modificações urbanas e um crescimento populacional que acabam por transformar o caráter rural da pequena cidade. Este período marca também a separação entre a Igreja e o Estado, refletindo-se na reordenação dos espaços públicos e no tecido da cidade, com a construção de ruas e praças subordinadas agora às intenções da circulação e acessibilidade.

Em 1808, a cidade possuía cerca de 3.000 moradores, cinco ermidas, uma matriz, três conventos, uma igreja e um hospital da Santa Casa da Misericórdia. Em 1900, a cidade possuía 18.000 habitantes crescendo para 34.000 habitantes em 1940, segundo (RODRIGUES & DROULERS, 1981). Até o início do século XIX, a cidade ainda era habitada praticamente por militares, administradores e religiosos. Com a ampliação do comércio brasileiro em geral, João Pessoa assim como todo o litoral brasileiro, teve seu povoamento acelerado (MELLO, 1987).

Até este período, o desenho da cidade é muito marcado pelo espaço geográfico onde está situada, que fundamenta suas estratificações internas, representadas em termos de “cidade alta” que concentrava atividades administrativas, culturais e religiosas e “cidade baixa” onde se localizava o comércio. Esse modelo de estratificação também apresenta conotações de classe, os mais abastados situando suas residências na cidade alta, os mais pobres na cidade baixa. Segundo Aquino (1985), em seu livro, O século XIX e a cidade:

Somente nas últimas décadas do século é que alguns melhoramentos substanciais passam a fazer parte dos equipamentos da cidade. A cidade era geralmente dividida em alta e baixa, de acordo com a sua topografia. [...] Logo depois do centro iniciavam-se os sítios, alguns deles com vários hectares, o que bem demonstra a origem rural da urbe e que perduraria por todo o século XIX. “E logo depois a mata emoldurava a pequena cidade, às vezes seccionando-a, isolando pequenos conjuntos de habitações, que passavam a constituir povoados quase que independentes.” (AQUINO, 1985, p. 75)

Entretanto, a constituição dos espaços públicos da cidade acontece de forma lenta. Os largos e espaços públicos que já existiam desde o século XVII adquirem outra configuração tornando-se mais definidos com características urbanas conforme afirma Silveira (2004):

Até por volta de 1850, predominava uma certa indefinição dos espaços livres públicos de João Pessoa, o que afetava a construção de referências urbanas, a leitura e uma melhor compreensão do processo de evolução da cidade, através desses espaços, predominando a visão de mancha irregular do núcleo urbano. Entretanto, em uma planta da cidade de 1855, alguns espaços livres já aparecem melhor definidos, com a designação de largos, nos espaços da cidade alta, oferecendo referências intra-urbanas. (Silveira, 2004)

Entre 1857 e 1859 a cidade se moderniza com a abertura de novas ruas e com o levantamento da planta da cidade e o alinhamento de ruas e praças, demarcando a preocupação com o embelezamento da cidade, que vem associada a um projeto de ordenamento urbano que segrega os mais pobres.

DINIZ (2004) define bem esse período entre o século XIX e início dos anos 1930: *“O processo de modernização da Capital (...) representou o esforço da camada dos proprietários agrícolas, comerciantes e fabricantes em instituir uma nova ordem fundados em novos padrões de disciplina e controle social”* (p. 184). Trata-se de modelar o novo indivíduo que deve ocupar sem restrições o espaço público da cidade, adequando-se ou resistindo.

Paralelamente ao crescimento urbano, surgem os conflitos e as novas formas de gerenciá-los. O crescimento da cidade implica também disputas sobre o seu controle e sobre as formas de apropriação do espaço.

O controle sobre a cidade envolve diferentes dimensões relacionadas ao uso do solo e também ao controle dos costumes, a imposição de novos modos de viver, contrapostos aos usos tradicionais da cidade, principalmente aqueles associados aos mais pobres. Intensificam-se então as lógicas da segregação, dominação e disciplinamento dos indivíduos da cidade, seus hábitos, costumes – como banhos nus nas fontes de água, ou andar sem camisa – organizadas por uma elite e pelo governo local. Os grupos dominantes que ocupavam a parte central da cidade, em seus sobrados e residências, passam então a “expulsar” fisicamente – com o início da especulação do solo – e adestrar moralmente os indivíduos pobres tentando aos poucos enquadrá-los na disciplina de nossa modernização retardatária, inspirada na ética do trabalho. (DINIZ, 2004). É interessante frisar que esse não foi um processo de total passividade e que houve muita resistência por parte da população, como se refere (MEDEIROS, 2004, p.44), colocando situações de conflito, em específico, nos bairros centrais.

A vida cotidiana na cidade, no período de transição de uma época de ordenamento religioso católico para o ordenamento laico do Estado republicano nascente sofre profundas modificações. O processo de modernização se instala, mas ainda é precária a

constituição de um espaço público, considerado lugar de perigo, de insegurança. Evitava-se a circulação noturna onde a escuridão tornava possível o encontro com os desconhecidos, “desordeiros”, que poderiam se aproveitar da escassa iluminação para praticarem atos ilícitos.

Assim, o espaço público da rua ainda deve ser evitado, e só a partir do início do século XX essa perspectiva começa a ser modificada.

A partir dos primeiros anos do século XX começam a surgir em João Pessoa alguns espaços públicos como o Ponto de Cem Réis, a Praça João Pessoa, os coretos, como o do Pavilhão do Chá – praça conhecida na época por largo do Palácio, que foi construída em 1917 pelo Italiano Paschoal Fiorillo, (Mello, 1990). Entre os anos de 1928 a 1930 no governo de Guedes Pereira e na presidência de João Pessoa, é que surgem novos espaços públicos com as praças Vidal de Negreiros e a Praça da Independência, embelezando a cidade. (RODRIGUES & DROULERS, 1981).

Diversos autores se referem às transformações urbanas inspiradas na ideologia do progresso que se instaura a partir da década de 20 do século passado. Maia (2000), Barreto (1996) e Silva (1997) mostram como se sucedem modificações no espaço urbano e na vida social com o crescimento de estabelecimentos comerciais e do incipiente parque industrial. A sociedade pessoense se diversifica com a fundação de partidos, de agremiações, da imprensa, entre outros. Ocorrem também melhorias infra-estruturais como no transporte, habitação e saneamento. Muda a relação do homem com seu ambiente e com os outros e o espaço público passa a ter proeminência na dinâmica da cidade. As tendências observadas acima se inserem no contexto da modernização das sociedades ocidentais capitalistas como assinalam vários autores que analisaram a modernização das sociedades européias como Berman (1987), Benjamin (1996, 2000), entre outros.

Analisando essas transformações Mauro Koury destaca como aspecto relevante:

“(...) a ocupação do espaço público pela população, antes restrita ao interior das residências muda, a população começa a freqüentar as ruas, as praças, os coretos, como forma de não só fazer política ou comércio, mas também se divertirem e encontrarem amigos.” (KOURY, 2005b, p. 150)

Como destaca o autor evidencia-se assim um novo cenário, com renovadas práticas de lazer, maior frequência dos encontros cotidianos, e a circulação nos espaços públicos que acarretam novos vínculos sociais e criam e re-criam constantemente a cidade. Porém, a conquista do espaço pela população é feita diferenciadamente, sob a égide de segregação, já que só os mais abastados podiam entrar e se adequar aos costumes

exigidos por uma ordem disciplinadora em espaços públicos como praças e parques. Reafirma-se aqui a constatação de que em nossa sociedade o processo de modernização se dá numa perspectiva profundamente autoritária e excludente. Diniz (2004) enfatiza os processos disciplinadores que tardiamente tentam reproduzir a modernização européia, no País e localmente.

Na mesma linha de análise afirma Koury que “A modernização do espaço urbano e do estilo de vida da cidade também se fez sob o signo do medo do outro e da busca de controle social e societal.” (2005b, p. 151). Todo um poder disciplinar moderno passava a regular os costumes e hábitos em certos lugares, como praças e coretos, excluindo os homens pobres que eram considerados o “lixo da cidade” e deveriam ser postos em instituições como presídios, manicômios e orfanatos. Este processo de *higienização* também é apontado por Maia (2006), quando ela afirma que a cidade passou por um período de verdadeira *re-construção* de ordem estética e arquitetônica, aliadas, ou tendo como base, novas leis e ordenamentos morais estampados em periódicos da época e em autos do poder público em geral.

Até a década de 1910, a lagoa do Parque Solon de Lucena, que até então se chamava Lagoa dos Irerês, não permitia o crescimento da cidade em direção ao litoral. Nas duas décadas seguintes, no governo de Solon de Lucena, sob o comando do engenheiro Lourenço Baeta Neves executando um projeto do sanitarista Saturnino de Brito, foi realizado o saneamento da bacia da lagoa, permitindo, com isso, a expansão da cidade em direção ao leste e ao sul.

A cidade vai crescendo e novos bairros vão surgindo fora do perímetro central, novas avenidas são criadas nas primeiras décadas do século como a João Machado, Maximiniano de Figueiredo, além de praças e parques como o Parque Arruda Câmara e o Parque Sólón de Lucena, o Ponto de Cem Réis. Depois que a cidade rompe com a “barreira” da “Lagoa dos Irerês” – como era chamado o Parque Sólón de Lucena, dá-se início nas décadas de 30, 40 e 50, outras intervenções entre as quais a criação e expansão das Avenidas Getúlio Vargas e Eptácio Pessoa que ligam o rio ao mar. Outras Avenidas surgem; como a Av. Cruz das Armas e a Av. Pedro II. Também são realizadas melhorias nos sistemas de energia, água, etc. Do início do século XX até 1950 introduzem-se diversas transformações de caráter arquitetônico e também sobre os jeitos de morar e habitar.



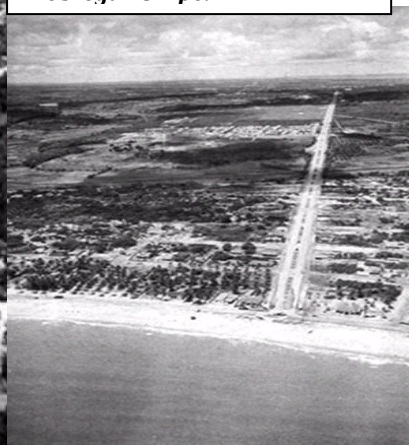
FOTO 02 - Parque Solon de Lucena e centro da cidade em 1940. A cidade começava a se expandir e ganhar novos ares. Os moradores começavam a se deslocar no espaço geográfico da futura urbe.

Fonte: Acervo Humberto Nóbrega – Unipê.



FOTO 03 e 04 - João Pessoa na década de 1950. A Longa reta da Av. Epitácio Pessoa ligando o centro e a “Lagoa” ao mar. A cidade agora se estendia do rio ao mar.

Fonte: Acervo Humberto Nóbrega- Unipê.



Em 1920, a cidade tinha 29.000 habitantes, mas em 1950 sua população cresce para 98.000 habitantes, sendo o êxodo rural e as políticas urbanizadoras do Estado brasileiro, grandes impulsionadores desse crescimento urbano (MAIA, 1992 p.24). Os bairros que se desenvolviam eram Jaguaribe, Trincheiras, Tambiá e adjacências.

A partir de 1930-40, a cidade começa a ganhar ares de cidade grande. Nas décadas seguintes a expansão do setor terciário da economia e a abertura das grandes avenidas expandem a cidade para outras direções. A ampliação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB em 1955 e a consolidação de sua federalização em 1960, também contribuem para acelerar a urbanização da cidade (MAIA, 1992, p.24).

Henrique França (2006) fornece outros dados sobre a expansão populacional: “Nos anos de 1950 quando a principal via foi construída – se referindo à Avenida Epitácio

Pessoa já calçada¹⁰ –, *João Pessoa era a 17ª cidade de maior população do Brasil e a mais populosa do Estado. Mas foi na década de 1960 que ocorreu a grande explosão de imóveis na orla da Capital, transformando o cenário intacto das praias pessoenses em uma invasão de habitações margeando o oceano.*” (Jornal O Norte, caderno especial, 16 de setembro de 2006)

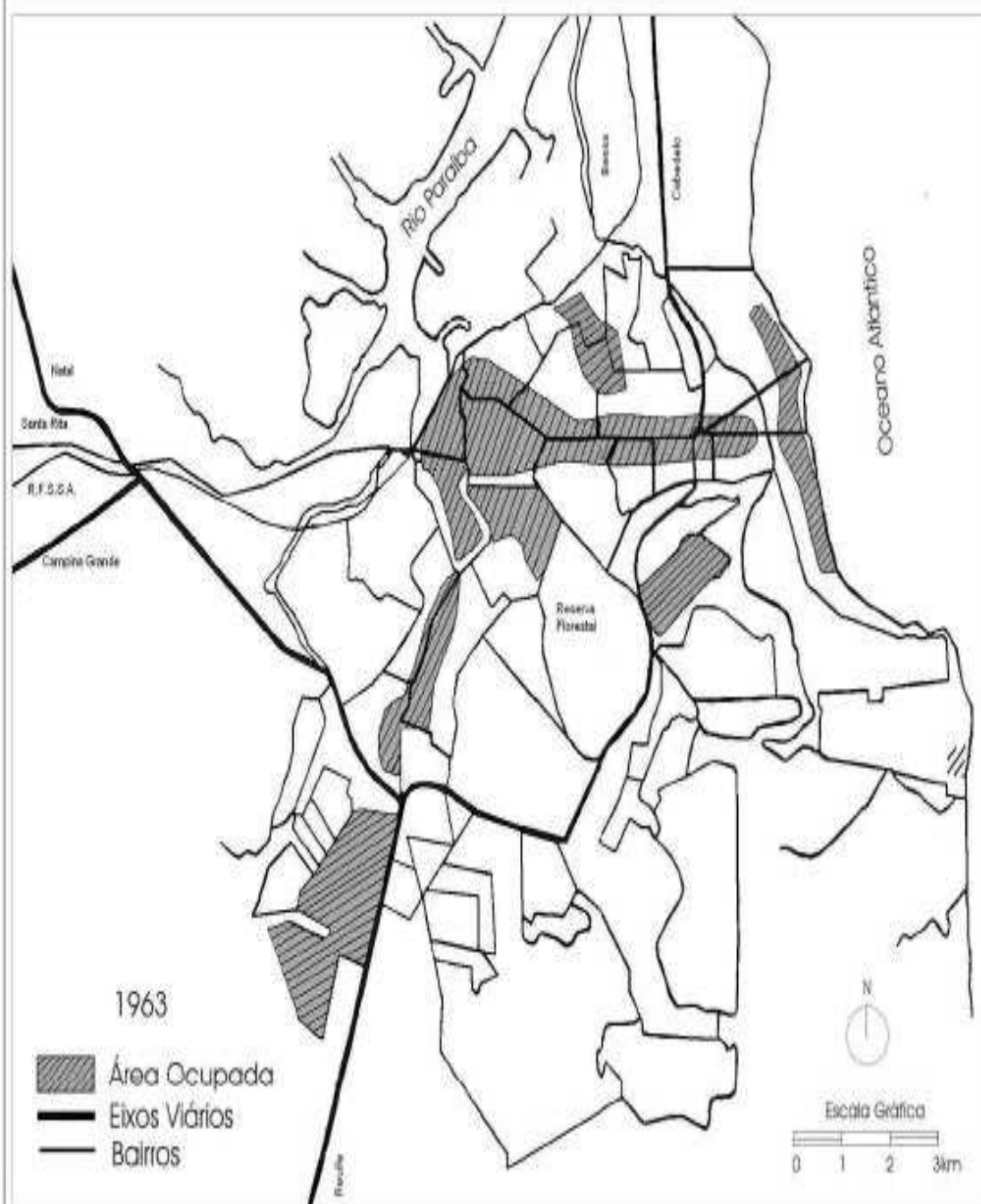
De 1950 a 1970, aproximadamente, vão surgindo, e na verdade se transformando, já que havia pequenas comunidades “rurais” nas áreas das construções, outros bairros e conjuntos habitacionais como Expedicionários, Torre, Tambiá. A Praça Bela Vista em Jaguaribe, e principalmente a Praça Tiradentes ou “São Gonçalo” enquanto áreas públicas vão surgindo, a última atraindo movimentação e sociabilidades festivas como descritas por Mello (1990). Podemos ver no mapa 01 da página seguinte a ocupação urbana da cidade no início da década de 60.

O calçamento da Epitácio Pessoa e da Beira Mar na década de 50 estimulam uma migração interna dos habitantes, com os mais abastados se deslocando inicialmente para as avenidas recém abertas como a Avenida Epitácio Pessoa – regiões valorizadas – e posteriormente em finais da década de 60, para as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, chegando às décadas de 80-90 até o Bessa e o limite com o município de Cabedelo (parte hoje da Região Metropolitana¹¹)

As avenidas Cruz das Armas e Pedro II, anteriormente abordadas, facilitaram o crescimento da cidade para as direções sul e sudeste. Segundo Gonçalves (1999), a partir do final dos anos 60, época de ditadura militar, começa a ser desenvolvida uma política de conjuntos habitacionais que culmina na criação de bairros ao longo das avenidas, principalmente ao redor da Epitácio Pessoa; também para os grupos de mais baixa renda como Castelo Branco (I, II, III), Geisel, Cristo, Bancários, Mangabeira, Valentina de Figueiredo, entre outros, na década de 80. Prédios e outras moradias construídas a partir de loteamentos foram criados no sentido norte – nordeste para uma parcela de maior poder aquisitivo. O SFH – Sistema financeiro de Habitação aliado a construtoras participaram desse processo que está detalhado em Lavieri e Lavieri (1999).

¹⁰ Grifo nosso.

¹¹ A Região Metropolitana de João Pessoa foi criada pela Lei Complementar Estadual 59/2003 publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de dezembro de 2003. Compreende os seguintes municípios: Bayeux, com 95.007 habitantes; Cabedelo, com 53.020 habitantes; Conde, com 20.862 habitantes; Cruz do Espírito Santo, com 15.137 habitantes; João Pessoa, com 672.081 habitantes (IBGE/2006); Lucena, com 11.275 habitantes; Mamanguape, com 40.999 habitantes; Rio Tinto, com 22.739 habitantes; Santa Rita, com 131.682 habitantes. FONTES: (Wikipedia – Enciclopédia Digital – pt.wikipedia.org) e LEANDRO (2006).



Fonte: Lavieri e Lavieri, 1999.
Adaptação: Afinaldo Inácio das Neves

MAPA 01: Retirado de SILVA (2006).

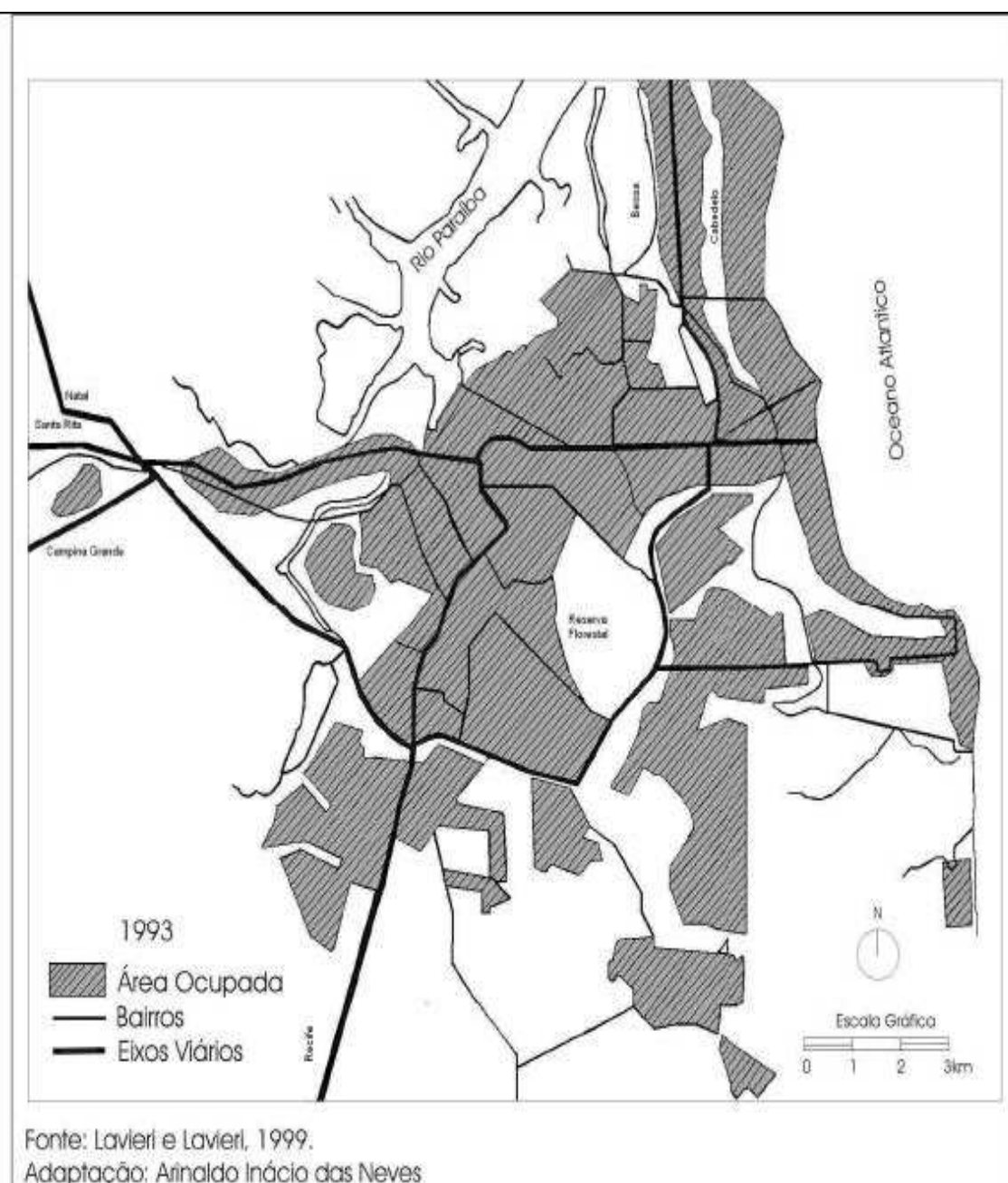
A segregação espacial – que se inicia com o processo de urbanização – agrava-se. Começa a ficar mais evidente, notadamente pelo surgimento das primeiras favelas em meados dos anos 70, como a “Beira-Rio”, segundo Silva (2006) – atual Bairro São José – vizinho ao Bairro de Manaíra, onde está instalada a Praça Alcides Carneiro. As áreas centrais, como o Varadouro, Porto do Capim e Roger além de outras na direção norte-nordeste, como Padre Zé, Mandacaru, começam a ser ocupadas pela população pobre e de baixa renda, intensificando-se o processo de territorialização da pobreza. O que se evidencia nos dados da Secretaria de Trabalho e Promoção Social do município informando que em 1999, existiam na cidade 99 “aglomerados subnormais” com uma população de 111.550 pessoas Queiroz (2007). Segundo matéria da Câmara Municipal em 19 de agosto de 2008, assinada por Cristina Fernandes, João Pessoa possui hoje 27 mil famílias vivendo em áreas de risco.

O *boom* do processo de urbanização da cidade ocorre a partir das décadas de 70 e 80. “De 1970 a 1980 a população da cidade de João Pessoa cresceu 62% e a área urbana se ampliou em 170%” (SILVA, 1997, p. 183 apud KOURY, 2005b, p.152). Segundo Maia (1992) de 1950 a 1980 população da cidade cresceu 244%.

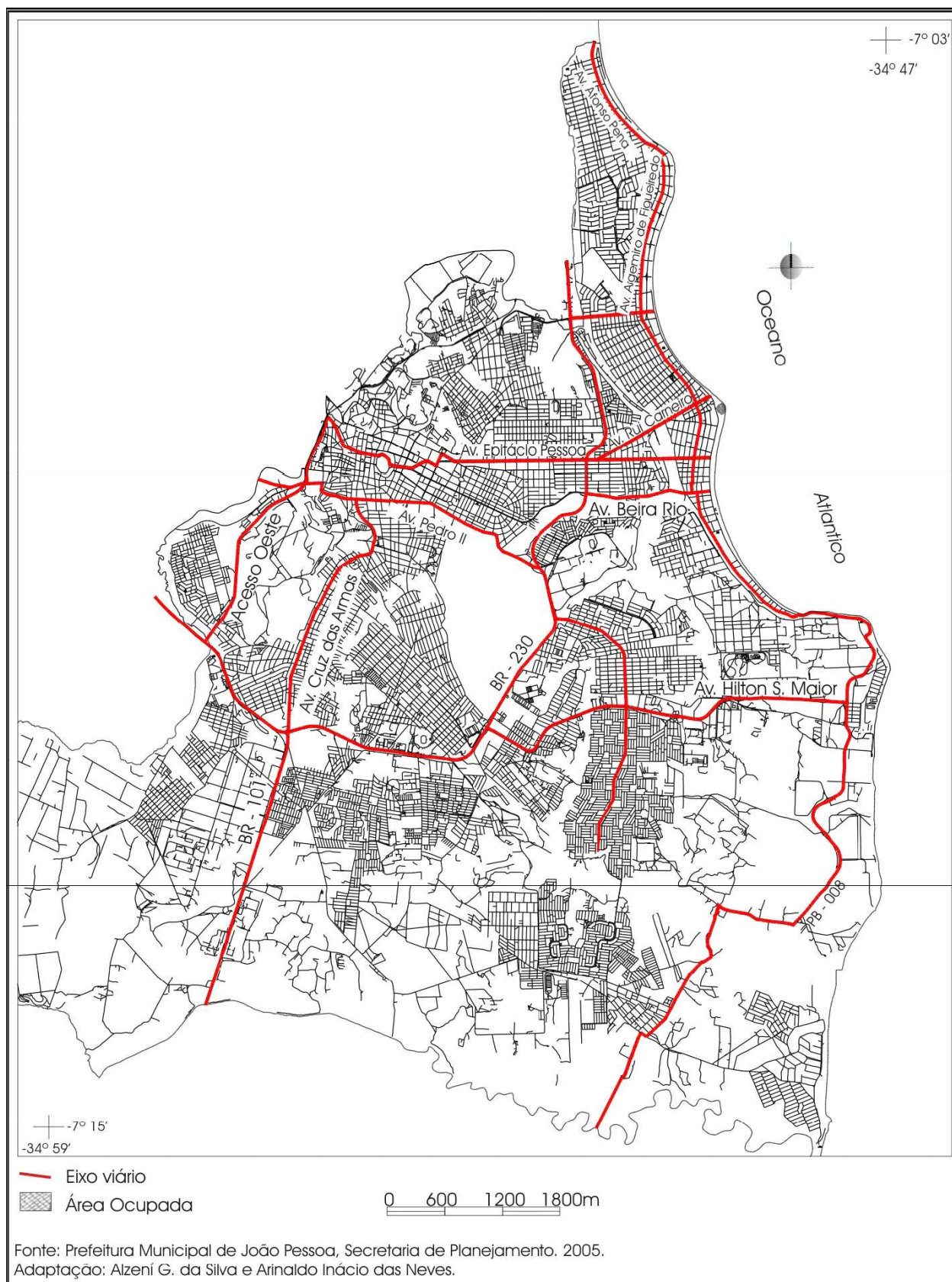
O crescimento urbano continua nos anos 90 e os bairros da cidade vão se especializando em áreas comerciais, de serviços, residenciais ao mesmo tempo em que se intensifica o processo de segregação. “Em 1991 a população do município era de 497.600 mil habitantes e em 1996 pulou para 549.363 mil.” (MAIA, 2000, p. 116 apud KOURY 2005b, p.152).

Shopping Centers e condomínios fechados se instalam na cidade agudizando os processos de privatização da vida social e a lógica da exclusão. Os espaços públicos como as praças se esvaziam e os moradores da cidade refugiam-se na vida privada, cada vez mais protegida do exterior pelos aparatos de segurança. O que indica a disseminação de *enclaves fortificados*, que compõe o novo cenário urbano de segregação e das novas sociabilidades, surgidos a partir do medo do “outro” e da insegurança, partilhado principalmente mas não exclusivamente pelos segmentos das classes médias e altas. Moura (2003) e Caldeira (1997). Ao falar sobre esse processo que atinge as cidades brasileiras e em específico a cidade de São Paulo, Caldeira (1997) diz:

“Nos últimos quinze anos, no entanto, uma combinação de processos (...) transformou profundamente o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades econômicas no espaço da cidade. (...) Nos anos 90, as distâncias físicas entre ricos e pobres diminuíram, ao mesmo tempo que os vários mecanismos para separá-los tornaram-se mais óbvios e mais complexos.” (CALDEIRA, 1997, p. 156)



MAPA 02: Mapa 02 a acentuada ocupação urbana da cidade em 1993.
Retirado de Silva (2006).



MAPA 03: Malha Urbana de João Pessoa em 2005, Retirado de (LEANDRO, 2006).

De acordo com o IBGE, em 2007, a cidade passa a contar com 674.971 mil habitantes. Apresenta também um IDH de 0,783 – que corresponde a 9ª- posição na Região Nordeste, uma taxa de mortalidade infantil de 40,4 por mil nascidos vivos, esperança de vida ao nascer de 68,2 anos e uma taxa de analfabetismo de 14%. (IBGE Censo 2000).

Atualmente, João Pessoa é considerada a segunda cidade mais verde do mundo – título obtido na ECO 92 –, e esta imagem é utilizada pelos órgãos públicos de turismo através da veiculação de imagens que a associam com uma “cidade tranqüila”, “verde”, etc. Leandro (2006).

Porém, essas imagens contrastam com uma imensa malha urbana composta por vários bairros precarizados, que como observamos, intensificou-se em períodos recentes. Alguns bairros e conjuntos, como o Castelo Branco, por exemplo, adquiriram novo status de bairro mais “classe média” e tem a especulação imobiliária acentuada. Também são freqüentes as notícias sobre violência, que alimentam cotidianamente uma cultura da insegurança e do medo amplificada pelos meios de comunicação.

Segundo Queiroz (2007): *“Acompanhando a desigual distribuição espacial da cidade, é nos bairros mais pobres que se situam os locais considerados mais violentos em João Pessoa, segundo uma concepção de violência que prioriza a criminalidade como dimensão maior. Nesta ótica, os locais onde acontece número maior de violência e criminalidade são: Alto do Céu (Mandacaru), Favela do Baleado (Cruz das Armas), Bola na Rede (Bairro dos Novais), Cangote do Urubu (Ilha do Bispo), Timbó (Bancários) e Alto das Populares (Santa Rita).* (p.135). Segundo dados do LAURBE – Laboratório do Ambiente Urbano Edificado do CT/UEPB em 2004¹², os dez bairros mais violentos na capital por ordem decrescente: Grotão, Mandacaru, Padre Zé, São José, Centro, Cruz das Armas, Costa e Silva, Bairro das Indústrias, Oitizeiro e, por fim, Rangel.

Assim, embora a malha urbana da cidade ainda se encontre mesclada, é nítida a tendência a uma periferização da pobreza, com a concentração de bairros e conjuntos habitacionais de menor padrão construtivo na direção sul-sudeste, enquanto a orla marítima e a região norte concentram os bairros onde está a população de renda mais alta. Os bairros populares passam a ser alvo de representações estigmatizantes, como lugares perigosos, violentos, insalubres. Tais representações são ampliadas pela mídia que em seus telejornais e outras matérias dão preferência a imagens que os associam aos estigmas a exemplo de presídios, fugas de prisioneiros, tráfico de drogas e violências de toda ordem, além da

¹² (LAURBE – Prof. Edson Leite). **Mapas e dados sobre a cidade de João Pessoa**. CD-ROM nº 2, CT/UEPB-PMJP.

exposição da miséria e carências sócio-econômicas, que alimentam o imaginário e a cultura do medo.

A população de João Pessoa, e principalmente os moradores com maior poder aquisitivo, passaram a ver o espaço público e as praças como lugar de “evitação” e desconforto, de perigo, expressando o medo e a cultura da violência.

É aqui que o bairro do Bessa e a Praça do Caju despontam no interior da cidade. Já que como dissemos, ao longo do desenvolvimento da cidade as áreas centrais deixaram de ser local de moradia das classes mais altas que se deslocam para outras áreas. O Bessa enquanto bairro litorâneo e “recentemente”, cada vez mais ocupado, é um bairro de classes média e alta que vem sofrendo ações no sentido de lugar turístico, principalmente pela recente mudança no tráfego da orla que fica próximo a Praça do Caju na confluência da Avenida Pres. Nilo Peçanha com a Av. Pres. Afonso Penna. Acompanha, assim, esse movimento das pessoas em migração, tornando-se aos poucos o bairro que é hoje, de classe-média com pontos de enclaves populares e mais carentes, ao longo do mangue que o circunda.

A mídia referencia esse tipo de imagem em seus telejornais, e matérias que mostram sempre o bairro através das suas ruas enlameadas e com muitos buracos. Mas o referencia em relação ao turismo e lazer com os bares/restaurantes de praia freqüentados por turistas e pela população de João Pessoa, e principalmente os moradores com maior poder aquisitivo, que tendem a ver o espaço público como local de evitação, de perigo, relatando o medo e a cultura da violência. Outros segmentos da população mais carente se deslocam para essas áreas como mercadores ambulantes ou fixos “churrasquinhos de praia”, para trabalhar e também para usufruir do lazer “gratuito”.

As áreas mais pobres, que são chamadas pelos técnicos de “aglomerados sub-normais” – as favelas –, vão se formando em torno dos bairros desde a orla até o centro e formando-se também uma periferia que atualmente expande-se velozmente com o crescimento da cidade no sentido sul-sudeste. A segregação espacial e residencial reforça, e ao mesmo tempo é reforçada, por um temor que se apresenta constante no cotidiano dos habitantes da cidade contemporânea como afirma Caldeira (1997) ao dizer:

“Finalmente, o quarto processo de mudança relaciona-se mais diretamente ao novo padrão de segregação residencial urbana, porque fornece a retórica que o justifica: o crescimento do crime violento e do medo. Não somente a criminalidade tem aumentado desde meados da década de 80 em São Paulo. (...) Na verdade, o medo do crime acaba modificando todos os tipos de interação pública no espaço da cidade.” (CALDEIRA, 1997, p.158)

Percebe-se que as classificações hierarquizantes (Zona Norte - Leste, privilegiada, e Zona Sul – periferia) redefinem-se e se aprofundam a partir do momento em que a cidade adquire porte de centro urbano, de médio porte, que, no modelo brasileiro de urbanização trouxe como consequência a cultura do medo, a violência e a criminalidade. Intervenções do poder público surgem agora, como a reforma dos espaços públicos, que visam o controle da violência e estimulação de novas formas de sociabilidade e de apropriação daqueles espaços.

Assim, a criação de calçadas livres, de praças urbanizadas e bem equipadas, e intervenções visando a revitalização do centro da cidade, parece estimular uma intensificação da sociabilidade entre os moradores urbanos, envolvendo seus contrastes, contratos, segredos e conflitos, contribuindo para a construção política e cultural de um cotidiano mais justo em oportunidades. A implantação e revitalização de novos espaços públicos que, pelo menos formalmente, admitem o livre acesso e a convivência de todos, sugerem a ampliação de práticas democráticas. As praças e logradouros revitalizados permitem outras situações de encontros sociais que parecem contrariar a lógica privatizadora do espaço que apontamos anteriormente. Observa-se ainda que estas intervenções não vêm ocorrendo apenas em áreas mais nobres e centrais da cidade, mas também em bairros de sua periferia.

As tendências recentes de desenvolvimento urbano no município caminham, como já foi dito, em várias direções. Procura-se, por um lado, responder às lógicas excludentes do processo de globalização e da economia flexível com políticas de geração de renda e outras, voltadas para o atendimento das populações em situação de risco e vulnerabilidade social. Por outro lado, observa-se a preocupação com o embelezamento e ordenamento urbano da cidade visando torná-la atrativa do ponto de vista turístico, com o diferencial da preocupação com o meio-ambiente e com um ambiente urbano sustentável, o que vem se materializando em projetos de intervenção no espaço público como as revitalizações no centro comercial e histórico da cidade e o Projeto das Praças, além de outros voltados para a gestão e controle dos recursos ambientais. Outras intervenções como a recente Estação Ciência, Arte e Cultura – projetada por Oscar Niemeyer – que sem dúvida constitui um marco importante para a projeção midiática da cidade, junto ao Centro de Convenções que está sendo construído em área próxima pelo Governo do Estado, demonstram que este processo de ingresso no mercado turístico acabam por tornar secundário o diferencial ambiental antes referido, já que enormes áreas de mata atlântica

são devastadas para a implementação destes mega-equipamentos que atuam de forma oposta na sociabilidade da cidade se comparada às praças revitalizadas nos bairros.

Esta retrospectiva sobre a história da cidade de João Pessoa visa oferecer elementos para a compreensão das dinâmicas atuais de seus bairros, em específico do bairro do Bessa, e das relações dos moradores com os espaços públicos e as intervenções dos gestores sobre a cidade.

3. A PRAÇA DO CAJU E O BAIRRO DO BESSA

Neste capítulo, a Praça do Caju e o bairro do Bessa são apresentados em sua caracterização geral e sua história, apontando seus componentes e sua dinâmica. A relação entre bairro e cidade é exposta a partir dos seus elementos em comum e do processo cultural no espaço público que as envolve. Fazemos nossa explanação com alguns mapas, croquis e fotografias que colaboram para uma melhor visualização do discutido. Procuramos também trazer à tona nosso percurso etnográfico, colocando as questões e temáticas que vêm orientando a pesquisa desde seu início, bem como novos matizes que surgiram até a etapa final da pesquisa.

A partir do panorama do crescimento e desenvolvimento urbano da cidade, exposto no capítulo anterior percebe-se como se deu o surgimento e o povoamento dos bairros da orla marítima e em específico do bairro do Bessa. Localiza-se melhor o bairro no mapa 04 na página seguinte.

Sabe-se que o nome do bairro tem origem bem antiga, remetendo-se à figura do capitão português Antônio Bessa. Ele ocupou a área alguns anos após o domínio holandês na Paraíba, iniciando sua fazenda, plantando coqueiros e tornando o lugar um posto de pescado e pesca, na enseada formada pelo encontro do rio Jaguaribe com o mar, quando a área ainda era vastamente permeada pela mata atlântica de árvores como o cajueiro. Ainda no século XIX, segundo Moraes Jr. (1994), a área do Bessa passou a pertencer à família Franca, e era posse de Ana Francisca dos Santos, que passou em seguida para as mãos de Isidro Gomes da Silva.

Já no século XX, até a década de 50 a região ainda era ocupada apenas por comunidades de pescadores e residências de veraneio da alta sociedade paraibana. Sua ocupação permanente e conseqüente valorização tomaram impulso com a abertura das novas ruas da cidade, principalmente aquelas que davam acesso ao próprio bairro, o que favoreceu a implantação de loteamentos naquele local. A recém-aberta Avenida Argemiro de Figueiredo, por exemplo, possibilitou essa expansão para o litoral norte (EGITO, 2005).

Embora a abertura das ruas tenha facilitado o desenvolvimento de tais loteamentos, o primeiro deles (Jardim Oceania, fundado ainda na década de 50) também teve sua ocupação inicial restrita à utilização durante os meses de verão. Já na década de 60, quando o local ganhou mais atenção do setor imobiliário e da população da cidade, principalmente aquela parcela de maior poder aquisitivo, outro loteamento foi implantado no local: o Jardim América.

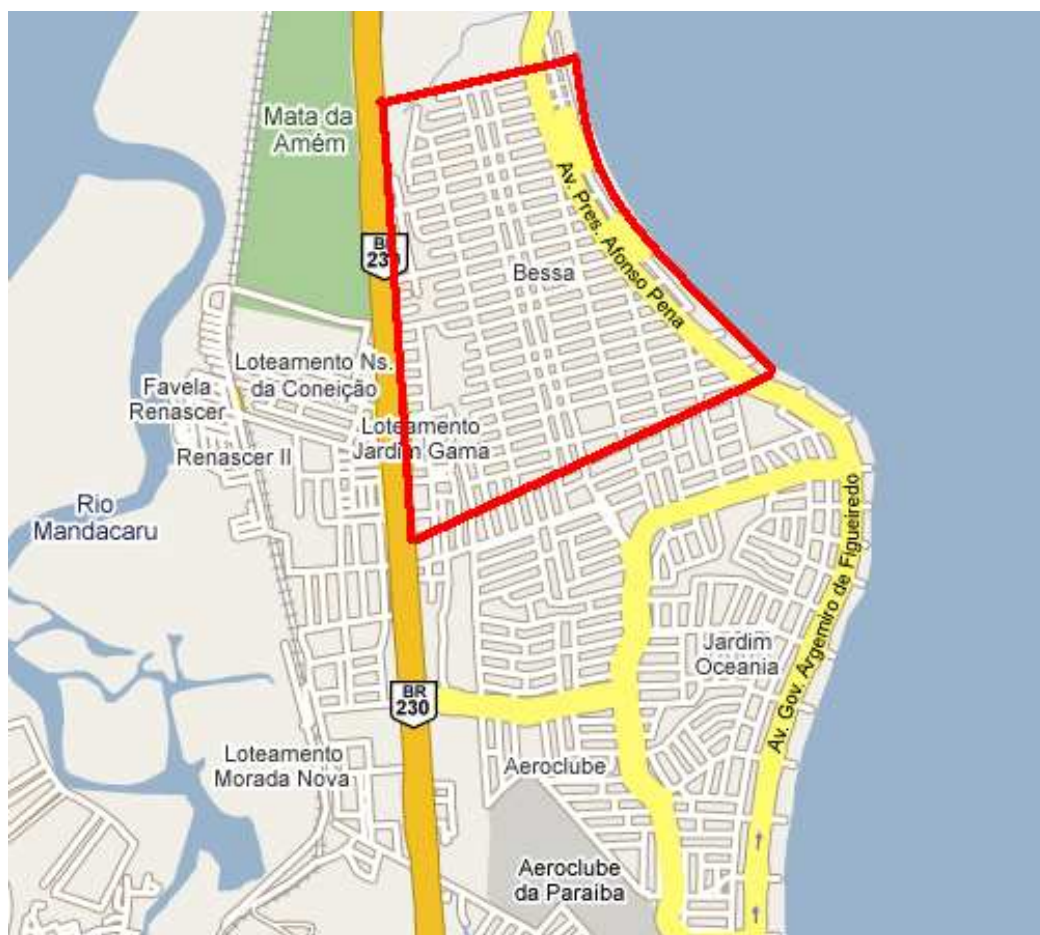
Nas décadas de 70 e 80 do século passado, os imóveis passaram a ser mais valorizados e o crescimento comercial tornou-se mais significativo no Bessa. Além disso, a Prefeitura Municipal passou a dotá-lo de infra-estrutura básica, uma vez que o aumento populacional e valorização do bairro demandavam tal providência. Porém essa infra-estrutura implantada foi muito limitada, já que a rede de esgotos e a drenagem e pavimentação das ruas não aconteceu.

Por volta de 1985, iniciou-se o processo de verticalização no Bessa, o que significou não só um crescimento da população como também grande desenvolvimento em relação a investimentos nas construções residenciais, comerciais e de prestação de serviços. Embora os edifícios surjam cada vez mais como tipo de moradia, no Bessa existem predominantemente casas de grande e médio porte com estrutura de lazer própria, como piscinas. Os primeiros prédios construídos no bairro remetem a uma estrutura tipo “caixão”, sem varandas, garagem descoberta e sem área de lazer própria; porém, o novo tipo de verticalização mais recente instaura no bairro tipos de edifícios mais luxuosos, que oferecem um espaço privado de lazer e sociabilidade, implicando talvez num desuso das áreas públicas e de sociabilidade do bairro que são escassas. Percebemos que a maioria dos entrevistados fixaram residência no bairro principalmente desde década de 80, o que coincide com o “boom” do crescimento do bairro.

Atualmente, nota-se também um desenvolvimento bastante acelerado das atividades turísticas e de lazer, mas, apesar disso, o Bessa ainda é um bairro de caráter predominantemente residencial (LEANDRO, 2006).

Inicialmente, era considerado bairro do Bessa todo o conjunto formado pelos bairros do Aeroclube, Jardim Oceania e Bessa. Esta noção ainda permanece na cultura local e na orientação da população em seu cotidiano. No entanto, essas três áreas foram separadas de acordo com a Lei Municipal nº- 1.574, de 4 de setembro de 1998, resumindo o bairro à parte situada mais ao norte delas (205,70 hectares), que inicialmente formavam os loteamentos Jd. América e Bessamar, que se estende da Avenida Campos Sales até o

manguezal do final do rio Jaguaribe que faz a divisa com a praia de Intermares já no município de Cabedelo. Observa-se essa divisão no mapa a seguir.



Mapa 05: Localização do atual bairro do Bessa e demais bairros do seu entorno.

Fonte: Google Maps (www.maps.google.com.br) – adaptação minha

- Limites do Bairro do Bessa
- BR 230
- Principais ruas e avenidas dos bairros do Bessa, Aeroclube e Jardim Oceania

Segundo dados do IBGE¹³, o bairro possui 7.111 habitantes divididos em 3.303 homens e 3.808 mulheres, um percentual de 1,29% em relação à população total da capital. A estrutura da população é constituída por 36% de jovens, 57% de adultos e 6,5% de idosos; a taxa de alfabetização é de 93,81% e 72,3% dos responsáveis pelos 1915 domicílios do bairro têm o ensino médio completo; o rendimento médio mensal desses responsáveis é de R\$ 1.931,04. Segundo o LAURBE¹⁴, em 2005 o bairro passou a ter 11.205 habitantes. Ele possui ainda um IDH de 0,808 e ocupa a 40ª- posição no ranking de violência urbana da cidade com um índice médio de 3,98 homicídios por 100.000 habitantes (1998-2002).

Já em relação à estrutura de segurança pública, o bairro do Bessa, bem como os seus vizinhos Aeroclub e Jd. Oceania não possuem delegacia própria, sendo atendidos pela 10ª- Delegacia que está situada muito distante no bairro de Tambaú e pela 12ª- Delegacia situada ao de um shopping no bairro de Manaíra. Esta última delegacia será transferida para uma área central do bairro do Bessa atendendo pedidos da comunidade que se organizou em torno do Movimento S.O.S. Bessa, que abordaremos com mais propriedade na sequência do texto.

Podemos perceber que, em geral, o bairro se caracteriza como uma região de nível econômico e social altos, uma área de moradores das classes média e média-alta, mesmo dentro da atual divisão onde se tornou a parte de menor renda e nível social entre os três segmentos do antigo bairro. Apesar disso, nas áreas de mangue como o Jardim Gama, se concentram nichos de população de baixa renda, sem falar que o bairro é próximo e é comumente área de trânsito de moradores de outras regiões mais pobres como o conjunto Renascer (Cabedelo). Com a especulação do solo ao longo da evolução urbana, a parcela originária dos moradores, geralmente pescadores, tendeu a se mudar – nem sempre por livre vontade – para regiões mais pobres da cidade ou se fixar em outros lugares dentro do próprio bairro formando essas áreas mais pobres.

¹³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Dados do Censo 2000.

¹⁴ Laboratório do Ambiente Urbano e Edificado – CT – UFPB/ 2004.



Figura 01: Bairro do Bessa, o conjunto Renascer e o Jd. Gama em destaque na imagem do Google Earth (www.google.com.br) Adaptação minha.

O Bessa atual continua em fase de desenvolvimento de setores que favorecem a vida dos moradores daquele bairro. Lá são encontrados supermercados, agências bancárias, farmácias, padarias, postos de combustíveis, entre outros, além da nova implantação da rede de esgotos pelo Governo do Estado e da recente praça inaugurada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa em agosto de 2007, a Praça do Caju. O fato de a maioria das ruas do bairro ser de terra batida dá uma grande importância a esse espaço público, já que na época de chuva com as ruas alagadas e na época de sol com a poeira levantada, a rua e os espaços públicos não aparecem enquanto uma área de sociabilidade e de encontro social.

A PRAÇA

Ocupando uma área de, aproximadamente, 6.500 m², a Praça do Caju dispõe de uma grande diversidade de usos que possibilitam atividades diferenciadas para os seus frequentadores. A ampla área por ela ocupada permitiu essa variedade de equipamentos, os quais são envolvidos por grandes espaços gramados.

Apesar da grande área verde existente, não há muitas árvores na praça. Na verdade foi feito o plantio de diversas mudas que ao longo da existência da praça vem sendo cuidadas e estão crescendo, porém ainda estão longe de estarem consolidadas. Os bancos ao longo dela não são privilegiados com sombra, tornando a permanência neles mais agradável no período da tarde/noite.

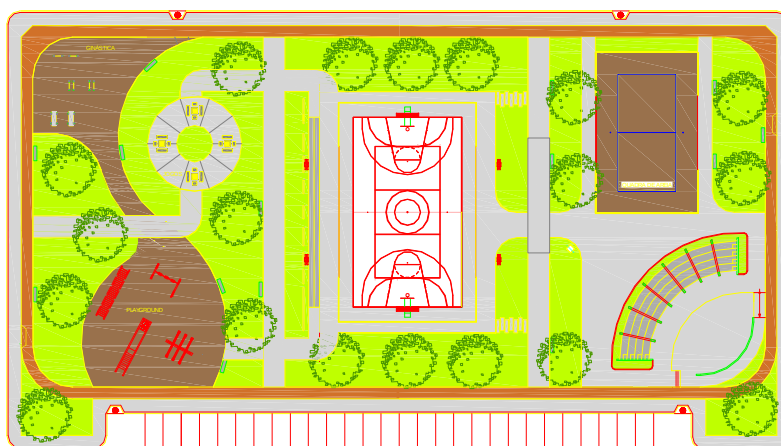


Figura 02: Imagem da Praça do Caju com seus equipamentos e a planejada área verde. Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa.

O playground com seus diversos brinquedos e piso de areia são bem adequados para a diversão das crianças. Os brinquedos – principalmente gangorra e balanço - embora

sejam pesados para elas, fornecem maior resistência para uma utilização pública. Já os equipamentos de ginástica e as mesas de jogos exercem muitas vezes funções distintas daquelas para as quais foram destinados, assim como ocorre com frequência no estacionamento. Algumas falas dos entrevistados ressaltam o uso intenso da praça e colocam estas situações de conflitos entre os usos e a lógica do projeto e de planejamento dos gestores e os contra-usos (LEITE, 2004) que surgem na dinâmica e na *tática* na apropriação cotidiana por parte dos usuários:

“A comunidade vivia dispersa, hoje está toda ali. Todo dia nessa praça é uma festa. Os comerciantes com barracas, com as barracas ao longo da praça. Com algumas coisas que precisam ser corrigidas como, por exemplo: as barracas que estão vendendo cerveja, churrasquinho, queijo, etc, etc, etc, vendendo para os frequentadores. Essas barracas estão no lugar indevido, ou seja, está no estacionamento. Os carros estão estacionando fora do local estabelecido que é o estacionamento, porque aí estaciona barraca. (...) As barraquinhas, o povo pisando na grama que a gente culpa o conselho gestor e culpa a própria comunidade que é simplesmente mal-educada. 80% ou mais dos que frequentam a praça, quando vêm pra praça eles vêm e deixam sua educação em casa. Porque em canto nenhum a gente vê se levar cachorro, cachorro pit-bull, fila, pra desfilas na praça em meio de crianças. A gente vê circulando em velocidade na praça bicicletas, pondo em risco as crianças que frequentam essa praça. E os adultos também. A turma pisando na grama, os meninos jogando nos jardins. 7 pés de caju foram plantados; os meninos jogando futebol os pés de caju morreram. Foram replantados de novo, botaram umas grades de ferro. Eles continuam jogando, a grama está toda pisoteada. Isso por má educação dos meninos. Dos meninos não, dos pais. E a gente culpa muito o conselho gestor. (Seu Javancy)



FOTO 05 – Crianças jogam futebol em gramado perto das plantas. Maio de 2009. Créditos: Ricardo Campos



FOTO 06 – Barracas e ambulantes instalados no local do estacionamento da praça. Maio de 2008. Créditos: Ricardo Campos

A área e espaço da praça ficam situados na parte central do bairro do Bessa. Podemos visualizar sua centralidade observando o mapa na página seguinte. Ela possui os seguintes equipamentos: calçada para caminhada, aparelhos de ginástica e musculação, playground, quadra poliesportiva, quadra de areia, mesas de jogos, anfiteatro “Zé Ramalho” e estacionamento.

Juntas, as quadras ocupam área maior que os demais equipamentos e apresentam também uma concentração maior de pessoas, com opção de jogos de futebol, vôlei, futevôlei, basquete, podendo abrigar inclusive atividades não-esportivas utilizando-se também das arquibancadas. O anfiteatro, utilizado para eventos periodicamente, pode também servir como mais um local de permanência das pessoas, e a calçada, além de dar acesso à praça, é também o local para as diversas caminhadas. De modo geral, a praça se encontra em bom estado de conservação e todos os seus equipamentos estão disponíveis para o uso..



Mapa 06: Detalhe do bairro do Bessa - localização da Praça do Caju.
Fonte: Google Maps (www.maps.google.com.br)

- Bairro do Bessa
- Praça do Caju



FOTOS 07 e 08: Alguns equipamentos da praça. Playground e anfiteatro, respectivamente. Abril de 2008. Créditos: Ricardo Campos

Na Praça do Caju, há também duas esculturas que, além de funcionarem como ornamento para a praça; funcionam como elementos simbólicos de identificação da cultura do local, pois têm a capacidade de serem facilmente lembrados pelas pessoas. O caju e o peixe existentes na praça são partes integrantes dela e a presença deles é indispensável. A história de implantação das esculturas denota bem como os cajueiros e seu fruto o caju representam a identidade coletiva, e o pertencimento dos indivíduos ao coletivo bairro do Bessa.



FOTOS 09 e 10 – As esculturas do Caju e do peixe. Junho de 2008. Créditos: Ricardo Campos

Segundo nossos interlocutores que participaram do processo de implantação e negociação sobre a praça, de início, a PMJP quis nomeá-la de Djalma Gomes da Fonseca, que era um comerciante que tinha seu estabelecimento nas imediações do espaço há muito tempo. Porém, devido a uma “luta”, os moradores conseguiram que ela fosse chamada e reconhecida como Praça do Caju, inclusive na placa oficial, e diante da ausência de um

marco simbólico, já que homenagearam a praça com a escultura de um peixe, conseguiram trazer a escultura de um caju que foi conseguida junto a um restaurante/pousada que na época se desfez de tal bem.

Segundo o Sr. Javançy a luta e a participação dele e de outras pessoas da comunidade, como Carlos, Cacá Melo, Fuba, etc, se deu em todo o processo de constituição da praça. Os moradores nunca estiveram satisfeitos com o campo de futebol que existia anteriormente no lugar da praça, pois atendia apenas a uma parcela dos moradores que praticavam o futebol e na maioria das vezes eram times organizados de outros bairros. Gustavo disse: *“A praça trouxe vida para o bairro. Antes não tinha nada com o campo, esse espaço só era usado nos domingos e por poucas pessoas se comparado ao uso que tem hoje.”*



FOTO 11 – Placa devidamente aceita, identificando o caju com o bairro, mas com a antiga homenagem ao morador não reconhecido como representante do mesmo e do espaço. Nota-se ainda pequeno erro quanto à grafia, pois caju, o fruto, não possui acento agudo segundo nossa gramática. Inaugurada em Agosto de 2007 pela PMJP.

Créditos Ricardo Campos

Com formato retangular, a praça encontra-se envolvida por quatro ruas, sendo uma delas – Av. Nilo Peçanha – pavimentada e de grande movimentação no bairro, pois permite o acesso da BR-230 à praia do Bessa. No entanto, as demais ruas que envolvem a praça não têm pavimentação e, por conta disso, o acesso a ela torna-se prejudicado em algumas épocas do ano, como nos meses de inverno, quando as ruas assemelham-se a pequenos lagos e o acesso - tanto de veículos quanto de pedestres – fica comprometido.

Desde o início da etnografia muitos problemas foram apontados pelos usuários da praça e, além disso, a praça se mostrava como um local onde essas questões eram dialogadas e discutidas. Glória Pordeus fala sobre esses problemas como um dos assuntos conversados entre os moradores, enquanto esperam o ônibus no ponto de ônibus da praça:

“Na parada de ônibus falamos que o ônibus demorou muito, que a gente tá plantado lá, que o Bessa tem muito buracos e que em volta da praça tá um lamaçal, que eu saí de casa por dentro da lama, que tive que pegar um papel higiênico para limpar minha sandália. O caos do Bessa é um assunto geral na praça, inclusive na caminhadas que eu fazia antes dessas chuvas.”



FOTOS 12 e 13 – Ponto de ônibus e as ruas esburacadas e enlameadas no inverno. Maio de 2008 e abril de 2009. Créditos: Ricardo Campos

No seu entorno imediato, são encontradas, em geral, residências – concluídas ou em fase de construção - além dos diversos terrenos desocupados, sendo um deles utilizado para realização de uma feira livre nos finais de semana. Há, ainda, uma padaria que foi aberta concomitantemente à inauguração da praça; um ponto de venda de água mineral e gás que funciona também como um bar; um salão de beleza, e um posto policial que atualmente encontra-se desativado. Na extensão das ruas que envolvem a praça há maior variedade de uso, como escolas e outras funções comerciais.

Para alguns moradores do bairro, a Praça do Caju tem funcionado como ponto de referência; para outros, como fator crucial de decisão na hora de escolher um novo local para moradia. Assim, percebe-se que a praça extrapola os seus limites físicos e vai bem além dos equipamentos que oferece para a população.

A história desse espaço público acompanha a história de formação do bairro e de constituição da área enquanto *lôcus* urbano. De acordo com Mello (1999), essa área seria uma dentre cinco equipamentos comunitários planejados – constante em projetos na SEPLAN – para existir no bairro. Na época do estudo de Mello, o equipamento ainda não havia sido construído. Inicialmente, tanto na planta do loteamento quanto na planta do planejamento da Prefeitura, todo o terreno seria destinado à construção de um campo de

futebol. Como o campo nunca foi construído, os moradores improvisaram em parte do terreno – área atualmente ocupada pela Praça do Caju - um campo de futebol de várzea, ou seja, de terra batida e sem nenhuma estrutura maior a não ser as duas traves. Por conhecimento empírico e de vivência, podemos afirmar que esse campo de futebol desde os anos 90 vinha tendo uso freqüente, principalmente nos finais de semana com torneios de futebol, porém, como dissemos antes havia o desejo de muitos para que ali fosse construído um espaço mais plural que contemplasse outros grupos e moradores da área.

No planejamento inicial, a área destinada à construção do campo oficial era maior do que a área que os moradores utilizaram para montar seu campo de várzea e, conseqüentemente, maior do que a área da praça hoje instalada. O espaço ocupado pela praça corresponde apenas à metade do terreno inicialmente destinado à construção do campo de futebol. O que ocorreu é que, com a urbanização do bairro, a Av. Pres. Nilo Peçanha cruzou a área destinada ao campo oficial, dividindo-a em duas partes: aquela que foi ocupada pelo campo de várzea; e outra parte em que não houve ocupação, ficando abandonada. Essa parte abandonada permaneceu por muito tempo como um terreno vazio, uma área de mato que servia como local utilizado pelos moradores apenas como depósito de lixo. Em outras ocasiões mais recentes, houve a limpeza dessa área por máquinas da prefeitura, e também a instalação temporária de empreendimentos de lazer como o “Circo Barcelona”, ou de banca de revistas e “churrasquinhos”. Podemos visualizar melhor observando as fotos que apresento em seguida.



FOTO 14: Vista da área do equipamento comunitário antes de ser instalado, em dezembro de 2005, após limpeza realizada. Ao fundo vê-se uma banca/ “churrasquinho” e por trás deles a área que hoje é a Praça do Caju.

Créditos: Ricardo Campos



FOTO 15: Circo Barcelona instalado temporariamente no local em 2006. A iniciativa privada já ocupava uma demanda pública. O alicerce da Praça do Caju começava a ser construído. Janeiro de 2006.

Créditos: Ricardo Campos



FOTO 16: Outra foto do circo, a partir da confluência da Av. Venceslau Braz com a Rua Paulo Roberto de Souza Acioly. Tem-se a visão para a Rua Nilo Peçanha que liga a orla do Bessa à BR 230, e divide a área inicial prevista para o equipamento. Janeiro de 2006.

Créditos: Ricardo Campos

Sabe-se, tanto a partir do estudo realizado por Mello (1999) quanto a partir de vivências na comunidade e das entrevistas, que houve uma disputa judicial entre a imobiliária que construiu o loteamento e a prefeitura a respeito da posse da área, ou melhor, das áreas do equipamento. Diante da investida da AMABE (Associação de Moradores do Bairro do Bessa), das outras partes e de alguns moradores chegou-se a um entendimento em que a imobiliária readquiriu parte da área inicialmente destinada ao campo de futebol construindo um edifício – aquele lado que permaneceu por muito tempo abandonado, mas em troca disso financiou obras da construção da Praça do Caju na outra metade da área – o lado anteriormente ocupado pelo campo de várzea.

Nas falas de Javancy, Martinho e Clóvis Júnior conta-se essa história de luta pela instalação da praça e da identificação dos moradores do Bessa com os espaços públicos do bairro:

“E paulatinamente a comunidade vinha lutando e foi dando um passo à frente, e há uns 15 anos que se luta por essa praça. E culminou com uma empresa que está construindo e construiu um prédio no terreno que a Prefeitura diz que é dela e que essa construtora diz que o terreno é dela. Então houve esse impasse. Esse impasse foi parar na Justiça e houve um Termo de Ajustamento de Conduta que a procuradoria, o patrimônio público intermediou esse conflito. A prefeitura dizendo que o terreno é dela e a construtora dizendo que o terreno é dela. Então nesse meio tempo entrou a procuradoria do Patrimônio Público e fez esse Termo de Ajustamento de Conduta, consistindo no seguinte: a Prefeitura liberaria o terreno que o prédio está construído, a prefeitura ia liberar o alvará... o alvará não, o habite-se. A prefeitura liberaria o Habite-se e a empresa faria uma praça. Então isso foi feito. Só que o projeto dessa praça era um projeto muito simples. Constava apenas de uma calçada ao redor desse terreno que mede 60m por 108m, que dá 6mil e quatrocentos e poucos m², e essa empresa, essa construtora fez essa praça. A praça constava de uma calçada, que inicialmente ela fez estreita e nós da comunidade nos reunimos em plena praça, no espaço ainda da praça de areia. Levamos cadeira, mesa, fizemos a reunião e nos queríamos que aquela calçadinha estreita fosse alargada. E conseguimos junto com a Albras, a comunidade junto com a construtora, com a empresa que tava construindo o prédio, ela fez a calçada mais larga. Fez um estacionamento e uma caixa de areia, e não tinha mais outra melhoria a não ser essa calçada. Feito de maneira, como se diz, de carregação, que não tem acabamento. Não houve fiscalização por parte da Prefeitura. Então ele fez a parte dele. Fez a praça sem iluminação, e entregou a comunidade. Nessa altura o prefeito viu a qualidade da praça, não gostou, e reuniu os engenheiros dele e disse ‘eu quero ali uma praça, não aquilo que está ali, que aquilo ali não é uma praça a altura do povo do Bessa. Se o Bessa paga, segundo dizem são palavras do Prefeito: Se o Bessa, como diz os seus moradores, paga o mais caro IPTU de João Pessoa, o Bessa terá a mais bela praça de João Pessoa. Palavras de sua excelência, o prefeito. E realmente fez uma praça muito bonita, muito aconchegante, que a comunidade se reúne. A comunidade vivia dispersa, hoje está toda ali. Todo dia nessa praça é uma festa.” (Javancy)

“Eu moro no Bessa desde 1995 ou 1996, assisti a todo o processo de ambientação daquela área do apartamento em que eu morava na época.
Entrevistador: O que você tem a me dizer sobre a praça e sua constituição...”

Acompanhei tudo porque naquele momento aquela área estava destinada à praça, eu, por meio de amigos que tenho na Associação de moradores, já estava me informando. Naquele momento, existia um campo de futebol, nos fins de semana tinha campeonatos... Entrevistador: E você participava? “Não, mas me deslocava ao campo para assistir, e tanto eu como os outros moradores do prédio, os vizinhos, sempre manifestávamos o desejo de ver aquele logradouro com os equipamentos de lazer, que seria uma praça, enfim (...) (Martinho)

“Entrevistador: O que você tem a me dizer sobre a praça? “O que eu tenho a te dizer sobre a praça é que ela chegou num momento muito importante do bairro, a gente não tinha nenhuma opção de lazer aqui no bairro, a gente era assim praticamente esquecido pelos órgãos públicos e essa gestão nova o que fez foi algo importante de retomar as praças de volta né? Eu que me nasci e criei numa cidade do interior uma praça é tudo para uma cidade do interior, e nada mais nada menos uma cidade grande também tem que ter um local pra se encontra caminhar se encontrar, botar o papo em dia. E porque não numa capital que tem tantas pessoas, sem opções de encontro e lazer, às vezes tem só uma televisão em casa. A Praça do Caju veio num momento importantíssimo para os moradores do bairro eu que já resido há vinte anos aqui a gente nunca teve uma oportunidade dessas como tem agora com essas propostas inovadoras com eventos de música, arte, esporte e outros segmentos mais...” (Clóvis Júnior)



Figura 03: Vista aérea da praça e espaços adjacentes.
Fonte: Google Earth. (www.google.com.br). Acessado em 21-05-2008 – adaptação minha.

-  Área inicialmente destinada ao campo de futebol
-  Área do campo de futebol de várzea - atual Praça do Caju
-  Área desocupada - atualmente readquirida pela Imobiliária

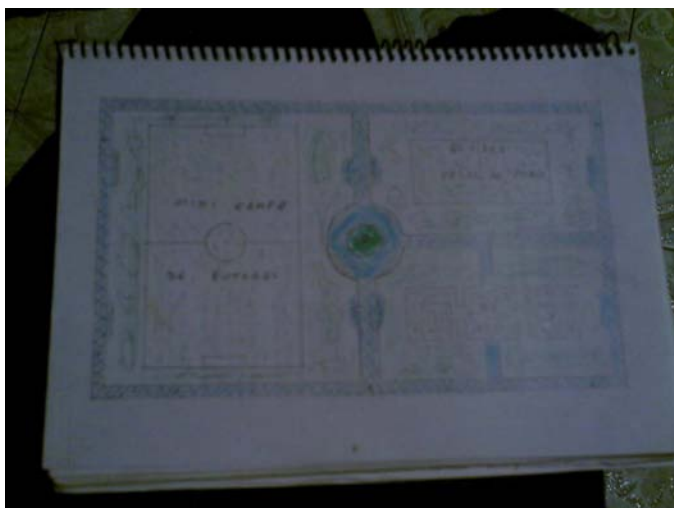


FOTO 17 – Croqui desenhado pelo Sr. Javancy. Esboço da praça feito nas movimentações da comunidade antes da instalação da mesma e durante negociação com a prefeitura. Julho de 2008. Créditos: Ricardo Campos

A Praça do Caju está constituída e em pleno funcionamento atendendo a uma antiga demanda da população local, já que é a única praça do bairro do Bessa. A parte do terreno em que não houve ocupação foi subdividida pela Rua Renato Souza Maciel. Nela existe apenas um prédio – construído pouco antes da praça – e na outra extremidade ainda permanece o espaço vazio. Nos dias de final de semana, nessa área em frente à praça e na Rua Renato Maciel, funcionava até o mês de novembro de 2009 uma feira livre de produtos orgânicos promovido pela APASA, um assentamento de camponeses situado em Pitimbu-PB, mas composta também por outras pessoas que com o tempo também fizeram do ponto comércio. No mês de novembro, foi entregue o primeiro mercado público do bairro e houve a transferência dos comerciantes para as dependências do mesmo. Nas palavras de Antônio Amaral da Cunha, chefe da Divisão de Abastecimento Alimentar da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb), “(...) a feira acontecia de maneira irregular dentro da Praça do Caju. Comerciantes e consumidores não tinham como se manter daquela forma e foi pensando nisso que a PMJP investiu e construiu um equipamento que pudesse aliar comodidade e qualidade, atendendo as normas de segurança, higiene e saúde. Certamente isso vai gerar renda, emprego e sustentabilidade”

Porém, o processo de re-locação, de construção do mercado e da extinção da feira livre não ocorreu de maneira tranqüila para todos. Apesar de ser bem aceito pelos feirantes, esse processo gerou certa apreensão nos comerciantes ambulantes que trabalham na praça e que não eram da feira. Comerciantes que trabalham no local do estacionamento e que aos poucos se expande para todo o entorno da praça, permanecem no receio de que sejam retirados para outro lugar perdendo assim a enorme clientela de usuários da praça. Durante esse processo, que aconteceu concomitantemente à luta e aos protestos de moradores sobre

as condições estruturais do bairro, que abordaremos mais adiante, alguns comerciantes não se engajaram no movimento de melhorias no entorno da praça com medo de que fossem expulsos de seu local de trabalho. Seu Manoel disse:

“Eu não to sabendo muito desse movimento ai não. Também se reformarem isso aqui, do jeito que são as coisas vão levar a gente pra outro lugar mais distante e ai não vai ter o movimento que tem né? Eu acho que as coisas tão boas aqui do jeito que está e não saio daqui a não ser pra bem pertinho. (...) Tão dizendo ai que vão até cobrar do pessoal da feira o boxes que estão levando o pessoal(...).



FOTOS 18 e 19 – Antiga feira livre e o novo mercado público entregue em novembro de 2009. Créditos: Ricardo Campos e PMJP



FOTO 20 – O comércio ambulante se expande progressivamente da área do estacionamento para as outras áreas da praça. Créditos: Ricardo Campos

Em termos gerais, a praça tem uma aceitação excelente pela população do bairro e já havia uma demanda antiga da população não só das cercanias da praça, e uma ação de indivíduos e grupos, como associações, que trabalhavam para a sua construção. A iniciativa não partiu “de cima”, do poder público apenas, mas, pelo contrário, foi uma demanda e ação de em uma integração com a comunidade e seus “atores” principais.

Como afirmamos de início, nossa pesquisa começou como um trabalho de equipe, ainda no projeto *Da casa à praça*, iniciado no mês de março de 2008. Inicialmente foram feitas discussões em grupos de trabalhos, tanto teóricas e metodológicas, como organizacionais, planejamento de ações e recolhimento de material e documentos que pudessem ajudar a todo grupo e suas selecionadas praças. No nosso caso, selecionamos a Praça do Caju como área de atuação.

Partimos para a etnografia vivenciando a praça no seu cotidiano e fazendo a *observação participante* nos horários e dias de maior utilização e movimentação apesar do período chuvoso. O processo foi definido basicamente em três períodos; a) recolhimento de dados gerais/início da etnografia, b) Fase de entrevistas seguindo roteiros semi-abertos com interlocutores selecionados previamente nos trabalhos etnográficos no cotidiano da praça; e por último, c) a fase de reflexão e análise final a partir de todo processo de vivência e investigação no bairro do Bessa e principalmente da Praça do Caju.

Em termos diretos, realizamos diversas incursões a campo e procedemos aos contatos com os moradores do Bessa e até de outros bairros que passam e usam a Praça do Caju, estabelecendo com alguns poucos um contato mais próximo. As observações participantes e a pesquisa em jornais da internet, além de visitas a órgãos e entidades do bairro e da cidade no bairro foram de pronto iniciadas. Fizemos um levantamento bibliográfico sobre a história da cidade e do bairro e levantamos bibliografias que tinham como tema as praças e os espaços públicos, o bairro do Bessa e a Praça do Caju; foram também pesquisados alguns departamentos e bibliotecas da UFPB.

Estamos relatando aqui nosso percurso desde as primeiras impressões tidas em campo nas nossas imersões, tentando apontar o percurso etnográfico até a etapa última de pesquisa. Geralmente a entrada em campo e principalmente a imersão no grupo pesquisado é facilitada quando se tem amigos, conhecidos, parentes, etc. que possam fazer as apresentações. No nosso caso optamos por fazer os primeiros contatos de forma mais direta andando e conversando com as pessoas da praça, durante as observações participantes. Além disto, fizemos visitas a conhecidos que moram no bairro e nas proximidades da praça, que vão desde amigos a parentes que já falavam sobre a pesquisa, alguns foram até entrevistados formalmente.

Os primeiros contatos foram fáceis devido ao nível de superficialidade das conversas iniciais, porém com a estreiteza de alguns contatos, e as incursões à área do bairro que circunda a praça o ritmo “encaixou”, eu e minha colega de pesquisa estabelecemos horários que apesar das chuvas e outros inconvenientes, possibilitaram

várias idas e o convívio na Praça. Os contatos com a população em manifestações, a amizade com alguns entrevistados, e o acompanhamento das atividades foram em geral sempre simpáticos. Pouquíssimos contatos foram repudiados e rechaçados. Uma mostra disso são os relatos iniciais nas conversas que tivemos na etnografia:

“Na praça havia dois senhores de boina caminhando mesmo com a chuva fina ou quase estiada, havia também uma garota sentada em um dos bancos e resolvi abordá-la. Apresentei-me e disse ser estudante/pesquisador da UFPB, falei que fazia uma pesquisa sobre a praça sem detalhar muito os objetivos, apenas colocando que me interessava pelas atividades e pelo cotidiano da praça e dos seus usuários. Seu nome era Taiana, moça jovem estudante do curso de Direito da UFPB. Logo no início da conversa a chuva começou e nos abrigamos na marquise da padaria “Bessa Pão” na esquina. Questionada sobre o que ela poderia-me falar sobre a praça (O que você pode me falar aqui da praça?) – o que repeti com os outros com quem conversei – ela disse que era muito boa, mas não freqüentava muito, estava ali esperando uma pessoa que viria pega-la de carro par ir a outro lugar. Disse que geralmente passava pela praça para ir à academia – a qual eu tinha visto no início da visita – e que no mais tinha estado na festa de inauguração e em alguns torneios de futebol que se realizaram na quadra poliesportiva - seus amigos jogaram no torneio. Enfatizou que a praça era boa, pois antes só havia um terreno baldio e agora tinha iluminação à noite. Perguntei se morava por perto e ela disse que sim. Logo em seguida chegou sua carona e ela partiu. Fiquei na padaria esperando a chuva passar e aproveitei para abordar um senhor que estava com uma criança em uma pequena bicicleta. Seu nome era Valdecir, comerciante aposentado, e o menino era seu neto. Eles estavam esperando a chuva passar para retornar à praça, onde seu neto costuma brincar e se divertir. Seu Valdecir me disse morar há uns três anos na região, próximo à praça, me disse que a praça era ótima e repetiu direto “Quem é que tem uma coisa dessa perto de casa? É muito bom.” (Ricardo Campos, Diário de campo dia 30/05/08)

Sabemos que o pesquisador deve dizer quem é e o que está querendo trabalhar com seus interlocutores de pesquisa, temos sempre enfatizado esta questão ética apesar do desinteresse e confusão que ocorrem em geral nesse tipo de pesquisa. Em nossas conversas e contatos tentamos ser mais sintéticos e compreensíveis.

Sentimos-nos cômodos de início, e através de técnicas e da vivência já estávamos mais integrados no campo, buscando uma relação de confiança mútua. Só assim poderemos sentir o *Anthropological Blues* de Roberto DaMatta (1978). Simmel afirmava que a menor estrutura da interação social acontecia numericamente entre dois elementos,

mas ressaltava que: “O isolamento é interação entre dois partidos, um dos quais abandona a cena real após haver exercido certas influências, sobrevivendo e agindo em forma ideal no espírito do remanescente solitário.” (SIMMEL, 1962, p.129). É nesse isolamento que tivemos os melhores *insights* sobre o objeto de pesquisa, geralmente no final das visitas a campo.

Nesse caminho definimos nossos *informantes chaves* (WHYTE, 2005), que entendemos como as pessoas da comunidade e do local pesquisado com as quais tivemos maior contato, poderemos e deveremos ser mais precisos em nossa identificação/intenções e que foram interlocutores de diferentes pontos que se coadunam ou conflitam. As categorias lógicas que tematizaram a pesquisa são contempladas em falas bem expressivas e de categorias antes já pensadas ainda no projeto da pesquisa.

A etnografia, a pesquisa de campo e a hermenêutica despontam como práticas científicas cada vez mais abordadas e geradoras de inúmeras polêmicas. Buscamos assim apontar a etnografia, e para a mesma, um posicionamento multidisciplinar e crítico que possibilite a produção de conhecimento e construção social eficientes e eficazes. Um conhecimento científico que se expande para outras áreas, inclusive não-científicas, e recebe destas o “feedback” necessário ao amadurecimento.

O pertencimento positivo dos moradores do bairro ao espaço público da praça se evidencia mesmo antes de sua construção, através da participação de uma parte considerável dos moradores nas decisões e lutas pela implantação e qualificação do equipamento, como constatamos ainda no início da pesquisa em abril de 2008. Isso demonstra que o espaço público, não só enquanto espaço urbano e físico, mas sim enquanto espaço social e político, sempre mereceram atenção por parte dos moradores do Bessa, agora usuários da praça. Nas etapas finais de pesquisa, a partir de julho de 2009, tentamos aprofundar esta relação entre *esfera privada* e *esfera pública* na investigação que tem com elementos mais recentes o uso do espaço público da praça como espaço de reivindicações e de ação política, como, por exemplo, tem se mostrado nas manifestações do movimento SOS BESSA, que vem ocorrendo desde agosto de 2009. Tendo, a partir dos próximos tópicos, explorar e explanar as temáticas que surgiram com maior ênfase.

• 3.1. SOCIABILIDADE, USOS E CONTRA-USOS DO ESPAÇO

A praça existe como uma realidade desejável e festejada pela comunidade em um sentido geral. Porém no nosso trabalho coube discutir os diversos usos, os tipos de interação, os diferentes lugares ou “não-lugares” que nos primeiros discursos e falas não surgiram com tanta espontaneidade.

Como já explanamos anteriormente as premissas teóricas de que partimos, seremos mais diretos nos pontos-chaves do debate.

Todos os lugares da praça são usados, desde o playground, o anfiteatro com os shows e apresentações, a parte das mesas de jogos, e principalmente a quadra poliesportiva. O esporte, em específico o futebol e as caminhadas, são o grande foco da praça. Porém, lugares planejados para certas atividades e usos geralmente recebem outros usos diante da bricolagem que os indivíduos fazem na invenção do seu cotidiano (DE CERTEAU 1998, 1998a). Essa prática refere-se ao que Leite (2004) considera como *contra-usos*, já que o espaço público considerado como esfera da ação política se torna um espaço social onde os atores praticam o espaço planejado adaptando e dando sentidos diversos do que era previsto ou inicialmente dado aos *lugares*. Bauman (2005) também nos dá pistas sobre essa questão quando afirma que:

“De modo irônico os benefícios da ordem planejada foram colocados em dúvida justamente pelas pessoas (os jovens) que tinham nascido naquele espaço dotado de novas formas, construído com a intenção de tornar mais feliz a vida de quem o habitava. Os moradores da cidade, sobretudo os jovens de Estocolmo, recusaram a ‘previsão total’.” (BAUMAN, 2005: p. 67)

Portanto, surgem vários pequenos conflitos, discussões, divergências e pontos de vista diferentes no tocante não só ao presente, mas também sobre o futuro da praça, mesmo que coadunados no sentido de um futuro e de projetos de melhorias.

A praça é palco de grande interação e sociabilidade principalmente no final da tarde e à noite, chegando até a madrugada. De segunda a segunda, e com mais intensidade quando vai se aproximando o final de semana.

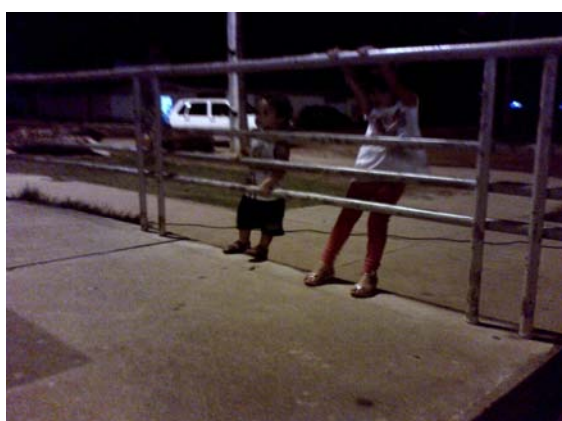
Ela é utilizada também como local que proporciona um meio de sobrevivência e de trabalho como no caso de Manuel, um comerciante ambulante da praça que como muitos outros instala seu ponto de vendas no local destinado ao estacionamento de carros, o que reflete uma apropriação política do espaço e um *contra-uso*:

“A praça é boa, não tem o que dizer não... Ta matando a fome de muito pai de família. Tá ótimo, não tem o que dizer não do tempo que eu to aqui... Se não

fosse essa praça aqui, já tinha matado meus filhos tudo de fome. Eu sempre trabalhava de vigia, aí botaram eu pra fora, aí fiquei desempregado. Aí fui, comprei esse carro agora, foi 2.800, pra eu trabalhar aqui. Eu tô satisfeito, num tem o que dizer não, ficou boa. Tô com 6 meses que tô aqui, 6 meses que vai completar agora. Tô arranjando já um troquinho, ta dando pra viver, né? Ficou ótimo!”

Como também uma demanda pelo lazer lúdico e interação entre famílias composta de crianças como nos diz Naiara Areias:

“O que você tem a falar da praça o que você acha da praça? A praça é muito importante, pra gente que tem crianças como eu havia falado, porque eu moro em apartamento e o apartamento não tem área de lazer, então aqui foi excelente. Por que quando eu vim comprar o apartamento eu e as crianças disseram que coisa boa vai ter uma praça pra gente brincar. A única opção que a gente tem de lazer é a praça”. E você acha que seria diferente sem a praça? “Seria sim , bem pior, mas ainda falta muita coisa , telefone públicos nas esquinas, agora precisa melhoramentos ainda, ônibus mais rápidos, as ruas precisam melhorar (...) Às vezes tem apresentações pena que a chuva esta atrapalhando tudo, ta sempre chovendo agora nesse período. Esse parque foi maravilhoso pras crianças que gastam a energia e chegam no apartamento dispersadas as energias.”



FOTOS 21 e 22 – Pessoas conversam e jogam damas nas mesas e bancos projetados para tal. Na foto da direita, crianças brincam no anfiteatro, elas se apropriam de todos os espaços da praça. Julho de 2008 e agosto de 2009. Créditos: Ricardo Campos



FOTO 23 – Criança brinca em cima da escultura de peixe, provocando conflitos com apropriações não planejadas. Julho de 2008. Créditos: Ricardo Campos

As pessoas entrevistadas sempre afirmaram conhecer novas pessoas no bairro que às vezes são seus vizinhos e moradores próximos, tornando a praça um lugar de encontro que quebra a indiferença *blasé*, formando novos vínculos sociais e uma dinâmica cultural mais heterogênea que quebra inclusive barreiras socioeconômicas na visão de alguns. Outros, inseridos na cultura do medo que ronda as cidades, atribuem aos agrupamentos pobres ou aos indivíduos que com eles tem contato as culpas e responsabilidades pelos problemas da praça ou do bairro; discutiremos melhor isso no próximo tópico. Por enquanto, damos ênfase às seguintes falas que mostram essa visão da praça, como propiciadora de integração e de novos vínculos que recriam o cotidiano da cidade.

Na fala de Igor, estudante de 20 anos ele diz:

“Bom... antigamente aqui era um local morto, né? Não tinha convivência, o pessoal do bairro não interagia. E depois que a pracinha foi construída, eu acho que ajudou tanto a parte daqui como as outras comunidades carentes. Interagiu as duas comunidades, entendeu? Que é como se fosse uma divisão, eles viviam lá e a gente vivia aqui, e agora tem essa interação. Pode ver que no futebol, por exemplo, joga tanto as pessoas daqui como as pessoas de lá, entendeu? Assim, a pracinha ajudou a população a interagir de uma forma mais legal.

Você falou das ‘pessoas de lá’. Você acha que ainda existe preconceito, alguma coisa entre os dois grupos?

“Tem... isso aí tem em todo canto, eu acho. E aqui pode ter, mas o pessoal tenta não demonstrar, entendeu? Eu acho que a coisa é menos vivida, menos visível. Eu mesmo venho aqui, frequento normalmente. Jogo futebol, jogo vôlei, jogo futevôlei, participo mais na área de esporte.” (...) O significado é que aumentou a interação entre as pessoas e também a movimentação do bairro cresceu em si. Por exemplo, essa rua aqui agora (Nilo Peçanha), pode ver que o comércio tá crescendo, existem essas barracas aí. Ajudou também a população que

precisava de algum local pra abrir seu negócio e tal. E essa rua aqui tá crescendo cada vez mais. Pode ver! Se você for seguindo lá, existem vários... lanchonete. Tem lanchonete, tem... farmácia, tem um bocado de coisa agora. Antes não tinha... Essa praça aqui tá sendo cada vez melhor pro bairro.

Percebemos também que a praça contribuiu e estimulou o comércio local com a criação de novos estabelecimentos, o que contribui com o fluxo maior de pessoas que se cruzam se integrando no dia-dia.

Contribuindo com a idéia da integração e da sociabilidade estimulada o Clóvis Júnior, Martinho e seu Javancy:

“Eu normalmente sempre estou indo na praça, mais assim quando você quer relaxar um pouco, descontraír, a praça é o grande ideal para refletir ver os amigos, ver pessoas que você nunca viu na sua vida, às vezes até um morador vizinho seu e você nunca observou nem ele, mas através da praça a gente teve essa oportunidade de conhecer as pessoas que moram perto de nós.” (Clóvis Júnior)

*“Mesmo antes de ser concluída , quando só o alicerce estava pronto, eu já caminhava na praça logo cedo da manhã e encontrei e conheci muita gente que mora no bairro. (...) há uma importância da praça para o crescimento do bairro, há um sentimento comum de saber que existe aquela praça, só em saber que ela existe, mesmo eu não a usando no momento me satisfaz. (...) **Entrevistador: e qual relação você faria entre bairro e a praça?** “Há uma importância na socialização não só da área da praça mas de todo o bairro, vem gente de outros bairros, de outros bairros como o Renascer, já começam a frequentar a praça, se não como uma ida direta a praça, se não como o crescimento do comércio informal, já que quando passo lá vejo a proliferação de barracas, e etc. (...) Isso poderá ser problemático se não houver uma regularização organização desse pessoal. **Entrevistador: Em que sentido viria essa organização?** “Eu acho que a Associação ou o Conselho gestor teria que fazer permanentemente contato com esse universo ou esses universos para saber as demandas de um lado e de outro e dialogar com o poder público, para adquirir meios de ampliar a praça (...) Acredito que se a praça me oferecer mais coisas eu irei mais à praça... A praça por exemplo, me oferece restaurantes , um espaço fechado que nos proteja da chuva, e por aí vai.” (Martinho)*

O senhor enquanto está lá percebe uma integração entre a comunidade ou o Bessa se impõe na praça?

ENTREVISTADO: Não. Teve uma conselheira que disse que ia haver uma reunião, é... quero ver o termo que ela usou... pra disciplinar (...) os outros, os... ela usou um termozinho. Que tava sendo os espaços da praça ocupados por quem não era do Bessa. Estranho, estranho não... ela usou um termo. Aí eu 'isso que você tá dizendo, a não ser que seja um ET', porque de qualquer comunidade pode freqüentar aqui. Então ela não estava gostando do pessoal ali do Renascer, da comunidade pobre, mal educada e etc, violenta até. Tem isso não, isso não pode, rapaz. Isso que você tá dizendo, vem gente de fora. De fora o que, o ET? Eu zombei com ela. 'É um ET, é?'. Se você freqüenta essa praça tem que mostrar a carteira que é do Bessa? Essa praça não é do Bessa não, essa praça é do povo. (...) Mas infelizmente essa idéia de discriminar quem não é do bairro do Bessa... essa idéia não prosperou nem pode prosperar, né? A praça é do povo. Pode vir lá do Rio Grande do Sul, da Amazônia, o povo usa, usa, senta, usa a praça. Não pode ter isso não. Mas tinha uma conselheira que tinha essa visão, que eu me opus a esse ponto de vista aí, dessa conselheira da praça. Então eu disse 'de fora só se for um ET, porque se for aqui do Brasil, do mundo, pode vir praqui. Não tem diferença não. Ela dizia 'Não, é porque essa turma vem de fora'. De fora? De fora que eu sei é um ET, aí é de fora. Chegar aqui, ET não vai ter espaço aqui não, esse espaço é da Terra, mas de ET não. Mas só porque é lá de Renascer, da Favela São José não... porque é pobre, é mal educado, é violento... não tem isso não, pode vir pra cá. E cabe a gente disciplinar, educar, não faça isso... é o nosso papel. Realmente o conselho é disciplinar... Andando de bicicleta é um perigo aí. As bicicletas andando em alta velocidade. Não tem ninguém que diga. Cachorro... vai desfilando com cachorro, pitbull. Até agora não teve uma reclamação, ninguém disse 'não ande com cachorro aqui não'. Ninguém até agora reclamou. Conselho gestor inoperante. Eu digo a eles mesmo, são inoperantes. (Javancy)

Uma dinâmica cultural e de vínculos e práticas se fortaleceu com a presença da praça. Isso aponta uma lógica oposta ao que Bauman (2005) percebe como mais intenso nas cidades contemporâneas. Diz ele:

“Embora assumam formas muito diversas, e seus designers se esforcem para assimilá-las ao panorama das cidades – ‘normalizando’ o estado de emergência no qual os moradores, viciados em segurança, vivem o dia-dia –, as trincheiras fortificadas e os *bunkers* destinados a separar e manter distantes os estrangeiros, barrando seu acesso, se transformam rapidamente num dos traços mais visíveis da cidade contemporânea.” (BAUMAN, 2005: p.62)

Apesar dos conflitos de universo cultural, eles aproximam as pessoas fisicamente no *lócus* praça, mas muitas vezes as distanciam simbolicamente em termos de visões de mundo que se confrontam, e não se anulam, pelo contrário criam coisas e projetos novos como iremos abordar mais a frente.

• 3.2. VIOLÊNCIA, SEGURANÇA E CULTURA DO MEDO

Interessa-nos aqui, principalmente, responder: o que dizem os usuários sobre a incidência ou não de práticas de violência no espaço da praça e em seu entorno? A maior afluência e circulação de pessoas têm inibido estas práticas? A cultura do medo tem se atenuado ou recuado?

Conceituar e discutir sobre violência não é uma tarefa fácil devido à sua natureza difusa e à diversidade de significados que ela pode assumir. Segundo o Dicionário da Língua portuguesa “Violência” significa: constrangimento físico ou moral . Na etimologia da palavra, violência vem do latim *violentia* e nos remete ao termo, “vis” que significa, força, vigor, emprego da força física.

Para Zaluar, “essa força torna-se violência, quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações”. (Zaluar, 2004, p.228).

Contudo, estes limites vão variar de acordo com os lugares e principalmente com as características socioculturais das pessoas que habitam estes lugares. Assim, ela pode assumir várias faces e modalidades.

Outra conceituação de violência é dada por MICHAUD, Y. (apud Porto, 2002, p. 152), para quem:

“Há violência quando numa situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais”.

Outro aspecto a se levar em consideração é que pesquisas neste campo, tanto as quantitativas, quanto as qualitativas são influenciadas pelos efeitos do medo que a população tem em comentar, ou em prestar informações sobre ocorrências de violências. De forma que os dados empíricos dificilmente permitem uma aproximação mais precisa do fenômeno estudado. No Brasil, somente a partir da década de 80 do século XX intensificaram-se os estudos sociológicos relativos à violência urbana. Vários deles

buscaram refletir sobre as diferentes manifestações da violência e de suas implicações sobre a cultura do medo.

Na presente pesquisa, partimos da suposição que, com a revitalização e construção da praça e a intensificação dos laços de sociabilidade, houve uma redução nas práticas de violência em seus espaços e em seu entorno e uma atenuação da cultura do medo, com o aumento do sentimento de segurança experimentado pela população usuária das praças.

Acreditamos que os habitantes e moradores das cidades contemporâneas, e entre elas João Pessoa, vivenciaram e vivenciam seu cotidiano cada vez mais se pautando em uma cultura do medo, onde a violência e a vitimização pessoal aparecem como algo inevitável à vida social. O medo é aqui entendido como um sentimento que pode provocar a paralisia de certas ações sociais, entre elas, os usos dos espaços públicos, como as praças. Mas que é também capaz de impulsionar novas ações, novas formas de comportamento e novos hábitos culturais. O medo está presente em todo tipo de sociabilidade. (KOURY, 2002, 2005). Na mesma direção Porto afirma que:

“É assim que se pode falar em novas sociabilidades decorrentes dos processos de transformação em curso. Sociabilidades que se estruturam em razão, portanto, da existência de Solidariedades, mas também a partir e em função de sua ausência. É o caso de sociabilidades estruturadas na e pela violência, quase como resposta a carências, ausências, falhas, rupturas – aspectos que são, todos eles, fruto da explosão de múltiplas lógicas de ação, recurso disponível no rol de muitos outros possíveis.” (PORTO, 2002, p. 159)

O fenômeno da violência e a disseminação local da cultura do medo não podem ser dissociados da cultura da violência atual e do imaginário do medo veiculado pelos meios de comunicação. Os eventos de violência, sobretudo de violência física, são ampliados pelo discurso da mídia nacional e local, que diariamente noticiam em suas matérias um aumento alarmante de seus índices, denunciam o estado de insegurança e o crescimento do poder paralelo da criminalidade.

A multiplicação de estudos sobre a violência põe em destaque a complexidade deste fenômeno e algumas tentativas foram feitas no sentido de classificar seus diferentes tipos. Apresentamos aqui algumas delas que nos ajudarão a analisar os eventos identificados em nossa pesquisa.

A violência pode também ser de natureza simbólica. Neste caso pode ser definida como “o não reconhecimento do outro, a anulação ou cisão do outro” (Adorno, 1991); é também entendida como a negação da dignidade humana

(Caldeira,1991); como estigma (Goffman,1988); pode ainda ser conceituada como “forma de violência que se exerce sobre um agente social com a sua colaboração” (Bourdieu & Wacquant, apud Peters, 2008, p.19). Nesse sentido, as ações identificadas como dominantes não são percebidas como arbitrárias, ou impostas. Ao invés disso, são consideradas legítimas, segundo uma ordem supostamente natural, que surge a partir do jogo entre os atores sociais. Bourdieu denomina essa espécie de violência como “suave”, “doce” e “invisível” (Bourdieu, apud Peters, 2008, p.19).

Pode ser definida ainda como violência estrutural, aquela relativa a desigualdades e carências que resultam de estruturas sociais manifestando-se como desemprego, baixos índices socioeconômicos e privação material (Wacquant, 2005). E pode ser apreendida como crime, como forma de violência que representa infrações das normas da lei. Aí se enquadram crimes interpessoais tais como: homicídios, estupros, seqüestros, assaltos, crimes contra o patrimônio (roubos, depredações) e crimes de tráfico, como o de entorpecentes, entre outros. (Adorno, 2002).

No caso do bairro do Bessa, o medo e o estranhamento para com os outros, estão diretamente ligados à cultura da violência atual e aos "aglomerados subnormais" que margeiam o bairro. O Estigma surge sobre o bairro imputado pela cidade enquanto imaginário coletivo, e se re-significa confluindo-se nas relações e no imaginário dos habitantes das partes do bairro e suas comunidades precarizadas.

Goffman (1988) afirma a identidade dos indivíduos como produto do social, ou seja, a identidade não pode ser concebida através de atributos e características intrínsecas, mas sim pelas trocas e pela interação em determinadas ocasiões. O outro relacional é fundamental na constituição da identidade, já que a observação das marcas distintivas e a percepção da combinação única dos fatos que compõe a vida é realizada pelo, e no meio social.

Ele ainda diz que “*a diferença, em si, deriva da sociedade antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo*” (1988, p. 134), mostrando novamente o caráter coletivo da diferença. Isso remeteu em nossa atividade, a investigar o coletivo bairro e cidade a respeito do estigma, ou melhor, estigmas possíveis, e como estes atuam e influenciam as vidas e ações sociais dos indivíduos.

Seguindo essa discussão trabalhamos ainda com autores como: Honorato (1999), Ecléa Bosi (2004), Pollak (1992), Thompson (2002), Eckert (2000), Velho (1978, 1986, 1987), DaMatta (1978, 1985), Elias (1994, 1998, 2000), Gioacomazzi (1997), dentre

outros, que vêm no processo de memória a possibilidade de reflexão sobre a fragmentação, o individualismo, e sobre o medo e violência do hoje, apontando uma tomada de consciência das lógicas que engendraram essas transformações.

Reflete-se sobre o discurso unívoco proferido pela mídia que noticia em suas matérias um aumento da violência, o estado de insegurança, e o crescimento do poder paralelo da criminalidade que, segundo Eckert (2000, pp. 4-5) parece se delinear:

“(...) um mapa de inseguranças no estado em que a violência seria a epidemia de uma desordem que situa o indivíduo e a coletividade num processo de aceleração de transformações históricas geradoras de inquietações e angústias coletivas”

Também Magnani (2007) em uma perspectiva de análise “de perto e de dentro” que versa sobre uma totalidade que é apreendida a partir de padrões que emergem dos próprios sujeitos em pesquisa, mostra que a pesquisa na cidade que descobre aspectos da cidade em específico e que pode traduzir-se em realidades da mesma como um todo maior e genérico.

Acreditamos que os habitantes e moradores das cidades contemporâneas vivenciaram e vivenciam o cotidiano, acompanhando seu processo de desenvolvimento urbano e crescimento, trazendo com suas trajetórias de vida e projetos, elementos importantes para o entendimento da sociabilidade e da vida contemporânea ocidental que cada vez mais se pautam em uma cultura do medo, onde a violência e a vitimização pessoal aparecem marcadamente como algo inevitável à vida social.

Autores como Velho (1986 e 1987), Giacomazzi (1997) e Eckert (2000) corroboram nessa discussão apontando a perspectiva da análise biográfica e a vivência individual da heterogeneidade como um instrumento de extrema eficácia para a compreensão das sociedades complexas.

Nesse contexto urbano das sociedades atuais, a prudência e a eterna desconfiança em relação ao outro passa a ser regra do cotidiano, segundo a autora: *“As estratégias para preservar um estado de segurança é indicativo, pois, de um ato considerado cada vez mais civilizador nas cidades”* (ECKERT, 2000, p. 13).

Consideramos, portanto, como KOURY (2005a), o medo como um sentimento presente em qualquer sociabilidade, e um importante instrumento analítico para se compreender a sociabilidade urbana contemporânea.

O conceito de medo, enquanto incentivador e definidor de possíveis ações sociais nos e entre os indivíduos, revela-se de fundamental importância para o entendimento das

conformações e dos processos de configuração e reconfiguração das cidades, e da vida social do indivíduo urbano no Brasil. Desvendamos aqui como a sociabilidade aparecia, aparece e re-aparece no imaginário dos moradores do Bessa e usuários da Praça do Caju; e que é transposto no real vivido pelos mesmos, enquanto conhecimento de si próprios e dos outros, individuais ou em grupo, com os quais se defrontam cotidianamente no processo de inter-relação societária.

Ao relacionar o estranhamento e o medo com as relações cotidianas da vivência dos usuários da praça, visamos encontrar ligações com a pertença ao bairro e seus lugares, como também com a cidade. Encaramos o medo como elemento que pode provocar paralisia de certas ações sociais, mas também como um elemento que ao provocar estas coações está, por outro lado, impulsionando novas ações, novas formas de se comportar e novos hábitos culturais. O medo está presente em todo tipo de sociabilidade. (KOURY, 2002, 2005). O medo e sua análise implicam que se tenha em vista essa base epistemológica. Assim, diz Koury:

“A análise social do medo, assim, compreende um jogo permanente de manutenção, conformação e transformação de projetos sociais e individuais realizados sempre enquanto redes de conflito que informam e formulam um social em um tempo e em um espaço determinado.” (KOURY, 2005c, p.2)

Apontando o estudo do cotidiano como elemento de fundamental importância para a percepção dos processos de mudança e manutenção do social, bem como uma instância de análise que reflete sobre o papel dos indivíduos – política e culturalmente falando - no mundo contemporâneo em seus espaços públicos, podemos citar algumas falas do diário de campo que ilustram como isso é visto pelos usuários da praça:

“Os rapazes falaram que tinham ocorrido alguns assaltos antes e/ou até depois do posto, o que motivou sua instalação. Desse ponto surgiu a fala de que muito morador tem medo de ir à praça, e ainda são receosos de encontrar os “outros” do Renascer, que seriam as pessoas perigosas e que promovem assaltos etc. Assim, Rafael disse: “A gente quer integrar a comunidade, fazer com que a comunidade venha à praça. Às vezes encontro pessoas no ônibus que perguntam como vai a pracinha e tal, mas nunca vem aqui por receio, e alguns dizem que agora ainda é tranquilo porque a praça é nova, mas depois vem chegando esse outro pessoal do Renascer ou do Castelinho (nome popular do Jd. Gama, dado por ser próximo ao posto Castelinho na BR230) e aí os assaltos vão aumentar...” (...)

(Diário de Campo do dia 01/06/08, com Raphael e Raul integrantes da AEPC)

A fala denota que certa parcela dos moradores que não se tornam usuários da praça e dos espaços público por medo e receio denotando uma cultura do medo que surge contemporaneamente nas cidades e impele às sociabilidades mais individualistas ou privatizadas, em que o estigma e a segregação tende a ser a lógica simbólica dominante tendenciando as ações sociais.

Segundo Raphael:

“70% das pessoas que usam a praça não são da comunidade (moradores do Bessa), são de outros cantos, do Renascer, castelinho... Quer dizer, mais aqui na quadra né, porque se a gente olhar a praça toda, muita gente vem andar com carrinhos de bebe, com as crianças...”.

Percebe-se que mesmo Raphael que tem um discurso e prática da integração, considera o pessoal das comunidades precarizadas como de fora, apesar de não querer evitar o contato com estes. Percebe-se também que na praça existem diversos lugares e seus públicos. Como esses grupos ou pessoas se misturam? Em que grau/quantidade e ocasiões isso ocorre?

Muito se falou dos skatistas e dos que andam de bicicross que deterioram os bancos das praças com suas práticas. Isso já foi e é motivo de discussão e divergência. Raphael falou de uma praça que foi construída em frente ao shopping Manaíra e que é destinada só para a prática desses esportes, e que esperava que os praticantes dessas atividades migrassem para lá após sua construção. Percebe-se que há uma divisão dos praticantes de esportes, o pessoal da quadra dominada mais pelo futsal, o pessoal da quadra de terra/Arena usada pelo pessoal do Vôlei (pessoal meio elite- grupinho fechado que impedia alguns outros de usar o local, motivo de discussões, segundo os rapazes) e futevôlei. Ficou clara a opção indireta do futsal para os rapazes, que se integram nessa atividade com seu time, o “Canhas futebol clube”, o melhor, segundo eles.

Já houve campeonatos na quadra trazendo muita gente da “comunidade” para assistir os jogos, trazendo mais velhos, crianças e gente de outros lugares como Alto do Mateus e Cabedelo para ocuparem a praça e em específico a quadra poliesportiva. Os rapazes do futsal lançaram novos campeonatos, como a Copa Integração da PÇA do Caju, abrindo inscrição para times. Divulgaram em faixas nos alambrados da quadra e etc. Essas atividades na praça parecem trazer a participação de mulheres e velhos para o lugar quadra que é dominado no cotidiano pelos mais jovens e homens.

Neste sentido, esta fala reforça a afirmação de Jacobs, para quem:

“(...) a primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública, a paz nas calçadas e nas ruas, não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente de controles e padrões de comportamento espontâneo presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados.”(JACOBS, 2000).

Os moradores e usuários apontam a presença da praça como ponto positivo de redução da violência, principalmente por causa da iluminação que é forte – diferentemente das outras áreas do bairro – e do posto policial que atualmente encontra-se desativado.

Para os freqüentadores da praça entrevistados, os espaços atualmente ocupado por eles eram antes lugares vazios, ermos, escuros, que favoreciam as ações de “marginais”. Outro fator que consideram ter contribuído para a redução dos tipos de violência citados é o grande fluxo de pessoas. O fato de a praça ser um local bastante visitado, além de tornar a rua mais atraente, influi para que se torne menos convidativa para episódios de violência como os de assaltos à mão armada.

Entendemos assim que as atividades culturais e esportivas ao aglutinar as pessoas, contribuem também para a segurança do lugar. Segundo muitos usuários da praça, em meio aos seus múltiplos olhares, um possível assaltante pensa duas vezes, antes de consumir o ato de violência.

Assim, apesar da existência do cenário maior, em que o medo é um elemento fortemente presente, principalmente o medo da vitimização pessoal, a revitalização e construção da praça e todas as atrações que nela são desenvolvidas estão conseguindo fazer cada morador vencer o medo e ganhar a praça. Como resultado da redução da sensação de medo entre as pessoas, estas abrem espaços para investidas na vida pública, com a praça cada vez mais atraente, contando com programas esportivos e culturais diversos.

Porém, a violência simbólica ainda remete muitos a pensarem e julgarem o espaço público como espaço de evitação. Uma entrevistada não-usuária da praça, Raissa Paiva, 19 anos, assim disse:

Qual o significado que você acha que ela (a praça) tem para o bairro?

“Eu acho que ela significa interação. É uma maneira para as pessoas se comunicarem. Tem muitos pais que não têm como brincar com o filho à noite, e lá é um lugar que se tem pra ir, que não paga nada e é pra todo mundo. E antes, como eu já disse, as pessoas tinham medo de passar por ali. Eu morava antes da praça, e meu irmão tem um amigo que morava depois da praça. Então

quando era tarde da noite ele não voltava só pra casa, precisava alguém ir deixar de carro, porque era esquisito sem iluminação. Aí agora tá bem movimentado e iluminado. E isso foi muito bom para o Bessa, para a população, porque eles tem agora um lugar pra ir à noite... e sem medo! Não sem medo totalmente porque a policia não tá 100% presente lá, mas pelas vezes que eu passo, vejo carro da policia lá parado com os policiais rondando.”

O posto policial que existia na frente da praça foi retirado e em seu lugar hoje alguns moradores que vendem carros estacionam os veículos para venda. Diversas pessoas relataram sua insatisfação diante da retirada, sendo motivo de várias reportagens de jornais escritos e televisionados que enfatizaram o aumento da insegurança no bairro e na área da praça depois da retirada do posto que foi transferido para a frente de um posto de combustíveis na Avenida Afonso Pena, local distante da praça. Porém apesar das reclamações não verificamos uma diminuição do uso e da apropriação da praça, pelo contrário a cada dia o movimento se torna maior contrariando a lógica do auto-encarceramento ou do policiamento intensivo alardeado pela mídia e por uma minoria dos moradores.

Nos finais de semana, quando o movimento se acentua, alguns policiais patrulham a praça e recebem apoio de uma viatura. Mas não foi relatado nenhum episódio de violência física na praça, predominando atos de violência simbólica como os de maior intensidade.



FOTO 24 – Antigo posto policial e uma viatura estacionada. Hoje no local permanece o piso de cimento que moradores comerciantes de carro se apropriam para divulgarem seus produtos. Outubro de 2008. Créditos: Ricardo Campos

• 3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS, “PROJETOS” E ESCOLAS

Os projetos disponíveis para as praças da cidade não envolvem a Praça do Caju, tornando-a desprovida de atividades realizadas com profissionais da área inerente ao projeto e deixando as pessoas dispersas na realização de algumas atividades na Praça. No entanto, o projeto do Circuito das Praças abrange também a Praça do Caju, mas o fato é que não acontece durante todo o ano nem é um projeto realizado para a participação da comunidade, enquanto sujeitos do projeto, assim como ocorre em algumas iniciativas de projetos particulares desenvolvidos por moradores.

A Praça do Caju manifesta a falta de realização de tais projetos principalmente no período da manhã e início da tarde, quando ela se revela sem muita movimentação ou ocorrência de atividades – tal movimentação cresce um pouco na época de férias escolares. O período da noite, embora também não tenha sido contemplado com tais projetos, não demonstra necessidade de ocorrência deles, já que esse período por si só movimenta e dinamiza a praça, além de ser palco de atividades que promovem integração entre as pessoas sem necessidade de profissionais especializados para a realização dessas atividades.

A inexistência dos projetos dispersa os usuários da praça durante as manhãs, pois a grande incidência solar, aliada à falta de atividades planejadas nesse período, faz da Praça um local de passagem e de usos de curta permanência. Se houvesse projetos na Praça do Caju - como, por exemplo, o projeto Vida Saudável – o cenário da praça seria diferente nesses horários mais críticos. A inclusão de projetos como esse tem capacidade de se tornar um fator de movimentação e atração para a praça, além de organizar as poucas atividades já realizadas de forma independente por alguns de seus usuários.

O que se vê atualmente – com maior intensidade durante as manhãs e início da tarde – é a dispersão dos usuários ao realizar as suas atividades. Por vezes são vistas pessoas dividindo o espaço da praça para a realização de uma mesma atividade, mas elas não interagem entre si, o que não ocorre nos projetos. Estes integram os usuários na realização das atividades, além de aumentar a frequência das pessoas e de reunir um maior número de moradores do próprio bairro no qual a praça está inserida ou até mesmo de bairros localizados próximos a ela.

Apesar disso, a falta de projetos por parte de órgãos públicos não acarreta uma lacuna quando se refere a projetos na Praça do Caju. A iniciativa de alguns moradores e/ou membros do Conselho Gestor para realização de atividades na praça pode ser vista também

como um tipo de projeto. Tem-se como exemplo a realização de Campeonatos de Futebol realizados pelo atual gestor de esportes da praça, Francisco Santiago, que ocasiona grande movimentação envolvendo times e famílias de diversos bairros da cidade.

Francisco Santiago fala assim a respeito as atividade e os projetos:

“Eu venho aqui quase todo dia, e mais como gestor dos esportes, presidente da AEPC, mas vinha fazer caminhadas, mas as bicicletas não deixam mais né? Essa praça tinha de tudo drogas, prostituição quando era o campo de futebol, agora temos os projetos como os shows no anfiteatro que há um bom tempo não tem, mas a gente tem os campeonatos , agora mesmo a gente ta torcendo pra que não chova e atrapalhe os jogos da Copa da Praça do Caju que está em realização. É um projeto de integração da comunidade em geral, vem gente de Campina Grande jogar aqui (...)”

Pela manhã cedo ou de tardinha, é fácil encontrar pessoas fazendo caminhada ou se exercitando nas barras de musculação. Outro projeto desenvolvido nos sábados e domingos das 7h às 10h é o da escolinha de futsal ministrada pelo prof. Luan que reúne crianças e adolescentes carentes das proximidades ensinando-os a praticar o esporte. Luan disse: (...) *o objetivo é ensiná-los para que aprendam o esporte e suas regras oficiais e que de repente eles se interessem em tornar isso o grande sentido de suas vidas. Esses meninos tem muitas dificuldades e encontram prazer e alegria aqui viu!”*



FOTO 25 – Professor Luan e seus alunos na escolinha de futsal. Se não há projetos financiados pelo poder público, os moradores criam os seus. Novembro de 2009. Créditos: Ricardo Campos

A divisão dos bairros da cidade delimita ao Bessa uma área onde não existem escolas públicas, quer sejam estaduais ou municipais. Apesar disso, em uma área que para muitos moradores ainda é considerada parte do Bessa – quando, na verdade, é o bairro

Jardim Oceania – existe apenas uma instituição pública de ensino, mas que não tem relação direta com a praça - pois se encontra bem afastada dela - nem faz uso do espaço da mesma para realização de atividades físicas escolares ou atividades de entretenimento para os seus alunos.

Especificando a estrutura educacional, o bairro não possui nenhuma escola municipal, apesar de constar no catálogo da Prefeitura Municipal a escola Frei Albino, situada na Avenida Gov. Argemiro de Figueiredo n.º 4455, como sendo do bairro do Bessa e não do Jd. Oceania como seria a partir da divisão oficial dos bairros. Assim também procede em relação à rede de escolas estaduais. Possui um C.R.E.I. – Antonieta Aranha de Macedo (Centro de Referência em Educação Infantil) recém inaugurado pela Prefeitura municipal. Portanto, só existem escolas privadas como o Colégio Meta e o Centro educacional Viver e Aprender.

Apesar da ausência de escolas públicas, o Bessa possui diversas escolas particulares que se localizam próximas à Praça, tendo, inclusive, escola situada na rua que limita a praça ao sul. Embora a proximidade física da praça com essas escolas seja bastante grande, a relação existente entre elas é bem distante. Os espaços da praça não são utilizados para atividades da escola. Estas ocorrem do muro para dentro, não expondo as crianças ao espaço público e reservando-as àquilo que já é privado. Atualmente a prefeitura anunciou a instalação de uma escola padrão no bairro o que poderá modificar a ligação entre a comunidade escolar e o espaço da praça.

Mesmo sem atual contato direto das escolas para com a praça, houve relatos por parte de membros da AEPC – Associação Esportiva da Praça do Caju - da ocorrência de um possível campeonato entre as escolas do bairro – que abrangeria não apenas o Bessa propriamente dito, mas também escolas do Aeroclube e Jardim Oceania – que teria como palco a Praça do Caju e serviria para integrar os alunos de escolas diversas, firmando o esporte como uma forma saudável de integração.



FOTO 26 – C.R.E.I. Antonieta Aranha de Macedo. Única entidade escolar pública do bairro. Setembro de 2009. Créditos: Ricardo Campos

A área que a praça oferece para a realização das mais diversas atividades não é aproveitada pelas escolas. No entanto, a existência de uma instituição pública no bairro poderá mudar esse cenário, passando a utilizá-lo como um local de extensão das atividades escolares, já que a praça permanece com pouca utilização durante grande parte do dia. Vista como um local que proporciona maior liberdade e diversão para crianças e jovens, a praça funciona como um local propício para a ocorrência dessas atividades, do qual as escolas públicas – caso existissem no bairro - poderiam utilizar-se, fazendo uso dos espaços e equipamentos disponíveis na praça - principalmente as quadras e *playground*.

• 3.4. CULTURA COMO ARTE E EVENTOS

O Bessa é um bairro em que há considerável concentração de artistas, principalmente aqueles relacionados ao teatro, artes plásticas e às manifestações carnavalescas, sendo alguns de grande conhecimento não só no bairro, mas de toda a cidade. A relação de alguns membros do Conselho Gestor com a arte reflete na busca de uma ligação desta com a praça, utilizando-a como forma de promover e divulgar artistas do bairro, como disse Cassandra, arte-educadora e membro do Conselho Gestor: *“A gente faz essa identificação dentro do bairro das pessoas que fazem arte, que trabalham com teatro, com dança, com música, pra gente tá incorporando também essas pessoas na praça”...* Apesar disso, percebem-se certa acomodação dos artistas, os quais geralmente esperam uma atitude de terceiros para que se apresentem na praça e divulguem seus trabalhos.

A utilização do anfiteatro da Praça do Caju por artistas de outros bairros é percebida ao levantar as apresentações musicais lá ocorridas, o que pode estar associado ao

fato de os membros do Conselho Gestor estarem mais relacionados às artes plásticas e cênicas, dando maior ênfase a eventos envolvendo tais artes. Isso pode resultar na falta de engajamento dos artistas musicais que lá existem e que, sem apoio, não fomentam a cena musical do bairro utilizando a praça como palco para apresentações.

A cultura artística no bairro já era provocada por alguns artistas/moradores mesmo sem haver um local propício para isto. O local hoje ocupado pela Praça do Caju, mesmo quando não apresentava a menor estrutura básica, já era utilizado por artistas que *“já faziam teatro ali, já tinham esperança de que aquilo [aquele lugar] iria mudar”*, como disse Clóvis Junior, artista, morador do Bessa e membro do Conselho Gestor no segmento de cultura. No entanto, a praça estimulou ainda mais a execução dessas atividades, pois agora oferece um local onde elas podem ser realizadas, mais vistas pela população e, consequentemente, mais valorizadas. Assim comenta o artista Clovis Junior: *“Há quatro anos a gente tem feito um trabalho de concentração, trabalho cultural no bairro, antes da praça chegar. A praça veio mais complementar, dar um apoio de infra-estrutura pra o trabalho que a gente vinha fazendo antes”*. Além disso, percebe-se que algumas atividades já realizadas no bairro anteriormente à construção da Praça - como os tradicionais blocos de carnaval do Bessa - tomaram maior visibilidade após a inserção da praça nesse evento ou movimentação, mesmo apenas como local de apoio e não como palco para a realização da atividade. Clovis Junior exemplifica:

“Esse ano o bloco Boi do Bessa terminou na praça. E foi, assim, uma repercussão muito boa. O local que o Bloco terminou foi uma área muito visada, muito iluminada. Não teve problemas que normalmente acontece nos blocos, parte escura ou alguns meliantes se aproveitam de praticar algum ato. E foi sucesso total o término do bloco lá na praça, né? Então a praça foi, assim, fundamental pra chegada do bloco.”



FOTO 27 – Clóvis Júnior e o Boi do Bessa no Carnaval.
Retirado do blog:
adrianacrisanto.blogspot.com
de *Adriana Crisanto* em
Fevereiro de 2009.

Além dos eventos de caráter artístico, a praça também comporta eventos religiosos. O respeito existente entre as diversas religiões que utilizam o espaço da praça para se manifestarem mantém a frequência de eventos dessa natureza, pois não há casos de conflitos ou desordem quando da ocorrência deles. Esses eventos são bem frequentados e aceitos pelos moradores, como pôde ser percebido no relato do jovem Igor Henrique, morador do bairro, ao presenciar um desses acontecimentos religiosos na praça: *“Deu muita gente na pracinha, aumentou a frequência de pessoas aqui. Eu acho que isso é bom pra população, pra comunidade em si”*. Por vezes, algumas igrejas do bairro transferem suas celebrações para a praça, podendo atrair moradores que não se deslocam à igreja, mas frequentam as celebrações na praça pela facilidade de localização.



FOTO 28 – Banda Petrus em uma apresentação no anfiteatro. Comemoração de uma igreja evangélica. Julho de 2008.
Créditos: Ricardo Campos

O Projeto Circuito das Praças também incentiva a arte na Praça do Caju, promovendo shows e auxiliando o Conselho Gestor na realização dos eventos. Cassandra, do Conselho Gestor, explica:

“está um pouco parado nesse aspecto de cultura, mas a FUNJOPE tem toda essa programação, inclusive junto com os conselhos gestores, né? O conselho gestor define quem irá participar, quem irá fazer parte da parte cultural e eles viabilizam, fazem um apoio pra gente.”

Pelo palco do anfiteatro Zé Ramalho já passaram diversos artistas e bandas, como: Lírios do Gueto, Vera Lima, Beto Guedes, Anay Claro, Ditelles, entre outros, inclusive o próprio Zé Ramalho que dá nome ao local. Vale salientar que, além dessas apresentações, há, ainda, eventos realizados em feriados e datas comemorativas, como

apresentações no Dia das Mães e encenações na época da Semana Santa, sendo algumas dessas atividades promovidas por iniciativa própria e outras incentivadas pelo Conselho Gestor.

A ocorrência de apresentações realizadas por comunidades adjacentes ao bairro do Bessa é freqüente no anfiteatro da praça. Os artistas dessas comunidades, ao utilizarem o espaço para suas apresentações, são bem aceitos e respeitados pela população do próprio bairro, não sendo alvo de conflitos ou motivo de subversão da ordem pública. Os moradores dessas outras comunidades, ao realizarem tais eventos, ganham força e boa visibilidade, inserindo-se na praça de forma discreta e que não representa ameaça ou invasão para os moradores do próprio Bessa. Cassandra exemplifica isso com os *“agendamentos de atividades em conjunto. Os jovens da praia [Bessa] com os jovens da comunidade [Renascer, Castelinho]... já começaram a fazer isso.”*



FOTO 29 – Garotos da dança de rua se preparam para um ensaio/apresentação no anfiteatro. Uso permitido e sem conflitos. Agosto de 2009. Créditos: Ricardo Campos

A realização de eventos na praça atende não apenas o público que prestigia as apresentações, mas satisfaz e auxilia também os comerciantes que lá se instalam. Com a inauguração do anfiteatro - local da praça onde ocorre maior número de eventos –, o maior movimento da praça melhorou o comércio existente nela, gerando mais lucros para os comerciantes. No entanto, a falta de realização de grandes apresentações artísticas tem sido motivo de queixa. Tanto os moradores quanto os comerciantes tem sentido a falta e diminuição de eventos no anfiteatro, principalmente quando comparadas aos primeiros meses logo após a inauguração do mesmo.

Por muitos, a ausência de atividades culturais na praça tem sido explicada pela ocorrência de chuvas, como dito por Cassandra, membro do Conselho Gestor da Praça do Caju, que em *“período de chuva a gente quase não faz nada lá porque é inviável. A gente já tentou fazer alguma coisa, mas chove aí a gente tem que parar.”*

No entanto, há certa divergência ao se explicar a ausência de eventos na Praça. Após a realização do Circuito das Praças promovido pela FUNJOPE, o anfiteatro da Praça do Caju não comportou eventos de grande porte. Para Javancy, morador do bairro e membro do Centro Cultural Bessa Vivo, isso se deve pela participação inoperante do Conselho Gestor:

“Todo sábado tinha uma apresentação artística aqui. Aí é bom, administrar é fácil. Administrar a parte cultural da praça financiada pela FUNJOPE é muito fácil. Quando a FUNJOPE se ausentou, aí o movimento cultural da praça desapareceu. Porque eles [o Conselho] não se reúnem. ‘O que é que a gente vai trazer agora pra praça?’ Eles não se reúnem. Aí tem que suar, tem que ir numa empresa dessas (...), vai precisar de lanche, de transporte, de cachê. Mas a FUNJOPE fazia tudo, vinha com a barraca, som, iluminação, o cachê pago.”

Ainda assim, percebe-se que a presença da praça no bairro auxiliou a realização de atividades artísticas, pois o bairro dispõe de um local para a realização destas, além de ter espaço para um público em número considerável. Percebe-se também a presença de conflitos, sendo o espaço público o local onde eles devem se manifestar e ser negociados.

O bairro do Bessa possui uma tradição de manifestações culturais em formação, já que é um bairro de recente ocupação, como vimos na recuperação histórica da cidade, portanto, não tem uma grande representatividade artística que o caracterize na cena artística da cidade, sendo essa identidade constituída pelo movimento carnavalesco, que parece surgir com mais força. Tal fato é refletido nas apresentações e eventos ocorridos no anfiteatro da Praça do Caju. Os shows e eventos lá realizados são, em sua maioria, de artistas vindos de outros bairros da cidade, tendo sido registrada até mesmo apresentação de artista nacional. A utilização do anfiteatro da Praça do Caju por artistas de outros bairros é claramente percebida ao levantar as apresentações lá ocorridas, que pode ser justificado pela pouca tradição cultural que o Bessa possui e conseqüente falta de engajamento dos artistas que lá existem para fomentar essa cena artística utilizando a praça como palco para apresentações.

E sobre os eventos que acontecem na praça, como vocês ficam sabendo e em que medida eles influenciam na vida de vocês?

Raoni: A gente fica sabendo pesquisando na internet o que acontece de movimentação cultural na cidade e a gente vem dar uma olhada... e desde que eu vim morar aqui a gente veio gostando cada vez mais com a praça, se

acostumando com ela e a gente tá achando legal a praça e não só essa outras também pela cidade que tem uma agitação e uma interação entre as pessoas.

Márcia: *Bom... essa peça que a gente acabou de ver eu achei ótima, adorei, e eu acho que a praça e o evento influencia minha vida positivamente porque é sempre bom qualquer tipo de contato com a arte, ainda mais num espaço aberto pra todos e sem custo financeiro, já que nem todo mundo pode pagar um teatro né?*

O que você poderia me falar sobre a Praça do Caju?

Márcio de Paula (ator): *Assim... a praça vem nos moldes que a prefeitura vem fazendo aí vem se propondo a fazer, algumas pessoas são até contra ter uma praça dessas na comunidade que dizem que está nos moldes europeus e essas pessoas das comunidades mais carentes não tem condições de cuidar de uma praça dessa; eu acho isso uma idiotice né? Eu acho que a Praça do Caju se você perceber tem pessoas de classe média, pessoas carentes também, que tão aqui que vem pra se divertir, conversar com os amigos, conviver, é realmente um ponto de encontro. E a Praça do Caju, eu já vim aqui outras vezes pra concertos de música, já vim panfletar pra eleição de conselho tutelar e a gente é sempre muito bem recebido e a praça do Caju tem esse caráter de juntar muita gente e de fazer com que as pessoas venham aqui mostrar seu trabalho, pra fazer suas divulgações e movimentar a vida e tendo importância pra cultura da cidade.*



FOTOS 30 e 31 – Apresentação de peça teatral durante o circuito das praças 2009. Anfiteatro sempre lotado e com bastante interação entre artistas e comunidade. Setembro de 2009. Créditos: Ricardo Campos

• 3.5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, GESTORES E “CUIDADORES”

Tentando entender um pouco mais sobre a organização do Conselho Gestor e suas atividades fizemos algumas perguntas mais específicas: Onde e como são as reuniões? Como ou onde se inserem as Associações do bairro no comitê? Eles se inserem como no

comitê gestor? Como as outras atividades, além dos esportes, são organizadas, e quem faz parte delas?

De maneira geral, ficou entendido que a A.E.P.C. (Associação Esportiva da Praça do Caju), presidida por Francisco Santiago, árbitro da FPF (Federação Paraibana de Futebol), cuida das questões de esporte na gestão da praça. Enfatizaram que eram gestores também como se fossemos dar menos importância a eles diante das informações que nos transmitiam. Talvez essa preocupação tenha dificultado nosso entendimento da real organização e estrutura do Comitê Gestor. Raphael falou em tom de preocupação: *“Se vocês forem olhar lá na prefeitura não tem nossos nomes lá como gestores, mas somos sim!”*. Disseram que as pessoas ocupavam os cargos a partir de indicação e não de votação. Disseram em tom, e expressões de contragosto, que a Associação de moradores do bairro é quem desde o início tinha indicado as pessoas para seus postos. Essa é uma ação de apropriação do espaço urbano, a comunidade se interessa, não delega a gestão apenas aos órgãos públicos e suas instâncias de representação.

Parece-nos que há uma interpenetração entre as Associações e o comitê gestor, ou seja, uma mesma pessoa pode pertencer e ocupar diferentes ou semelhantes cargos em várias micro-organizações. Aprofundando isso, procuramos outras pessoas do comitê gestor, mas não foi possível assistir a nenhuma reunião, o que dá respaldo a ausência de que seu Javancy um dos “cuidadores” mais ativos da praça fez questão de enfatizar. As reuniões ocorrem no anfiteatro da praça segundo os rapazes, e devido às chuvas estão paradas, a última marcada, por exemplo, foi cancelada pela chuva. Elas são divulgadas por meio de carro de som.

Falaram dos horários de uso da quadra poliesportiva dizendo que nos domingos ela não tem nenhum horário fixo, todos poderiam usá-la a partir de ordem de chegada e entendimentos e acordos entre os indivíduos usuários. Nos outros dias a partir das 19h havia horários estabelecidos definidos através dos interessados com a pessoa de Francisco Santiago. *“Como isso acontece?” (Pesq.). “As pessoas vão lá na casa dele e falam para marcar nos horários/dia que tiverem disponíveis.” (Inter-locutores.)*. Falaram que nunca tinha dado problemas ou conflitos maiores, nas práticas dos jogos a não ser alguns pequenos desentendimentos por alguma “entrada/falta mais dura”. E que se chegasse a ocorrer algo maior o posto policial fica bem em frente de quadra.

Será que não existe por parte de certo círculo pessoal ou de grupos mais mobilizados e organizados – como os times – uma direção e apropriação da quadra em seus “melhores” horários? Como se resolvem os problemas e conflitos quando, por

exemplo, um time que pedira um dos horários falta, a partir do que eles mesmos disseram? A partir do que Raul e Raphael nos diziam os conflitos sobre os grupos que fazem marcam hora e dia e em seguida faltam estavam sendo resolvidos com uma nova programação/organização por parte deles.

Sobre outros conflitos, disseram que o posto policial havia sido instalado cinco ou seis meses atrás. Mas a partir do que falaram nunca houve nenhum incidente/acidente grave que tenha necessitado a ação policial. Como já moramos na área, sabemos que o posto policial foi instalado justamente no local em que, anos anteriores à praça, havia uma banca de revistas/churrasquinho onde se concentravam, principalmente nos fins de semana, jovens e adultos que passavam as tardes bebendo e se divertindo, muitas vezes com seus carros com som muito alto, o que incomodava parte dos moradores. Houve também por algum tempo disputa de acrobacias em motos pela Avenida Nilo Peçanha nos finais de tarde dos domingos. Nessa época houve tempos depois a descoberta de que na banca funcionava uma “boca de fumo”, o que fez com que o local fechasse. É interessante pensar que o posto policial foi instalado exatamente no mesmo local, mesmo com uma vasta área e outras opções.

O discurso da administração municipal é marcado por um direcionamento e incentivo a uma possível autonomia, ou melhor, autogestão do espaço público, que viria com o fomento dos conselhos gestores e as questões relativas ao orçamento democrático, como percebemos nas falas do prefeito da cidade Ricardo Coutinho:

Como foi pensada essa gestão das praças, e qual a avaliação dessa experiência?

Prefeito: Essa é uma experimentação (...) Nós estamos apostando em alguma coisa que signifique o controle da população sobre aquilo que é público. Experimentar que as pessoas se reconheçam e se acertem sem a necessária intervenção da prefeitura pra dizer isso pode isso não pode, essa é a nossa cultura, o poder público sempre presente e requisitado. Nós queremos estimular a autogestão, na verdade é isso a autogestão, a prefeitura é responsável pela manutenção mas queremos que as comunidades assumam a resolução e gestão dos conflitos, dos interesses conflitantes dentro do espaço. Se você me perguntar o resultado disso, eu diria que vai depender da maturidade da comunidade que utiliza um equipamento desse.

O que está acontecendo, o que está sendo difícil?

Prefeito: Temos várias experiências em curso, e mesmo que sem estar diretamente ligado as coisas umas estão ligadas nas outras. Temos o orçamento democrático que nós avançamos, dentro da cidade é visível isso, agora precisamos qualificar melhor, pra que a gente não se acomode porque participação se a gente se acomodar ela fica velha e ultrapassada, nos temos que usar outros instrumentos para atrair cada vez mais pessoas para não permitir que só as mesmas pessoas fiquem nesse domínio. Eu tô querendo daqui a algum tempo usar a internet, as escolas, etc. Criamos os comitês gestores da praças alguns avançaram e outras não, devido a maturidade das comunidades. A praça dos bancários avançou muito a de Manaíra não avançou. (...) Mas na verdade eu acho que o principal é uma falta de cultura política de gestão coletiva de autogestão, essa seria a chave e a raiz, e que só é possível fazer estimulando e essa é uma tentativa clássica e claro que estamos fazendo para que se chegue algum dia e esse patamar esteja mais elevado. (...) A primeira coisa que se colocou aqui foi ‘ôpa, vai ter salário!’, isso já veio e eu cortei de imediato, porque o orçamento democrático não tem salário nem os conselhos devem ter salário porque se não isso contamina a proposta ela deixa de ser libertária para ser completamente subserviente, ou hierarquizada ou ocorrer transmissão pura e simples da administração.

Parece-nos que, se pensada em termos de níveis de gestão compartilhada, a Praça do Caju estaria em um nível mediano no que toca à organização do conselho gestor formal. Mas desde a luta e participação pela construção e formatação da praça, como abordamos no início deste capítulo, além das atividades e programas desenvolvidos de forma autônoma sem ajuda do poder público, como no caso dos esportes, fica claro um nível de maturidade alto já que a participação e organização da comunidade no que se refere ao perceber e sentir a *coisa pública* como *coisa nossa*.

O movimento SOS BESSA, que ocupou o espaço público mais recentemente é um exemplo disso também. Nas entrevistas realizadas durante os atos do movimento, e em sua concentração na praça, percebemos o nível de organização e a expressão política e organização-interação-convivência. No início, as falas se concentravam em denunciar a péssima infra-estrutura do bairro e da praça, ligando a praça ao bairro e vice-versa. Apesar do marcado apelo para que a gestão pública tomasse conta do local, a própria existência da manifestação revela uma relação mais atuante e próxima entre os moradores do bairro, que supostamente se organizaram de maneira autônoma.

A praça em geral foi colocada como ponto aglutinador do bairro, e como algo positivo para a comunidade, porém o próprio espaço da praça e sua deterioração foram

apontados como reflexo do descaso da gestão pública e falta de educação e consciência dos seus usuários, que inclusive não estariam na manifestação porque não se sentem participando do local e do espaço público do bairro em que moram. Alguns colocaram a praça como suposta estratégia do governo municipal para desviar as atenções dos problemas do bairro, porém houve contradições nessas falas. Outros colocaram uma oposição entre a praça e as ruas, ou seja, a praça e o espaço público abandonados foram revitalizados, porém o entorno continua contrastando com a vida da praça. Se a praça tem vida, as ruas enlameadas, os buracos, a falta da rede de esgoto denotam morte e repulsa.

Alguns moradores se mobilizaram colocando troncos de árvores em pontos da praça já que os carros e motos impedidos de trafegar nas ruas estavam invadindo o espaço dos usuários do espaço. Isso provocou conflitos entre motociclistas e usuários que terminaram tendo que discutir possíveis soluções para o problema no espaço da praça.



FOTOS 32 e 33 – Troncos colocados pelos moradores e comerciantes para impedir o trânsito de veículos pela praça devido às ruas intransitáveis. Agosto de 2009. Créditos: Ricardo Campos

A seguir, alguns depoimentos:

Em que medida a praça influencia, influenciou sua vida?

Valmir: Bom, na minha vida ela tem influenciado pouco porque eu trabalho e estudo e acabo não tendo muito tempo pra vir pra cá, mas sempre que posso acabo encontrando pessoas conhecidas aqui, faço lanches, compro nos lugares de refeição e como disse conhecer gente, vir pra os shows que de vez em quando acontecem. A praça serve também como um ponto de encontro pra reunir a gente como no protesto SOS Bessa, e todos que querem alguma coisa, como outras coisas também da diversão, comunicação, shows, mas também das

peessoas que querem algo maior que de resultados como no caso do protesto que estamos realizando.

Em que medida a praça influencia, influenciou sua vida?

Monica: *Eu gosto porque eu venho aqui, eu tenho meu momento de lazer aqui, eu venho passear e ela influencia de maneira positiva porque até agora o que eu tenho visto são atos positivos que vem da praça não só pra mim, mas pra toda a comunidade.*

Qual o significado da praça e da manifestação pra você?

Monica: *Bom, o significado é que a gente está querendo reivindicar porque tem muita coisa errada acontecendo, na verdade falta muita coisa a se feita pelo Bessa, e a gente está lutando para que essas coisas sejam feitas, já que o Bessa é um dos bairros que tem o imposto mais alto da cidade e então porque que está tendo esta desvalorização e esse descaso com a população daqui? Então estamos mais unidos e tem cada vez mais pessoas na manifestação e a gente espera que tenha resultados rápidos.*

Qual a relação que você faz entre a praça e a manifestação? Por que a praça?

Monica: *Porque aqui é a concentração de todas as pessoas que moram aqui no Bessa, e aqui é o lugar que todos poderão vir, porque se fosse na casa de alguém ia ser difícil, mas assim a praça é o lugar onde todo mundo se encontra e é de aceso a todos e é por isso que é aqui que deve ocorrer toda a movimentação.*

A existência da praça proporcionou um lugar de sociabilidade política que aumentou o número de “cuidadores” que já se faziam presentes mesmo antes da praça existir. Os “cuidadores” do bairro ao terem que cuidar da praça perceberam nela o ponto e espaço fulcral para a ampliação desse tipo de ação política reivindicativa e para a construção pública de propostas e projetos não só para a praça mas que também se alargaram para o bairro.

Atualmente, as ruas do bairro estão sendo pavimentadas, bem como a rede de esgoto implementada, além das ruas e avenidas que circulam a praça que em breve serão asfaltadas. Isso denota a força e o ganho que a apropriação pública do espaço traz para os indivíduos e grupos que se encontram e discutem seus imaginários e projetos.



FOTOS 34 e 35 – Manifestantes do SOS BESSA se reúnem e fazem passeata num ato de apropriação política do espaço. Agosto de 2009. Créditos: Ricardo Campos e Oriel Farias



FOTOS 36 e 37 – SOS BESSA se reúne em mais um protesto e assembléia, recebendo atenção da mídia televisionada e escrita. Agosto de 2009. Créditos: Ricardo Campos



FOTO 38 – Após vários protestos e ações coletivas as ruas do bairro e da praça começam a ser calçadas e asfaltadas. Janeiro de 2010. Créditos: Ricardo Campos

CONCLUSÃO

Morar na proximidade da praça repercutiu na organização das atividades familiares e no uso do espaço da casa e da rua, assim como nas interações que nelas se estabelecem. As relações entre público e privado se redefinem e algumas atividades antes restritas ao âmbito doméstico passam a ser realizadas fora de casa, no espaço da praça. É o que acontece com crianças e mães que passam a ter um lugar adicional de lazer e entretenimento fora do âmbito doméstico. Os jovens e adolescentes também se beneficiam dos equipamentos esportivos, desafogando as casas de um excesso de funções e da sobreposição de pessoas em espaços comuns, fatores às vezes responsáveis pelo aumento de tensões e conflitos no interior das famílias.

O espaço público surge como elemento de pertença, identidade, e de projeto de vida. A segregação sócio-espacial da cidade se re-apresenta na revitalização das áreas mesmo antes de sua instalação. Nota-se uma mudança no quadro, apontando para uma sociabilidade mais ativa e construtiva, porém o poder simbólico/econômico ainda hierarquiza o local público revitalizado.

Segundo Jane Jacobs (2000) e Sun Alex (2008), um dos fatores para que uma praça venha a funcionar e ganhar vitalidade é a complexidade, entendida pelos autores como a variedade e permanência de usos que a população consegue imprimir ao cotidiano da praça. A complexidade depende da riqueza espacial do lugar, isto é, da presença de desníveis, equipamentos diversos, paisagens diferentes, mas também é resultado da variedade de usos dos edifícios existentes à sua volta, ou seja, de características do contexto em que a praça está inserida. As praças devem ser pensadas enquanto áreas vinculadas ao entorno e com acessibilidade farta. Estudando os usos que a população imprime à praça investigada é possível concluir que a sua complexidade resulta de uma combinação de fatores, que a torna mais dinâmica que outras envolvidas na revitalização. Segue-se uma lógica que contraria:

“O enfoque ‘paisagístico’ que reduz a paisagem a santuários murados, simbólicos e artísticos desvinculados da cidade e enfatiza a qualidade dos parques com expressões como ‘antídoto’, ‘contraposição à rigidez das ruas’ ou ‘escape da urbanização’, além de ser superficial, reforça o que Jane Jacobs atribuiu de ‘hostilidade dissimulada’ à cidade e a suas obras.” (ALEX, 2008: p. 89)

Outros fatores que contribuem para a complexidade da praça são, de um lado, a apropriação do seu espaço, antes mesmo da revitalização, que aconteceu no Bessa mesmo

que apenas por uma parcela dos moradores, com mais integração social e movimentação comunitária. Ficou claro que a praça também é fortemente apropriada quando resulta de uma demanda anterior, que mobilizou setores do bairro em favor da sua construção, como aconteceu na Praça do Caju.

A cidade cresce, a população cresce, e uma nova forma de sociabilidade se configura e re-configura a todo instante. O individualismo e o estranhamento do desconhecido, além do sentimento de pertença, visto como forma de exclusão e separação social, despontam na cidade contemporânea aliados a outros hábitos, costumes e ações contrárias que ainda parecem persistir nos indivíduos em inter-relação, variando de intensidade nos lugares e espaços componentes da mesma.

O espaço público é aqui entendido no sentido de espaços de uso comum, de livre acesso a todos, lugar de interlocução, de discussão das regras de convivência e dos interesses públicos. Opõe-se ao espaço privado, lugar da família e dos interesses particulares e individuais. Sendo o espaço de manifestação de todos, é também o lugar da manifestação e da negociação dos conflitos. O espaço público é definido como espaço de debate, e também como espaço de uso comum, sem restrições de acesso e circulação. Ele envolve, portanto, uma dimensão concreta – lugar, e outra, abstrata – formas de sociabilidade, regras de convivência.

A oposição entre espaço público *versus* espaço privado que presidiu o ordenamento da sociedade burguesa parece assumir nova configuração.

Como vimos, a literatura sobre o urbano tem apontado que as cidades contemporâneas estão caminhando no sentido de uma crescente privatização da vida social, que é consequência de uma diversidade de fatores entre os quais é possível apontar o individualismo, a invasão das novas tecnologias e virtualização da vida social, a crescente interligação das economias, o declínio da política, entre outros. O tecido urbano se apresenta-se de forma fragmentada, tendendo à seletividade e à segregação, constituindo bairros homogêneos e desiguais, relegando os mais pobres para a periferia e encolhendo o espaço público com formas de privatização do espaço como nos condomínios fechados, nos edifícios verticalizados e shoppings centers.

No espaço público da praça, percebemos a reativação do bairro como espaço de convívio, como espaço de transição entre a casa (privado) e a rua (público), mesmo em um bairro mais abastado como o Bessa. Esta constituição de um espaço de transição entre o público e o privado vem sendo corroída pela urbanização privatizante, que reorganiza a vida cotidiana entre os dois mundos separados, impedindo a sociabilidade que se

estabelece entre pessoas que não são parentes, mas não são estranhas – os vizinhos. Essa tendência de desenvolvimento urbano vem se registrando também em João Pessoa e aparece nas falas de moradores que se referiam ao espaço da praça, antes da revitalização como espaços escuros, vazios, atemorizantes, feios. Não funcionavam como espaços convidativos, seja para a prática de atividades esportivas seja para o passeio e o convívio com os vizinhos.

Após a intervenção do poder público municipal, os moradores do bairro se apropriaram da praça e reativaram laços de sociabilidade, estabelecendo e fortalecendo vínculos que implicaram também em trocas e negociações sobre o uso dos equipamentos e sobre normas de convívio. O medo que antes organizava os trajetos e o isolamento da casa e seus habitantes parece dar lugar a uma ocupação mais intensiva do espaço, sua revitalização pelo uso e pelo diálogo entre os usuários. O discurso sobre o medo está presente, mas há também referências aos ganhos de segurança provenientes da iluminação, do maior fluxo de pessoas e da presença de policiamento. Na percepção de alguns, a violência e insegurança não se acabaram, mas se deslocaram para locais mais distantes e horários em que a praça está esvaziada.

Nota-se que os limites entre o público e o privado não são estanques, mas se deslocam e novas fronteiras são reconfiguradas. O que os moradores relatam é que, antes da praça, a oposição entre a casa e a rua era bem pronunciada indicando um fechamento da casa sobre si mesma, sobre o espaço privado. Da casa saía-se imediatamente para o espaço hostil, perigoso e anônimo da rua. Hoje, entre a casa e a rua existe um espaço físico e social de mediação, representado pela praça, que se torna um espaço intermediário, onde a interação com os vizinhos semelhantes e com os diferentes pode se estabelecer. Constitui-se assim um novo espaço de sociabilidade que expõe a diversidade e os interesses distintos e confluentes, que recriam cotidianamente o social.

Esta última questão apontaria para as praças enquanto lugar da vida pública por excelência e do “entre-lugar” como nos diz Serpa (2007):

“É necessária a construção de entre-lugares como arenas para expressão dos conflitos e contradições inerentes à diversidade de culturas nas cidades contemporâneas. Entre-lugares como territórios resultantes da apropriação do espaço sincronizado pelas múltiplas culturas e grupos humanos.” (SERPA, 2007: p.143)

Alguns exemplos demonstram que este espaço propicia também a emergência e exposição de projetos e utopias sociais. Verificamos na Praça do Caju, no Bessa, há uma

discussão relativa ao convívio dos usuários da praça com moradores provenientes de bairros populares. Posições diferentes aí se colocaram uma defendendo a exclusividade da praça, certa privatização de seu uso e outra que defendia o ideal da praça como espaço de todos, sem discriminações. Nas discussões travadas entre os gestores, um deles ironiza a perspectiva da praça como espaço privado dos moradores do Bessa, afirmando que só os ETs poderiam ser excluídos do seu convívio, mas não os moradores das comunidades populares que fazem parte de uma mesma humanidade. Parece ter prevalecido aí a dimensão imaginária das praças como lugar do povo, lugar da liberdade e da igualdade de todos. Ocorre aqui um problema na constituição do espaço público que é a ausência de um estatuto igualitário entre os interlocutores. Nem todos os cidadãos são considerados com direito igual à palavra e os bens comuns.

Refletir sobre a praça e seu cotidiano na perspectiva da constituição do espaço público, explicitou diferentes aspectos que devem ser considerados e que sinalizam a relevância deste tipo de requalificação urbana. Um deles é o da sociabilidade cotidiana no espaço da cidade, da constituição ou não de relações de vizinhança, da construção de regras de convívio, de desenvolvimento da civilidade. Observou-se na praça uma intensificação das redes de sociabilidades e a reconstrução de laços de vizinhança entre moradores outrora dispersos e encerrados em seu mundo privado. Outro aspecto destacado foi o do incremento do debate público sobre questões da vida política, que emergiram do encontro dos moradores e da tarefa de gestão dos espaços, partilhada com o poder público como no caso do movimento SOS Bessa.

Nota-se uma mudança no quadro apontando para uma sociabilidade mais ativa e construtiva, porém o poder simbólico/econômico ainda hierarquiza a praça pública construída e revitalizada, principalmente na área em que a população possui maior renda. Assim, o espaço público analisado traz elementos importantes para se pensar as formas e lógicas que dinamizam a cultura da cidade, seus espaços e sua urbanidade.

A construção da Praça do Caju no bairro modificou o cenário da parte do bairro onde ela foi implantada e inseriu na população um enorme grau de satisfação em relação àquele novo espaço que integrou moradores, modificou hábitos, gerou oportunidades.

Apesar disso, algumas sugestões foram dadas pelos próprios usuários da praça a fim de melhorar as condições para todos os grupos que ocupam seus espaços e fazem uso dele com os mais variados fins. As sugestões se baseiam principalmente em acrescentar novas características na praça, sem modificar ou retirar algo já existente. Algumas vezes as sugestões abrangiam um raio maior do que o espaço ocupado pela praça, adentrando nas

ruas e estendendo-se para o bairro. Coisas como visitas periódicas de profissionais de saúde para examinar os usuários da praça, instalação de banheiros públicos, implantação de uma delegacia no bairro do Bessa foram colocadas.

De maneira marcante, o espaço público da praça foi percebido como palco de interações entre diferentes segmentos de renda que coabitam o bairro, e este aspecto foi reforçado como algo positivo e renovador da dinâmica cultural do bairro. Destacou-se principalmente, os seus aspectos políticos e de ação na esfera pública, os que se referem à construção simbólica de identidades coletivas e ao sentimento de pertencimento. Prevalece, assim, um imaginário de que a praça existe enquanto um *lócus* de igualdade e como um espaço de todos, apesar de existirem forças simbólicas que ainda atuam na privatização do espaço. As atividades como o esporte, principalmente o futebol, e as artes, por exemplo, são focos de uma maior propensão à *mixofilia* do que à *mixofobia* que a praça proporciona à sociabilidade do bairro e da cidade, como já discutido por Bauman (2005) sobre a configuração das cidades contemporâneas. Avançamos, assim, para o entendimento da nova cultura urbana que a revitalização do sentido do espaço público proporciona com a existência da praça.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. (2002). **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135.

AGIER, Michel. (2001). *Distúrbios Identitários em tempos de Globalização*. **Mana**, v.7, n. 2, pp. 7-33.

AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. (1985). **Uma cidade de quatro séculos - evolução e roteiro**. João Pessoa: A União Editora.

ALEX, Sun. (2008). **Projeto da praça – Convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

ARENDT, Hannah. (1995). **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

AQUINO, Marcio Villar de. (1985). *O século XIX e a cidade*. In. AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. (1985). **Uma cidade de quatro séculos - evolução e roteiro**. João Pessoa: A União Editora.

AUGÉ, Marc. (1994). **Dos Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papirus.

BARBOSA, Priscila Fialho. (2005). **Urbanização na Orla Marítima do Bessa**. Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BARRETO, Maria Cristina Rocha. (1996), **Imagens da cidade. A idéia do progresso nas fotografias da cidade da Parahyba**. Dissertação, João Pessoa, MCS-UFPB.

BARTHES, Roland. (1984). **A Câmara Clara**. 4ª- ed. , Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

BAUMAN, Zygmunt.(2005). **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro, Zahar.

BAUMAN, Zigmunt. (2008). **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BHABHA, Homi. (2005). **O Local da Cultura**. Ed. Humanitas/UFGM.

BERMAN, Marshall. (1987). **Tudo que é sólido se desmancha no ar – a aventura da modernidade**. Companhia das Letras, São Paulo.

BENJAMIN, Walter. (1996). **Magia, Técnica, Arte e Política – Col. Obras escolhidas**, Vol 1. Brasiliense, São Paulo.

BENJAMIN, Walter. (2000). **Charles Baudelaire – um lírico no auge do capitalismo**.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. (1998). *Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica*. In, **Desafios da Imagem**. (Bela Feldman-Bianco & Miriam Moreira Leite, Orgs.). Campinas, Papirus, pp. 197-212.

BOSI, Ecléa. (2004). **Memória e Sociedade –Lembranças de velhos**. Companhia das Letras, São Paulo

BOURDIEU, Pierre. (1989). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. (1997). *Enclaves fortificados: A nova segregação urbana*. **Novos Estudos**, CEBRAP, n.47, São Paulo, março.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. (2000). **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CARLOS, Ana F. A. (1996). *A natureza do espaço fragmentado*. In Milton S. e outros (orgs). *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo, HUCITEC.

CRAPANZANO, Vincent. (2005). *A Cena: Lançando Sombra sobre o real*. **Mana**, 11(2), pp. 357 a 383.

CRAPANZANO, Vincent. (2005a). *Horizontes Imaginativos e o aquém e além*. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 48, n. 1.

COELHO FILHO, João Santos. (1985). **Iluminação pública através dos tempos**. In, AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. *Uma cidade de quatro séculos - evolução e roteiro*. João Pessoa: A União Editora.

COLLIER JR., John. (1973). **Antropologia Visual: A fotografia como método de pesquisa**. São Paulo, EPU, EDUSP.

DaMATTA, Roberto. (1978). *O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”*. In, Edson de Oliveira Nunes, Org. **A Aventura sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, pp.23 a 35.

DaMATTA, Roberto. (1985). **A Casa e a Rua**. São Paulo, Ed. Brasiliense.

DaMATTA, Roberto. (1997). **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rocco, Rio de Janeiro.

DE CERTEAU, Michel de. (1998a). **A Invenção do Cotidiano. Vol. 1, Artes de Fazer**. 3ªed, Petrópolis, Vozes.

DE CERTEAU, Michel de. (1998). **A Invenção do Cotidiano. Vol. 2, Morar, cozinhar**. 2ªed, Petrópolis, Vozes.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. (2004). **A maldição do trabalho**. João Pessoa, Manufatura.

DURKHEIM, Emile. (1983). **Da divisão do Trabalho Social**. 2ª- ed, São Paulo, Abril.

ECKERT, Cornelia. (2000). *A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória dos velhos moradores de Porto Alegre*. **Iluminuras**, 18.

EDWARDS, Elizabeth. (1996). *Antropologia e Fotografia*. In, **Cadernos de Antropologia e Imagem**, 2. pp. 11-28.

ELIAS, Norbert. (1994). *O Processo Civilizador, Vol. 1 – Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed.

ELIAS, Norbert. (1993). **O Processo Civilizador, Vol 2 – Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed.

ELIAS, Norbert. (1998). **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. (2000). **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.

EGITO, Maria Jacy Caju do. (2005). **Expansão Urbana e Meio Ambiente: Representação social dos agentes da construção civil em João Pessoa – PB**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PRODEMA – UFPB.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. (2006). *Arquitetura da Violência: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas*. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, vol. 5, n.13, pp. 54 -84.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. (2006). *Pesquisa com o cotidiano*. Texto apresentado no seminário interno do PPGE da UFES.

FRANÇA, Henrique. (2006). **Jornal O Norte** – Caderno Especial de 16 de Setembro.

FRANCH, Monica. & QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. (2009). **Usos do espaço, lazer e sociabilidade nas praças de João Pessoa**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, julho.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. (2005). **Padrões sociais e uso do espaço público**. Caderno CRH, Salvador, v.18, n.45, pp. 377-394, Set/Dez.

GEERTZ, Clifford. (2001). *Como pensamos hoje: a caminho de uma etnografia do pensamento moderno*. In, **O Saber Local**. 4ª. Edição, Petrópolis, VOZES, pp. 220 a 245.

GEERTZ, Clifford. (1978). *Ethos, Visão de Mundo e a análise de Símbolos Sagrados*. In, **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar editores.

GIACOMAZZI, Maria Cristina Gonçalves. (1997). *O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidades, sob o prisma do medo na cidade*. Tese de Doutorado, UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.

GOFFMAN, Erving. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

GURAN, Milton. (1998). A “*Fotografia Eficiente*” e as Ciências Sociais. In, **Ensaio Sobre o Fotográfico**. (Luis Eduardo Robinson Achutti, Org.) Porto Alegre, Unidade Editorial, pp. 87-99.

HABERMAS, Jurgen. (1997). **Técnica e Ciência como ideologia**. Lisboa: Ed. 70.

HABERMAS, Jurgen. (2004). **O Futuro da Natureza Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HALL, Stuart. (2003). **Da Diáspora – Identidades e Mediações culturais**. SOVIK, Liv (org.) Ed. Humanitas, UFMG.

HALL, Stuart. (2003a). **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 7ª- Ed. DP&A editora, Rio de Janeiro.

HARVEY, David. (2002). **Mundos Urbanos Possíveis. Novos Estudos**, CEBRAP, n. 63, julho, pp. 3-8.

HELLER, Agnes. (1985). **O Cotidiano e a História**. 2ª- ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HONORATO, Rossana. (1999) **Se essa cidade fosse minha... A experiência Urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa**. João Pessoa: ed. Universitária/UFPB.

JACOBS, Jane. (2000). **Morte e vida de grandes cidades**. S. Paulo, Martins Fontes.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1998a). *Relações Imaginárias: a fotografia e o real*. In, **Ensaio Sobre o Fotográfico**. (Luis Eduardo Robinson Achutti, Org.) Porto Alegre, Unidade Editorial, pp. 72-78.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (1998). *Fotografia e a Questão da Indiferença*. In, **Imagens & Ciências Sociais**. (Mauro Guilherme Pinheiro Koury, Org.) João Pessoa, Editora Universitária, pp. 67-86.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2003). *O Local enquanto elemento intrínseco da Pertença*. In, Cláudia Leitão, Org. **Gestão Cultural: Significados e Dilemas na Contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste, pp. 75 a 87.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2005). *Um passeio através do Parque Sólon de Lucena. Uma narrativa sobre a emoção pertencer e uso do espaço público*. **Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana**. São Paulo, USP, ano 2, v. 2, n 1. Disponível via WWW no URL <http://www.osurbanitas.org/osurbanitas2/koury.html>. Internet, 2005. Capturado em Outubro.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (org.) (2005a). **Medos Corriqueiros e Sociabilidade**. João Pessoa: Editora Universitária, Edições do GREM.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2005b). *Viver a Cidade: um estudo sobre pertença e medos*. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, n. 11, pp. 148-156, agosto. <http://www.rbse.org3.net>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (2005c). *Pertença, Redes de Solidariedade e Medos Corriqueiros. O bairro de Varadouro da cidade de João Pessoa, PB pelos seus moradores. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 4 (10), pp. 43-59.

KUMAMOTO, Gelse Yury. (2005). **Confissões Urbanas: Cultivo da alma da cidade.** Monografia apresentada ao curso de Psicologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, como requisito de conclusão de curso. Curitiba.

KOWARICK, Lúcio. (2002). *Viver em Risco – Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano. Novos Estudos*, n. 63, pp. 9-30, julho.

LAVIERI, João R.; LAVIERI, Maria B. F. (1999). *Evolução urbana de João Pessoa pós-60* in GONÇALVES, Regina C. *et al. A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed. UFPB.

LEANDRO, Aldo Gomes. (2006). **O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPB, Setembro.

LEITE, Rogério Proença. (2004). **Contra-Usos da Cidade. Lugares e espaço público na experiência contemporânea.** Campinas, SP: Editora Unicamp; Aracaju-SE: Editora UFS.

LEFEBVRE, Henri. (1991). **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo, Ática.

MAIA, Doralice Sátyro. (2000). **Tempos lentos na cidade: Permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB.** Tese. São Paulo, Departamento Geografia – USP.

MAIA, Doralice Sátyro. (2006). *Uma cidade em (Re)construção: A cidade da Parahyba no século XIX. Scripta Nova –Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales.* Universidade de Barcelona, Vol. X, n. 218 (38), 1 de agosto.

MAIA, Benedito. (1992). **Prefeitos de João Pessoa.** João Pessoa, Ed. EGN – 2ª edição.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (2007) *De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana. NAU: Núcleo de Antropologia Urbana da USP.* Disponível em <http://www.n-a-u.org.depertoedentro.html>. Extraído dia 23-03-2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (1996). *Na metrópole: textos de antropologia urbana.* São Paulo, Fapesp.

MARTINS, Cecília Nicodemos. (2007). **Mercado Público do Bessa.** Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MARTINS, José de Souza. (2008). **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: Editora Contexto.

MARX, Karl. (1980). *Condições históricas da reprodução social. In, Karl Marx: sociologia.* Octávio Ianni (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática.

- MARX, Karl. (1983). *O Capital*. Vol. 1. Coleção Os Economistas, São Paulo, Abril Cultural.
- MEDEIROS, Coriolano de. (2004). *O Tambiá de Minha Infância – Sampaio*. SEC-PB, Ed. A União.
- MELLO, José Octavio de Arruda. (2006). **Os Italianos na Paraíba – da capital ao Interior**. João Pessoa, ed. União.
- MELLO, José Octavio de Arruda. (2000). **O Problema do Estado na Paraíba: da Formação à crise**. Campina Grande, Ed. Eduerp.
- MELLO, José Octávio de Arruda (Coord.). (1987). **Capítulos da História da Paraíba**. Campina Grande, Ed. Grafset.
- MELLO, André Griebeler de. (1999). **Áreas Livres do Bairro do Bessa (João Pessoa – PB): Um estudo comparativo entre o projetado e o realizado**. Monografia de conclusão de curso (Geografia) – UNIPÊ, João Pessoa.
- MENEZES, Marluci. (2000). *Do Espaço ao Lugar. Do lugar às Remodelações Sócio-Espaciais*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 15, p. 155 – 175, junho.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2006. (Texto para a discussão, n. 281)
- MORAIS JR., Zélice Pereira de. (1994). **Uma Proposta de Desenho Urbano para a Orla Marítima do Bessa e Intermares**. Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- MOURA, Cristina Patriota. (2003). “Vivendo entre muros: o sonho da aldeia” in Velho, Gilberto e Kuschnir, Karina. (2003). *Pesquisas Urbanas. Desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. pp.43-54.
- NOGUEIRA, Regina Celly. (2000). **As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade**. *Revista Geografares*, v.1, nº1, Junho, Vitória. Disponível em: <<http://www.ufes.br/~geoufes/download/singularidades%20.pdf>>
- PEIRANO, Mariza. (1990). *Só para iniciados*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, p.93-102.
- PEIRANO, Mariza. (1992). *A Favor da Etnografia*. **Série Antropologia**, n. 130, Brasília.
- POLLAK, Michael. (1989). *Memória, Esquecimento e Silêncio*. FLAKSMAN, Dora Rocha (Trad.) **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, pp. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.
- POLLAK, Michael. (1992). *Memória e Identidade Social*. Monique Aguras (Trad.) **Estudos Históricos**, vol. 5, n.10, pp. 200-212, Rio de Janeiro.
- PORTO, Maria Stela Porto. (2002). **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4º, nº-8, jul/dez 2008, p. 152 – 171.
- PETERS, Gabriel. (2008). **O Social Entre o Céu e o Inferno: A Antropologia Filosófica de Pierre Bourdieu..** Disponível em:

http://www.iuperj.br/pesquisa/laboratorios/sociofilo/ceu_inferno.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2008.

QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. (2007) *Fragmentação urbana e sociabilidade juvenil em João Pessoa: o skate e o hip-hop*. **Estudos de Sociologia**, v. 7, n.12, pp. 127-148.

QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. (2002). *A experiência juvenil urbana em cidades fragmentadas*. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

RODRIGUEZ, Janete Lins & DROULERS, Martine. (1981). **João Pessoa. Crescimento uma capital**. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo.

RODRIGUES, Janete Lins. (1985). In, AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José (org). **Uma cidade de quatro séculos - evolução e roteiro**. João Pessoa: A União Editora.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Et al. (2007). **Terra pra que te quero: Fortalecendo uma experiência com agricultura orgânica a partir dos camponeses assentados da APASA-PB**. *Revista Extensão Cidadã*, v. 3, João Pessoa.

SAHLINS, Marshall. (1997). **O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção**. Parte I. *Mana*, v3, n. 1, pp. 41 a 73, 1997.

SAHLINS, Marshall. (1997a). **O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção**. Parte II. *Mana*, v3, n. 2, pp. 103 a 150, 1997a.

SERPA, Ângelo. (2007). **O espaço público na cidade contemporânea**. ED. Contexto.

SILVA, Alzení Gomes da. (2006). **O Turismo e as transformações sócio-espaciais na comunidade de Nossa Senhora da Penha em João Pessoa – PB**. João Pessoa, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, Setembro.

SILVA, Lígia M. Tavares da (1997). *Forma urbana e cotidiano na evolução de João Pessoa*. **Saeculum** n. 3, pp. 161 a 186.

SILVEIRA, José Augusto R. da. (2004) **Percursos e processo de evolução urbana: o caso da Avenida Epitácio Pessoa na cidade de João Pessoa – PB**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Urbano da UFPE, maio.

SIMMEL, Gerog. (1964). *O Indivíduo e a Díade*. In, Fernando H. Cardoso e Octavio Ianni (orgs.), **Homem e Sociedade**. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

SIMMEL, Gerog. (1979). *A Metrópole e a Vida Mental*. In, O Fenômeno Urbano. VELHO, Otávio G. (org.). Rio de Janeiro, Zahar editores, 4ª- ed.

SIMMEL, Georg. (1996). *A Ponte e a Porta*. MALDONADO, S. (trad.) In, **Política & Trabalho**, n. 12, pp. 10 – 14, Setembro.

SIMMEL, Georg. (1996a). *A filosofia da paisagem*. MALDONADO, S. (trad.) In, **Política & Trabalho**, n. 12, pp. 15 - 24, Setembro.

SIMMEL, Georg. (1999). *O Segredo*. MALDONADO, S. (trad.) In, **Política & Trabalho**, n 15, pp. 221 -225, Setembro.

SIMMEL, Georg. (1998) “O Indivíduo e a Liberdade”. In, Jessé Souza e B. Oëlze, orgs. **Simmel e a Modernidade**. Brasília, Editora da UNB.

SIMMEL, Gerog. (1998a). “O dinheiro na cultura Moderna”. In, Jessé Souza e B. Oëlze, orgs. **Simmel e a Modernidade**. Brasília, Editora da UNB.

SOUZA, Jessé. (2001). *A sociologia dual de Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?*. **RBCS**. V. 16, n.45, pp. 47 a 68, fevereiro de 2001.

SOUZA, Jessé. (2004). *A gramática social da desigualdade Brasileira*. **RBCS**, v. 19. Número 54, fevereiro.

SOUZA, Jessé. (2005) *(Sub)Cidadania e Naturalização da desigualdade: Um Estudo sobre o imaginário social na modernidade periférica*”. **Política & Trabalho**. N. 22, pp. 67-96, Abril.

THOMPSON, Paul. (2002). *A Voz do Passado, História Oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed.

VELHO, Otávio Guilherme. (Org.), (1979). **O Fenômeno Urbano**. Zahar editores, Rio de Janeiro.

VELHO, Gilberto. (1978). *Observando o Familiar*. In, Edson de Oliveira Nunes, Org. **A Aventura sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, pp.36 a 46.

VELHO, Gilberto. (1986). *Cultura enquanto heterogeneidade: Biografia e Experiência Social*. In, **Subjetividade e Sociedade, uma Experiência de geração**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 49 a 56.

VELHO, Gilberto. (1987). *Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas*. In, **Individualismo e Cultura**. 2ª- ed, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 13 a 37

WACQUANT, Loïc. (2001). **As prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WACQUANT, Loïc. (2005). Entrevista Loïc Wacquant: **A criminalização da pobreza**. Mais Humana, dez. 1999. Disponível em: <www.maishumana.com.br/loic1.htm>. Acesso em: 23 ago. 2005.

WEBER, Max. (1974). **Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. Lisboa, Presença.

WEBER, Max. (2003). **A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo, Martin Claret.

WEBER, Max. (2005). **Conceitos básicos de Sociología**. Centauro ed., São Paulo.

WEBER, Max. (1999). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Martins Claret, São Paulo.

WHYTE, William Foote. (2005). **Sociedade de Esquina – A estrutura social de uma área pobre e degradada**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

ZALUAR, Alba. (2004). **Integração Perversa**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZAMBONI, Vanessa. (2006). *Percorrendo as marcas de distintas temporalidades no bairro do Bonfim: exercício de etnografia nas ruas de um bairro*. **Iluminuras**, n. 82, pp. 1-23.